



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PPGE
Mestrado Profissional
em Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (CECEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

DALMIRAN COLAÇO SILVA

**SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE)
E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: análise da apropriação dos resultados pela escola**

São Luís /MA
2023

DALMIRAN COLAÇO SILVA

**SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE)
E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: análise da apropriação dos resultados pela escola**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação, como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Gestão e Formação de Professores na Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Gestão Educacional e Escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Albiane Oliveira Gomes

São Luís /MA
2023

Silva, Dalmiran Colaço.

Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) e Qualidade da Educação: análise da apropriação dos resultados pela escola

/ Dalmiran Colaço Silva. – São Luís, 2023.

136f

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Albiane Oliveira Gomes.

1.Avaliação em larga escala. 2.Sistema de avaliação. 3.SIMAE. I. Título.

CDU: 37.091.27(812.1)

DALMIRAN COLAÇO SILVA

**SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE)
E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: análise da apropriação dos resultados pela escola**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA) como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em: 28/07/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Albiane Oliveira Gomes (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Profa. Dra. Georgyanna Andréa Silva Morais
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Examinadora interna

Prof. Dr. Francisco Williams Campos Lima
Universidade Estadual do Pará - UEPA
Examinador externo

Dedico Especialmente.

Ao meu sobrinho Ithalo Colaço, bem querer da tia.

A uma pessoa, exemplo de força, de superação e atende pelo nome de Mônica Timóteo, minha “irmã do coração” é assim que eu a considero e seu marido Alberto Monteiro.

AGRADECIMENTOS

É sempre bom agradecer.

Agradecer a Jesus pela vida, pela saúde, sabedoria, agradecer aos colegas que sempre tiveram uma palavra de apoio para a conclusão deste trabalho que é fruto de conhecimentos compartilhados, dicas de leitura, incentivo. Não estive sozinha nessa trilha, embora me sentisse em alguns momentos por conta da ansiedade, acredito que às vezes se faz necessário. Grata.

Nessa trilha.

Agradeço às minhas irmãs Cléoma e Jurlene, a minha mãezinha mulher que amo incondicionalmente e que sou muito grata pela compreensão.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação.

A Profa. Dra. Albiane Oliveira Gomes pela orientação.

Aos professores Prof. Dr. Severino Vilar de Albuquerque PPGE- UEMA e Prof. Dr. Francisco Williams Campos Lima – UFPA pelas pertinentes considerações e sugestões na Banca de Qualificação.

Aos professores da Banca Examinadora Prof. Dr. Francisco Williams Campos Lima – UFPA e Prof. Dra. Georgyanna Andréa Silva Morais – UEMA.

As colegas de mestrado, em especial a Dayane Vasconcelos, Hélia de Jesus, Kelly Alves, Marta Lemos e Márcia Thais obrigada pelo companheirismo, sempre ouvindo de vocês uma palavra de ânimo.

As Professoras e Gestora da escola pela atenção e disposição em me conceder as entrevistas.

Especialmente agradecida.

RESUMO

O estudo intitulado “Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) e qualidade da educação: análise da apropriação dos resultados pela escola” analisou como a equipe gestora de uma escola pública municipal de São Luís, Maranhão, utilizou os resultados do Sistema Municipal de Avaliação Educacional (SIMAE) em suas práticas pedagógicas. O objetivo geral do estudo foi analisar como a gestão escolar tem se apropriado dos resultados do SIMAE para melhorar a qualidade do ensino. O aporte teórico com base em autores como: Anderson (1995); Afonso (1999, 2009, 2010, 2013); Belone (2003); Bonamino; Franco (1999); Brook; Oliveira (2015); Domingues (2003); Dourado (2006) Durli; Gentili; Silva (2012); Enguita (2002); Fernandes; Gremaud (2007 2009); Freitas (2012); Machado; Alavarse (2013 2015); Gomes (2016); Oliveira (2012); Saviani (2009) Sousa; Lopes (2010); Soligo (2012); Shiroma (2002) Vianna (1990); Werle (2010) dentre outros, além de documentos publicados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e pela Secretaria Municipal de Educação os quais os quais apresentam os dados referentes aos indicadores no referido município e a escola pesquisada. Os resultados alcançados evidenciaram que o SIMAE, ao longo de três edições, prestou contas à sociedade e a comunidade escolar, oportunizando o monitoramento e acompanhamento dos estudantes das escolas de ensino fundamental da rede Municipal de São Luís Maranhão. Essa pesquisa gerou como Produto Tecnécio Tecnológica a proposição de uma Oficina Pedagógica com base nos indicadores da escola pesquisada com o objetivo de orientar a análise e interpretação dos resultados da avaliação externa, visando à melhoria do trabalho escolar por meio dos resultados educacionais.

Palavras – chave: Avaliação em larga escala. SIMAE. Gestão escolar. Qualidade do Ensino

ABSTRACT

The study entitled “Municipal Educational Evaluation System of São Luís (SIMAE) and quality of education: analysis of the appropriation of results by the school” analyzed how the management team of a municipal public school in São Luís, Maranhão, used the results of the Municipal System of Educational Evaluation (SIMAE) in their pedagogical practices. The general objective of the study was to analyze how school management has appropriated the results of SIMAE to improve the quality of teaching. The theoretical contribution based on authors such as: Anderson (1995); Afonso (1999, 2009, 2010, 2013); Belone (2003); Bonamino; Franco (2012); Brook; Oliveira (2015); Domingues (2003); Golden (2007) Durli; Gentili; Silva (1999); Eel (2002); Fernandes; Gremaud (2007 2009); Freitas (2012); Ax; Alavarse (2012); Gomes (2016); Oliveira (2012); Saviani (2009) Sousa; Lopes (2010); Soligo (2013); Shiroma (2002) Vianna (1990); Werle (2010) among others, in addition to documents published by the National Institute of Educational Research Anísio Teixeira and by the Municipal Secretary of Education, which present data referring to the indicators in the referred municipality and the researched school. The results achieved showed that SIMAE, over the course of three editions, has rendered accounts to society and the school community, providing opportunities for the monitoring and follow-up of students from elementary schools in the municipal network of São Luís Maranhão. This research generated, as a Technological Technological Product, the proposition of a Pedagogical Workshop based on the indicators of the researched school with the objective of guiding the analysis and interpretation of the results of the external evaluation, aiming at the improvement of the school work through the educational results.

Keywords: Large-scale evaluation. SIMAE. School management. Teaching Quality

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação dos estudantes da rede municipal nas avaliações do SIMAE.....	51
Tabela 2 - Estudantes matriculados na escola nos anos 2017,2018 e 2019.....	66
Tabela 3 - Escala de Proficiência do SAEB – Língua Portuguesa 2017-2019.....	73
Tabela 4 - Escala de Proficiência do SAEB – Matemática 2017-2019	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos analisados durante o estudo.....	19
Quadro 2- Perfil da equipe gestora - Anos iniciais – Turno Matutino	21
Quadro 3 - Síntese dos indicadores e objetivos das entrevistas semiestruturadas.....	25
Quadro 4 - Ciclos e objetivos do SAEB nos anos de 1990 -1997	35
Quadro 5 - Sistemas Municipais de Avaliação (2017-2019).....	41
Quadro 6 - Representantes das escolas que responderam à pesquisa do projeto piloto da avaliação infantil	50
Quadro 7 - Características das avaliações do SIMAE 2017, 2018 e 2019.	56
Quadro 8 - Aspectos do Projeto Político Pedagógico da Escola “UEB São Luís”	65
Quadro 9 - Quantitativo de professores que atendem as turmas de 1º ao 5º do	66
Quadro 10 - Aspectos desenvolvidos pela Escola Municipal “UEB São Luís.”	67
Quadro 11 - Indicador de Rendimento – Anos Iniciais da Escola “UEB São Luís” na avaliação nacional.....	71
Quadro 12 - Taxa de Aprovação dos anos iniciais na “UEB São Luís” 2017-2019	72
Quadro 13 - Indicador de desempenho das escolas do Núcleo Anil em Língua Portuguesa e Matemática – SIMAE 2017 – 2019 – Anos iniciais.....	75
Quadro 14 - Escala de Proficiência adotada nas três edições do SIMAE	77
Quadro 15 - Proficiência e meta nas edições do SIMAE de 2017, 2018 e 2019 em Língua Portuguesa e Matemática.....	85
Quadro 16 - Descrição técnica da realização da oficina pedagógica	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2 - Evolução do IDEB da Escola selecionada.	22
Gráfico 3 – Expectativa e desempenho dos estudantes do 5º ano	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Boletim da Escola selecionada com resultados do SIMAE.....	23
Figura 2 - Programa Educar Mais: “Juntos no Direito e Aprender” Eixos Estruturantes	45
Figura 3 - Coleção das Revistas Pedagógicas no Portal do CAEd – 2018.....	56
Figura 4 - Coleção das Revistas Pedagógicas no Portal do CAEd 2019.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAVE	Associação Brasileira de Avaliação Educacional
AC	Análise de Conteúdo
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BA	Bahia
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conselho de Classe
CE	Ceará
CF	Constituição Federal
CT	Conselho Tutelar
CV	Consoantes e Vogais
CVC	Consoante Vogal Consoante
EE	Educação Especial
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GA	Gestora Adjunta
GG	Gestora Geral
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEM	Índice de Desenvolvimento Educacional do Município de São Luís
INEP	Instituto Nacional de Educação em Pesquisa
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
NAE	Núcleo De Avaliação Educacional
PAR	Planos de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PI	Piauí
PIP	Programa de Intervenção Pedagógica
PME	Plano Municipal de Educação
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PTT	Produto Técnico Tecnológico
SAEB	Sistema De Avaliação da Educação Básica
SARESP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEAMA	Sistema Estadual de Avaliação
SEDUC	Secretaria de Estado da ação em Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SIMAE	Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís

SisLAME	Sistema para Administração e Controle Escolar
SL	São Luís
SP	São Paulo
TCT	Teoria Clássica dos Testes
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UEB	Unidade de Educação Básica
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
1.2.1 A pesquisa de campo	23
1.2.1 As Entrevistas	24
2.1 O Estado Avaliador no contexto do neoliberalismo a partir dos anos de 1990 na realidade brasileira.....	28
2.1.1 Avaliações em Larga Escala no Brasil	33
2.1.2 A emergência dos sistemas de avaliação na realidade maranhense: o SEAMA e o SIMAE	38
3 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS- MA.....	43
3.1 O contexto de criação do SIMAE.....	43
3.2 A linha histórica do SIMAE	49
4 SIMAE: A ANÁLISE DOS RESULTADOS PELA ESCOLA E CONTRIBUIÇÕES NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	59
4.1 A Escola Municipal “UEB São Luís”.....	62
4.1.1 A população atendida	66
4.1.2 Resultados Educacionais da Escola.....	70
4.1.3 A escola e os resultados do SIMAE	74
4.1.4 Contribuições do SIMAE para a escola.....	77
5 O PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO: Proposta de uma Oficina Pedagógica: Interpretação de Resultados Educacionais	95
5.1 Desenhando a Oficina Pedagógica	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	111
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GESTORA ESCOLAR.....	112
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS DA ESCOLA - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	113

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO NUCLEO DE AVLAICÃO EDUCACIONAL DA SEMED	114
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	115
ANEXOS	116
ANEXO A - MATRIZ DE REFERÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA - SIMAE.....	117
ANEXO B – MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA	118
ANEXO C – QUESTIONÁRIO DO DIRETOR.....	120
ANEXO D – QUESTIONÁRIO DOS ESTUNDATES	125
ANEXO E – QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR	129

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, discuto a política de avaliação, cujo foco se direciona a escola, com o viés na gestão escolar como prerrogativa de melhoria na qualidade do ensino no âmbito escolar. Tomo como objeto de pesquisa o Sistema de Avaliação Educacional do município de São Luís, Maranhão, implementado em 2017, que a partir desse momento se tornou parte integrante das ações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

O Sistema Municipal de Avaliação Educacional do município de São Luís foi criado em 2017, com objetivo reunir informações sobre o desempenho dos estudantes no decorrer do período letivo, proporcionando à equipe gestora a possibilidade de elaborar ações e estratégias de intervenção para lidar com as dificuldades identificadas nos testes de Língua Portuguesa e Matemática.

A implantação de um Sistema de Avaliação Institucional e de Aprendizagem da Rede Pública Municipal de Ensino, com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos didáticos e pedagógicos está previsto na estratégia 27 da meta 2 do Plano Municipal de Educação (PME) de São Luís (2015-2024).

A base para a construção da política de avaliação da Rede Pública de São Luís se deu por meio do Programa Educar Mais: “Juntos no Direito de Aprender”, lançado em julho de 2017, com a intenção de tornar a escola um ambiente educativo de excelência, um espaço adequado à aprendizagem, assegurada, portanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, “garante ao educando o ensino de qualidade, favorecendo o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho para a continuidade nos estudos.”

O interesse pela investigação no campo da escola se materializa neste estudo intitulado “Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) e qualidade da educação: análise da apropriação dos resultados pela escola”. O estudo foi realizado dentro da linha de pesquisa em Gestão Educacional e Escolar do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Essa temática surgiu a partir da minha atuação como técnica nos setores da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-MA, 2001 a 2015) e da Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED-MA, 2016 a 2022). Além disso, a minha inserção no grupo de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Qualidade na Educação Básica (GPQe) coordenado pela Professora Dra. Albiane Oliveira Gomes, onde as discussões em avaliação são constantes. Também tenho

participado em eventos nacionais, apresentando trabalhos em formato de pôster e comunicação oral.¹

Essa aproximação com a temática está relacionada à minha atuação como professora formadora, o que me proporcionou um diálogo com gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos nessa área de conhecimento. Considerando a importância desse contexto, fui instigada a desenvolver um olhar mais investigativo acerca do objeto.

O campo da investigação se relaciona a questionar como esses resultados são recebidos pela equipe gestora da escola. Apresentei, como conclusão do curso de Especialização em Gestão Escolar, um artigo científico intitulado “Gestão Escolar na intervenção dos Resultados da Provinha Brasil: boas práticas e desempenhos dos alunos no ensino fundamental”. Nessa mesma linha de avaliação de resultados, aprofundei-me durante o Mestrado com esta dissertação.

Devo dizer que essa temática contribui para a minha satisfação como pesquisadora. Isso se deve ao fato de que, na condição de formadora, tive a oportunidade de trocar experiências com profissionais da educação, o que me possibilitaram construir saberes na minha atuação profissional, agregando um maior nível de conhecimento.

É pertinente afirmar que a avaliação é um processo amplamente utilizado e presente em diversos aspectos do cotidiano escolar. No Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, segundo Cury; Michaelis (2022), Avaliar significa o “ato de avaliar”, é um substantivo feminino que podendo envolver a estimativa do valor de algo ou de algum trabalho. No entanto, a avaliação está intrinsecamente ligada à ação e ao efeito de avaliar. Como verbo, sua origem etimológica vem do latim *a + valiare*, que significa atribuir algo, estimar, apreciar ou calcular o valor de algo.

A avaliação como instrumento, se coloca a serviço da aprendizagem do aluno e contribui para uma análise e tomada de decisões em relação às ações pedagógicas durante o

¹ Gestão Escolar na intervenção dos Resultados da Provinha Brasil: boas práticas e desempenhos dos alunos no ensino fundamental, Artigo científico para obtenção do curso de Especialização em Orientação, Supervisão e Gestão Escolar (SANTA FÉ, 2015)

- Utilização pedagógica dos Resultados das Avaliações do SAEB nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão (ABAVE, 2015)

- Avaliação e utilização pedagógica dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) nas escolas municipais do ensino fundamental de São Luís Maranhão (CONAE, 2016).

- Contribuição das avaliações externas para o alcance das metas delineadas no PME na rede municipal de ensino e São Luís - MA (ABAVE, 2017).

- Avaliação em tempos Remotos: desafios do novo normal nas escolas de ensino fundamental de São Luís Maranhão, além desses estudos, outros trabalhos foram desenvolvidos com a referida temática como Formação para professores da Rede municipal (ABAVE, 2021).

processo de ensino. Nesse sentido, a avaliação, enquanto processo, integra-se ao seu objeto, sendo necessário almejar a qualidade do ensino, assim como a autoavaliação do professor em relação à sua prática docente, a fim de reorganizar metodologias e descobrir formas de facilitar e estimular o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes nas avaliações realizadas na escola.

Werle (2010), ao se referir sobre avaliação, faz a distinção da avaliação de uma instituição, que é realizada por profissional ou firma especializada neste tipo de consultoria, que abrangem todo o escopo ou apenas parte das instituições. A autora distingue a avaliação externa da avaliação de larga escala, como:

Um procedimento amplo e extensivo, envolvendo diferentes modalidades de avaliação, realizado por agências reconhecidas pela especialização técnica em teste e medidas, abrangendo um sistema de ensino, ou seja, todas as escolas de um determinado nível ou série deste sistema, mesmo que utilizando procedimentos amostrais, na maior parte das vezes voltada predominantemente para o foco da aprendizagem dos alunos [...] Portanto, a avaliação de larga escala sempre é uma avaliação externa às instituições escolares avaliadas (WERLE, 2010. p. 22).

As informações fornecidas pela avaliação permitem que o professor identifique o progresso de seu trabalho e determine se os resultados foram alcançados, isso permite que ele reconheça suas falhas e tome medidas corretivas. A avaliação também orienta o professor a ter clareza em relação às suas abordagens pedagógicas, estimulando a reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, e promovendo novas ideias e perspectivas.

Considero que, se todos se responsabilizarem pelos resultados de uma avaliação, os efeitos se tornarão concretos, sobretudo nas mudanças geradas em sala de aula, bem como naquelas que ocorrem no dia a dia, no âmbito da escola. Para que qualquer avaliação seja eficaz, é necessário buscar melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

Na busca de analisar os efeitos que a avaliação externa apresenta a partir dos desafios enfrentados pela equipe gestora da escola, este estudo buscou responder o seguinte **problema**: Como a gestão escolar tem se apropriado dos resultados do SIMAE para alçar melhorias na qualidade da rede municipal de São Luís - MA? Entendemos que a indagação está sustentada nos resultados da avaliação oriunda do SIMAE realizada nos anos de 2017 a 2019 para escolas da rede pública municipal. Assim, elencamos os objetivos:

a) Objetivo geral:

Analisar como a gestão escolar tem se apropriado dos resultados do SIMAE para alçar melhorias na qualidade do ensino, tendo como referência uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental, considerando a temporalidade de 2017 a 2019.

b) Objetivos específicos:

- Compreender os pressupostos políticos e sociais que marcaram o surgimento das avaliações externas a partir dos anos de 1990, discutindo a emergência dos sistemas municipais de avaliação a exemplo do SIMAE;
- Analisar o papel da gestão escolar diante dos resultados dessa política em uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental;
- Identificar as possíveis contribuições da apropriação desses resultados pela escola para a melhoria do ensino;
- Elaborar uma proposta de Oficina Pedagógica na modalidade presencial com vistas à análise, interpretação e apropriação dos resultados das avaliações externas pela escola, com foco em resultados educacionais.

Com a Proposta da Oficina Pedagógica, esperamos que a escola possa ir além das informações e instrumentos fornecidos pela Secretaria, obtendo mais subsídios para compreender as avaliações externas, assim relatadas pelas participantes da pesquisa a importância dos resultados serem discutidos na escola. Nesse sentido, compreendemos a importância da apropriação dos resultados de uma avaliação para um diagnóstico preciso para a prática pedagógica, ajudando a alcançar seus objetivos.

O estudo compreende que as avaliações em larga escala são instrumentos que mensuram competências e habilidades dos estudantes. Além disso, são ferramentas que se efetivam por meio de uma sistemática de trabalho e contam com a participação de gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos, todos em busca de soluções para corrigir possíveis falhas no processo de aprendizagem dos estudantes.

No município de São Luís, percebe-se um impacto da política de avaliação a partir da implantação do SIMAE em 2017, e esse impacto é compreendido pela comunidade educacional, principalmente pela equipe gestora das escolas. O Sistema Municipal de Avaliação Educacional do Município de São Luís Maranhão tem na sua base avaliar a qualidade² do ensino, com o propósito de assegurar a oferta de uma educação de qualidade.

Nesse sentido, surgiu à necessidade de entender a equipe gestora da escola em relação ao papel das avaliações externas na organização de uma política de avaliação no processo de ensino e aprendizagem, aspecto merecedor de atenção é o posicionamento da equipe que

²Sobre qualidade Albiane Gomes na sua tese de doutorado se posiciona da seguinte maneira: “O discurso oficial da qualidade da educação nesse contexto se sustenta na busca pela racionalização do sistema educativo mediante a autonomia das instituições escolares, tendo como foco a gestão escolar e aprendizagem dos alunos, e, sobretudo, a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados” (2016, p. 30).

compõe a escola, tendo em vista que o resultado de uma avaliação externa acontece com vistas ao aprimoramento focado no alcance das metas de qualidade.

Para tanto, é necessário ressaltar a relação entre a avaliação e a gestão escolar, uma vez que a avaliação³ é um instrumento que contribui para o diagnóstico, permitindo esclarecer as questões que surgem no cotidiano da escola.

Cabe ressaltar que as avaliações em larga escala, apresentam-se de forma quantitativa e qualitativa, sendo os resultados instrumentos para qualificar a aprendizagem dos estudantes. Portanto, é essencial que a gestão escolar e sua equipe analisem, interpretem e apropriem-se dos resultados de uma avaliação e elaborem estratégias para superar as dificuldades que os estudantes apresentarem.

A sistematização do estudo se dá nas seguintes seções além da introdução apresenta-se a temática seus objetivos a questão e os procedimentos metodológicos em seguida o estudo divide-se em cinco seções, a saber: Seção dois, o Estado Avaliador no Brasil e a emergência dos sistemas de avaliação municipais: a qualidade da educação em foco e três subseções discutindo o Estado Avaliador no contexto do neoliberalismo a partir dos anos de 1990 na realidade brasileira; Avaliações em Larga Escala no Brasil e os Sistemas de Avaliação; Propagação dos Sistemas de Avaliação e a emergência dos sistemas de avaliação na realidade maranhense: o SEAMA e o SIMAE. Na seção três apresentando a Implantação do Sistema de Avaliação na rede Municipal de São Luís- MA composta das subseções, o contexto de criação do SIMAE e sua linha histórica.

Na quarta seção apresenta como se desenvolveu, a análise dos resultados pela escola e suas contribuições na qualidade da educação, seguidas das subseções, A Escola Municipal “UEB. São Luís”; Resultados Educacionais da Escola; A escola e os resultados do SIMAE e suas contribuições. Na quinta seção, O Produto Técnico Tecnológico: Proposta de uma Oficina Pedagógica: Interpretação de Resultados Educacionais. E por fim as Considerações finais.

³ O estudioso e educador Cipriano Luckesi entende que a avaliação “Deverá ser o instrumento dialético de avanço, terá de ser o instrumento de identificação de novos rumos. Enfim terá de ser o instrumento de reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem percorridos”. LUCKESI (1995, p. 43).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o objeto de estudo, as pesquisas bibliográfica, documental e de campo foram de grande utilidade nesse estudo. Visto que a bibliográfica permitiu a busca e análise de obras e estudos relevantes sobre o tema, fornecendo embasamento teórico. A documental foi fundamental para a coleta de documentos oficiais, como legislações, normas e relatórios, que subsidiaram a compreensão do contexto da avaliação educacional. Já a pesquisa de campo proporcionou a coleta de dados empíricos por meio de entrevistas aplicadas aos sujeitos envolvidos, contribuindo para a análise da realidade e percepções dos atores envolvidos.

Conforme Evangelista (2004. p. 5-6):

Esses passos resultam de intencionalidades que, para além da pesquisa, se vinculam aos determinantes mais profundos e fecundos da investigação, qual seja discutir, elucidar, desconstruir com percursos de modo a produzir documentos, produzir conhecimentos e produzir consciências.

Desse modo, as fontes utilizadas são fidedignas sendo em fontes secundárias e primárias e, trazendo para a questão o método dialético⁴ tem como característica a discussão e argumentação. Com a intenção demonstrada ao longo do trabalho, à pesquisa bibliográfica para os estudos em avaliação se fundamentou no referencial segundo os autores: ANDERSON (1995); AFONSO (1999, 2009, 2010,2013); BELONE (2003); BONAMINO; FRANCO (2012); BROOK; OLIVEIRA (2015); DOMINGUES (2003); DOURADO (2006) DURLI; GENTILI; SILVA (1999); ENGUITA (2002); FERNANDES; GREMAUD (2007 2009); FREITAS (2012); MACHADO; ALAVARSE (2012); GOMES (2016); OLIVEIRA (2012); SAVIANE (2009) SOUSA; LOPES (2010); SOLIGO (2013); SHIROMA (2002) VIANNA (1990); WERLE (2010) e os citados ao longo do trabalho.

Realizamos levantamento legal instituído como marco histórico a LDBEN nº 9394/96, incluindo leis, decretos e portarias publicados pelo Ministério da Educação (MEC), pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), resolução do Conselho Municipal de Educação (SEMED), Regimento Escolar da rede Pública Municipal de Ensino, Relatórios quadrimestrais do setor de avaliação (SEMED), Termo de Referência para contratação de instituição especializada em Avaliação Educacional em larga escala para a

⁴ Para Antonio Carlos Gil em Métodos das Ciências Sociais o conceito de dialética é bastante antigo. Segundo o autor Platão utilizou-o no sentido de arte do diálogo. Na Antiguidade e na Idade Média o termo era utilizado para significar simplesmente lógica. A concepção moderna de dialética, no entanto, fundamenta-se em Hegel. Para esse filósofo, a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução. GIL, 2008, p. 13).

realização do SIMAE, documentos que regulamentam ou se referem às políticas educacionais voltadas para avaliação. Assim também, pode-se mencionar documento da escola como o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Na pesquisa bibliográfica, revisão da literatura, ou referencial teórico, são pesquisas que tratam de estudos com contribuições científicas de autores sobre o entendimento do assunto estudado. A pesquisa se constituiu ainda de fontes secundárias como teses, dissertações, artigos selecionados no Banco de Teses e Dissertações de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No que se refere à pesquisa documental, realizou-se por meio de levantamento, organização e análise de documentos oficiais do órgão como MEC/INEP e documentos disponibilizados pela SEMED, Núcleo de Avaliação (NAE) e pela Escola, conforme apresentados no **Quadro 1**:

Quadro 1 - Documentos analisados durante o estudo

Documentos	Objetivos
Termo de Referência	Conhecer a proposta de contratação de uma empresa especializada em Avaliação Educacional em larga escala para realização e implementação do SIMAE.
Relatórios de Resultados	Entender os resultados divulgados e sua apropriação pelas escolas.
Relatórios Quadrimestrais	Conhecer o planejamento que o Núcleo da Avaliação Educacional da SEMED organiza para a divulgação dos resultados da avaliação chegue até a escola.
Plano de Ação da SEMED	Entender como a avaliação se apresenta diante das ações da Secretaria.
Plano de Ação do NAE	Entender a organização de aplicação da avaliação, procedimentos operacionais como: logística de aplicação, seleção de aplicadores, reunião com os integrantes da escola para as devidas informações da avaliação.
Plano de Ação da escola	Conhecer, analisar o Plano de Ação da escola pesquisada. De que maneira os resultados da avaliação do SIMAE são utilizados para as estratégias e ações da escola.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Diante da constituição das fontes consideramos o que assinala Gil (2008), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica sendo:

A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos (GIL 2008, p. 51).

Tendo em vista que:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, ou que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como; documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos,

diários, filmes, fotografias, gravações, etc. De outro lado, existem dos documentos de segunda mão, que é alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 51).

Quanto à pesquisa de campo, esta teve como **lócus** uma escola pública municipal do ensino fundamental de São Luís/MA. Para a seleção da escola utilizou-se de informações que se constituíram em ser escola pertencente à rede municipal, com série histórica no IDEB e, sobretudo por participar das três edições do SIMAE, 2017, 2018 e 2019.

A pesquisa usou da técnica de Estudo de Caso tendo uma escola como unidade de análise. Para Yin (2010, p. 32-33), um estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. [...] A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Triviños (1987) defende o estudo de caso como sendo uma:

Categoria de pesquisa, cujo objeto é uma unidade que se analise profundamente. [...] A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. (TRIVIÑOS, 1987, p.133 - 134).

A pesquisa de campo se deu na denominada “UEB São Luís”, escola que integra o Sistema Público de Ensino de São Luís, incluída na avaliação do SIMAE. Para a seleção utilizou-se dos critérios já citados, que serviu para análise dos resultados obtidos na avaliação, com ênfase no processo ensino e aprendizagem dos estudantes, por meio dos testes padronizados com foco em leitura e letramento matemático nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e matemática.

Como participantes da pesquisa tivemos oito professores (as) dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo duas do 1º ano, duas do 2º ano, duas do 3º ano, uma do 4º ano, uma do 5º ano dos anos iniciais, além da Gestora, Coordenadora Pedagógica as quais compõem a equipe gestora da escola e a Coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional (NAE) da SEMED. Respeitando o horário de trabalho de cada participante, o diálogo se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, com roteiro de perguntas abertas, conforme (Apêndices A, B, C, D).

No **Quadro 2**, apresentamos o perfil das entrevistadas da escola com a identificação de letras e números com vistas a resguardar e respeitar suas identidades conforme Quadro 2.

Quadro 2- Perfil da equipe gestora - Anos iniciais – Turno Matutino

Letras/ Nº	Formação	Pós-Graduação	Turmas	Tempo de Serviço	Situação
GG 1	Pedagogia	Gestão Escolar	-	6 anos	Efetiva
CO 1	Pedagogia	Psicopedagogia	-	2 anos	Efetiva
P1	Pedagogia	Docência do Ens. Superior	1º ano A	7 anos	Seletivada
P2	Pedagogia	-	1ºano B	3 anos	Seletivada
P3	Pedagogia	Psicopedagogia	2º ano A	7 anos	Efetiva
P4	Pedagogia	-	2º ano B	2 anos	Seletivada
P5	Pedagogia	-	3º ano A	2 anos	Seletivada
P6	Pedagogia	-	3º ano B	2 anos	Seletivada
P7	Pedagogia	Psicopedagogia	4º ano A	7 anos	Efetiva
P8	Pedagogia	Psicopedagogia	5º ano A	7 anos	Efetiva

Fonte: Elaborada pela autora (2023) com base na entrevista concedida pela Gestora da escola

A equipe gestora que atua nos anos iniciais é formada por mulheres e todas têm formação em pedagogia, seis com pós-graduação, o tempo de serviço a média acima de 6 anos atuando na escola, sendo a maioria das professoras contratadas/seletivadas o que revela uma certa instabilidade nas turmas, pois acontece de o contrato não ser prorrogado.

Segundo os estudos de Morioni (2013, p. 177),

Por tratar-se de processo complexo e considerado caro para a realidade de muitos municípios, os concursos muitas vezes são realizados com largos intervalos de tempo entre eles, sendo necessário preencher os pontos de trabalho vagos com contratos temporários, especialmente no magistério.

Essa forma específica para seleção de professores na rede pública de ensino, o ingresso por meio de seletivo de modo geral tem o objetivo de identificar os candidatos que podem assumir a vaga. “Nos processos seletivos, o principal desafio é levantar informações que permitam fazer inferências sobre o desempenho futuro dos candidatos na função realizada” (MORIONE, 2013, p. 197).

A escola selecionada integra o Sistema Público de Ensino de São Luís, incluída na avaliação do SIMAE, observamos sua evolução nas metas projetadas no IDEB, sobretudo sua participação na avaliação do SIMAE. Critério este que serviu para análise dos resultados, com ênfase no processo ensino e aprendizagem dos estudantes, por meio dos testes padronizados com foco em leitura e letramento matemático nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática. Conforme **Gráfico 1** é possível observar a evolução e metas projetadas no indicador de qualidade, IDEB, da escola pesquisada.

Gráfico 1 - Evolução do IDEB da Escola selecionada.



Fonte: IDEB 2019, INEP. Disponível em <https://qedu.org.br/brasil/ideb>

A escola apresenta uma crescente desde o marco zero, a avaliação do ano de 2005, em 2007 com o cálculo da meta percebe-se um crescimento considerado, tendo uma queda em 2013 e 2015, de 3.6 e 3.7 respectivamente. Uma recuperação tímida, em 2017 e 2019, uma crescente de dois pontos representado um esforço no avanço da meta.

Na avaliação do SIMAE o resultado da escola está expresso no Índice de Desenvolvimento Educacional do Município de São Luís (IDEM), Boletim de desempenho dos estudantes da escola (anos iniciais) do ensino fundamental permitindo avaliar ano a ano, considerando o fluxo escolar, conforme Figura 1.

Figura 1 - Boletim da Escola selecionada com resultados do SIMAE

Fonte: CAEd /SEMED 2009 - Boletim dos anos iniciais (1º ao 5ºano) do Ensino Fundamental da Escola

O boletim do IDEM apresenta resultado da proficiência tendo um percentual de 205,2 em Língua Portuguesa representado na escala de proficiência com a descrição no padrão de desempenho 200 a 250, pontos os estudantes se encontram no nível proficiente com ampliação do processo cognitivo de leitura, possuem a capacidade de estabelecer relações intertextuais e distinguir um fato de uma opinião em um texto.

Em Matemática, um percentual de 204,7 representado na escala de proficiência com a descrição no padrão de desempenho entre 225 e 275 pontos os estudantes encontram-se no nível proficiente com habilidades que evidenciam maior expansão do conhecimento matemático necessário, exige dos estudantes melhor desempenho ao lidar com o sistema de numeração decimal.

A nota média expressa no boletim de 5,60 representa um avanço significativo dos estudantes no processo de aprendizagem durante o seu percurso, a nota do IDEM 5,0, está dentro do aceitável para o alcance da meta projetada para escola.

1.2.1 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo teve como *locus* uma escola pública municipal do ensino fundamental, que fez parte das três edições da avaliação do SIMAE, no contexto geral, a política de avaliação aconteceu em 113 escolas polos e 48 anexos, cujo campo empírico a capital São

Luís, Maranhão que implantou o Sistema de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) em 2017 nas escolas da Rede municipais do ensino fundamental.

A investigação se deu mediante a coleta de dados realizada por meio de entrevistas à equipe gestora da “UEB. São Luís” junto à coordenadora do NAE/SEMED (APÊNDICES (A, B e C), A amostra de onze participantes sendo oito professoras, uma gestora e uma coordenadora pedagógica dos anos iniciais do ensino fundamental, escolhemos como local do encontro a própria escola respeitando o horário de trabalho de cada uma, com exceção da coordenadora do NAE cujo encontro aconteceu na Secretaria de Educação.

No entendimento das políticas educacionais, refletir sobre a prática pedagógica em avaliação tem-se uma visão de melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, a avaliação tem na sua construção uma metodologia, respostas do processo e ensino aprendizagem como um todo.

Nesse sentido, a avaliação envolve mais do que medir, apresenta aspectos como os resultados detalhados de sua turma observando o rendimento dos estudantes, são pontos observados na entrevista, em comunhão com a fala da gestora, aspectos que sem dúvida são relevantes para que a equipe gestora envolvida no processo educativo repense a prática escolar diante da melhoria do ensino aprendizagem dos estudantes.

1.2.1 As Entrevistas

A escolha da entrevista com questões abertas e a facilidade do diálogo se justifica por ser uma técnica que permite conhecer a percepção dos participantes envolvidos ao se tratar da temática avaliação no âmbito da escola. Com o intuito de preservar a identidade da escola e os/as participantes estão identificados por (letra e número): professores (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8); Coordenador Pedagógico (CP 1) e Gestora Geral (GG1), no âmbito da SEMED a Coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional (CO1).

Elencamos os elementos como indicadores e objetivos desmembrados em perguntas (APÊNDICES A, B, C,) tratados nas entrevistas realizadas junto as participantes da pesquisa, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Síntese dos indicadores e objetivos das entrevistas semiestruturadas

Item	Indicadores	Objetivos
01	Implantação do Sistema Municipal de Avaliação - Importância do Sistema para a escola	Conhecer dos profissionais da escola suas concepções sobre avaliação externa
02	O Processo de divulgação e apropriação dos resultados. - Quais os impactos para a escola com os resultados da Avaliação do SIMAE.	Entender como a escola se apropriou dos resultados para realizar ações e estratégias no âmbito da sala de aula. Conhecer os instrumentos utilizados para a divulgação dos resultados
03	Quanto à utilização dos resultados pelos profissionais da escola - Utilização dos resultados para planejamento na escola; - Uso dos resultados das avaliações externas nas pautas de formação.	Perceber se os professores da escola discutiram sobre os resultados e utilizaram para o planejamento, como sugestão para ações e estratégias. Conhecer quais impactos tiveram por meio dos dados obtidos das avaliações realizada pelo SIMAE
04	Das responsabilidades da gestão - Os impactos da política de responsabilização no desempenho dos estudantes da escola em consequência dos resultados da avaliação.	Conhecer em âmbito geral as políticas de responsabilização com os resultados obtidos pela avaliação do SIMAE voltada para a escola.

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

As entrevistas foram aplicadas, com roteiro previamente elaborado pela pesquisadora e foram realizadas com a Gestora, Professoras e Coordenadora Pedagógica da escola a escolha da entrevista se justifica por ser flexível, possuir um roteiro prévio, como observa Minayo (2007, p. 64).

As entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidades e se caracterizam pela sua forma de organização [...] uma delas é que combina perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem possibilidade de discorrer sobre o tema em questão formuladas pelo investigador.

Obviamente a entrevista é valorizada com a presença do pesquisador quando oferece condições para o entrevistado, tendo ele liberdade e espontaneidade, bem como a técnica de comunicação com elo de sintonia, extremamente necessário para a investigação. Para Severino (2007) o tipo de entrevista semiestruturada permite “aprender o que os sujeitos pensem, sabem, representam, fazem, argumentam” no caso os resultados alcançados com a avaliação do SIMAE. Assim também, adotou-se a Análise de Conteúdo (AC) como forma de análise com base nos estudos de Bardin (1977) que organiza a análise em três fases: a “pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. (BARDIN, 1997, p. 95).

A fase da organização deu-se a partir da pré-análise, ou seja, a organização do material, leituras dos documentos oficiais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação e

também da escola, em seguida a exploração do material, esta considerada a fase de análise, codificação dos dados, por último o tratamento dos resultados de maneira significativa atendendo as considerações (BARDIN, 1977), contudo, buscou-se ir além dos conteúdos estudados.

2 O ESTADO-AVALIADOR NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO MUNICIPAIS: A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM FOCO

No desdobramento do papel do Estado, denominada de Estado Avaliador, Janela Afonso (2009), nos faz entender que nesse sentido, essa expressão tem um significado para o Estado que passa admitir “a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada com ênfase nos resultados e nos produtos dos sistemas educativos” (AFONSO. 2009. p. 49). Com esta visão o autor expressa seu ponto de vista de um novo darwinismo social⁵, que na avaliação tem pontos importantes das reformas da administração pública.

Revistando as características do Estado avaliador Afonso (2013), reconhece três fases ou (estratégias) na adoção de sistemas de avaliação no campo da educação, situando as décadas de (1980-2010). A primeira fase é marcada pela ideologia neoliberal às políticas de *accountability*⁶ e o incremento de avaliação de larga escala; a segunda fase são as formas de avaliação internacional e a aderência dos países; a terceira fase o autor denomina de processos de transnacionalização da prática avaliativa, o sociólogo considera que a terceira fase estaria “seduzidos por ímpetos de progresso ou de desenvolvimento” (AFONSO, 2013, p. 276).

Partindo dessa visão os estudos impulsionam a reconhecer os sinais das políticas de avaliação educacional praticados no Brasil em relação ao e Estado- Avaliador, contudo, essas mudanças no setor educacional passaram a defender uma necessidade de transparência por parte das escolas para os processos de avaliação se estendesse a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Afonso, (2013 p. 107) tem um olhar diante da “problemática da *accountability*, que não é nova e está de forma intermitente em diferentes contextos e conjunturas, tendo em vista a ganhar centralidade social e política.”

Por esta razão se reflete sobre avaliação, onde pode ser justificada ou considerada necessária, podendo ocorrer de forma com a prestação de contas e a responsabilização dos resultados, ainda assim o autor nos seus estudos sobre *accountability* amplia suas discussões em conotação neoconservadoras e ou neoliberais nos discursos ideológicos, fazendo uma

⁵ Utiliza-se da teoria da evolução de Darwin para obter embasamento científico. No Brasil “o que se percebe que os darwinismos não darwinianos dominaram a produção intelectual no século XIX. Somente no século XX, a teoria passou a ser objeto de pesquisa das ciências propriamente dita” (DOMINGUES. 2003).

⁶ Termo de origem inglesa e sem tradução exata para o português está presente na literatura americana. No Brasil, foi introduzido no início dos anos de 1990, quando se instalava no país o regime democrático de administração pública (PINHO; SACRAMENTO, 2009). Traduzido muitas vezes como sinônimo de prestação de contas ou responsabilização trata-se de um conceito em expansão (AFONSO, 2009). Na visão de (Brook, 2006), é uma forma de prestação de contas e de responsabilização fundamentada em valores, promotora de confiança dos professores nas escolas.

articulando com o processo de avaliação, prestação contas e responsabilização, diante dessa ideia esse impulso se dá por meio dos valores de cidadania, participação, transparência, argumentos que torna a educação mais democrática e justa.

Retomando as fases ou estratégias no campo da educação, Afonso (1999) considera o que ficou evidenciado nas últimas décadas, “porque substituem o monopólio dos fornecedores do Estado por uma diversidade de fornecedores independentes e competitivos” (AFONSO, 1999, p. 115). Nesse contexto, na visão de Freitas (2012), surge a designação de Estado-Avaliador onde os países adotam instrumentos de acompanhamento do desempenho das escolas com a “finalidade de reorientar políticas públicas” (FREITAS, 2012, p. 14).

Nesse sentido há estratégias de governação onde o Estado atua a partir dos resultados que são obtidos nos testes padronizados, e realizados, primeiro, pelo próprio país e segundo por agências multilaterais⁷. Nesse caso, o fortalecimento de referências neoliberais representadas pela adesão de medidas políticas e administrativas é ajustado às leis do mercado, passando pelo refinamento dos mecanismos de controle e responsabilização dos resultados obtidos pelos sistemas educacionais.

Esse desenho que se refere aos efeitos pouco consistentes no que toca à melhoria educacional, cita-se a obra de Ravitch (2011)⁸, que expõe de maneira detalhada a evolução das reformas no mercado internacional, onde pode se perceber que as políticas de avaliação, para Afonso (2013, p. 271) “um dos eixos estruturantes das reformas da administração pública”, o que se permite entender que ao longo de décadas foram marcadas por características distintas, estas teriam segundo a visão do autor a expansão das políticas de avaliação em larga escala no contexto das reformas neoliberais pelos estados nacionais.

2.1 O Estado Avaliador no contexto do neoliberalismo a partir dos anos de 1990 na realidade brasileira

No discurso neoliberal, a promessa da modernização do país de forma sustentada é clara, em nome de um estado de emergência econômico⁹. O historiador Perry Anderson nos anos

⁷ São organismos formados por um grupo de países com propósito de provar desenvolvimento. O Brasil faz parte das organizações mundiais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OCTA), Associação Latino-Americana de Integração (OCTA), Mercado Comum do Sul (Mercosul), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), Organização Mundial do Comércio (OMC). (ALONSO, 2017).

⁸ Na sua obra “Vida e morte do grande sistema escolar americano”, expõe de forma acessível e detalhada a evolução das reformas de mercado dos Estados Unidos nas últimas décadas, faz crítica aos pressupostos ideológicos denunciando seus resultados que contribuiu para agravar a crise da educação pública americana. Traduzida para o português em 2011. A autora cita que o modelo de avaliação adotado pelos Estados Unidos que inspira o Brasil, não contribuiu para melhorar o país. (RAVITCH, 2011).

⁹ Designação de uma situação declarada e/ou imposta pelo governo de um país.

(1990) ao fazer um balanço sobre o Neoliberalismo enfatizando as políticas sociais e o estado democrático diz:

Economicamente, fracassou, não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. [...] Todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistem a seus regimes (ANDERSON, 1995, p.23).

Nesse sentido pode-se dizer que o neoliberalismo é um movimento ideológico, que tem coerência, segue um curso que pode assumir a direção e o controle econômico, no Brasil passou a ser entendido como doutrina socioeconômica fazendo menção ao liberalismo clássico. Na opinião de Saviani (2009, p. 228):

Essas políticas que inicialmente tiveram de ser, de algum modo, impostas pelas agências internacionais de financiamento mediante as chamadas condicionalidades, em seguida perdem o caráter de imposição, pois são assumidas pelas próprias elites econômicas e políticas dos países latino-americanos.

Por esse ponto de vista o contexto das ideias pedagógicas assume um discurso proveniente do fracasso da escola pública, tendo como justificativa a sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Afonso (2013) apresenta os estágios onde há características de “introdução de mecanismos de *accountability* baseados em testes padronizados têm alto impacto em *rankings* escolares, indutores de formas autoritárias de prestação de contas e de responsabilização das instituições” (AFONSO, 2013, p. 272).

A adoção de políticas de avaliação, o seu primeiro estágio “dependeu, em grande medida, expressiva autonomia relativa de Estados enquanto unidade de uma Federação” (AFONSO, 2013, p. 271), por esse prisma, a implantação das políticas tinha a ver com as leituras feitas nos países essa realidade, nesse caso era possível a influência de instâncias nacional, supranacional nas políticas.

O estágio segundo, Afonso 2013, é caracterizado pela “construção de um sistema de indicadores e de avaliação comparada em larga escala”, esse estágio adquiriu uma grande expressão nos anos de 1990, com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no campo das avaliações internacionais, o terceiro estágio nas políticas de avaliação se caracteriza com o “Pós Estado Avaliador” por apresentar “contornos pouco

definidos” sendo no ensino superior que a hipótese do pós estado avaliador poderia ser percebida (AFONSO 2013, p. 174).

[...] Quer justamente acentuar a ideia de que, para muito além das agendas nacionais e dos efeitos externos da globalização sobre os diferentes países, o está em curso é uma estratégia de exacerbação e diversificação de lógicas neoliberais de transnacionalização da educação, com ênfase na privatização, mercadorização e mercantilização (AFONSO, 2013, p. 276).

Com as formas de avaliação em larga escala presentes no modelo de Estado Avaliador evidenciado no terceiro estágio surge um novo momento na regulação do campo educacional que serviu para repercutir na fase mais contemporânea do Estado Avaliador e estão intrínsecas na sua relação com a educação.

No Brasil o desenvolvimento do Estado Avaliador se deu com o uso de “testes padronizados de aplicação externa, com foco nos estudantes, nas escolas, nas redes e ou nos sistemas de ensino” (DURLI; SCHNEIDER, 2011, p. 172), esta foi a primeira experiência em larga escala que ocorreu no ano de 1976, organizada e coordenada pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Experiência esta que tinha como principal objetivo monitorar o corpo docente das instituições de ensino superior, com a adesão do Brasil nas duas décadas seguintes aos pressupostos da ideologia neoliberal, iniciou-se o desenho de um sistema nacional de avaliação, pois o país “carecia de informações sobre o processo de ensino e o impacto das políticas educacionais” (OLIVEIRA, 2012, p. 150).

Os estudos de Oliveira (2012) apontam o início de uma nova fase na gestão dos serviços públicos no Brasil em relação às instituições, teria o sistema de avaliação como “base da regulação entendida pelo Estado-avaliador no país” (OLIVEIRA, 2012, p. 150), uma tentativa de constituir um sistema nacional de avaliação que tivesse como finalidade o processo de *accountability*, e que permeasse as discussões educacionais para se firmar e ganhar na melhoria da qualidade dos estudantes.

A implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 1990 é um exemplo da inserção do Brasil aos preceitos do Estado avaliador estabelecidos pelas organizações internacionais sobre as políticas nacionais que se estruturou em 1995 e posteriormente em 2005, uma vez reestruturado com a intenção de deixar a realidade das escolas brasileiras¹⁰.

¹⁰ O SAEB realizava avaliações amostrais, para representar a situação dos estudantes dos estados brasileiros, sem dados por escola. Os resultados por amostra probalística da situação educacional do país se estenderam até 2005 quando pela Portaria n. 931, de 21 de março o sistema foi expandido, passado a constituírem-se por dois processos

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) a partir desse momento passou a realizar avaliações censitárias com dados sobre a situação das escolas e redes de ensino, constituindo assim um importante instrumento para o aprimoramento das políticas educacionais semelhantes às praticadas pelos países mais avançados.

Nessa direção entende-se que os pressupostos do Estado avaliador e as várias iniciativas de avaliação da Educação Básica foram desenvolvidos pelos estados e municípios nos anos de 1990, como precursores do SAEB, o Programa de Avaliação do Desempenho da Rede Pública de Pernambuco, criado em 1991, em seguida o Programa de Avaliação das Escolas da Rede Estadual de Minas Gerais e do Rendimento Escolar de alunos de 4ª e 8ª série do Ceará criados em 1992, bem como o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) criado desde 1996.

Dada as características o SAEB é modelo de criação de sistemas tanto no âmbito estadual como municipal, compreende a primeira fase do Estado-avaliador no Brasil, processo esse que ocorreu a partir de 2005 com ampliação do SAEB. Fernandes e Gremaud (2009) sinalizam que, somente a partir de estratos censitários por escola e redes de ensino disponibilizado com a criação da ANRESC (Prova Brasil) que o Brasil passou a contar “com o programa de *accountability* para a Educação Básica, restrito ao Ensino Fundamental”, pois, “a avaliação da Prova Brasil” não atinge censitariamente o Ensino Médio (FERNANDES; GREMAUD, 2009, p. 12).

Na primeira característica do Estado avaliador no Brasil no que se refere as políticas de avaliação, Bonamino e Franco (1999), consideram os processos de *accountability* na educação brasileira, em seus estudos que classificam de segundo ciclo de avaliações em larga escala no Brasil quando estas passaram ser articuladas com políticas de responsabilização.¹¹

Os desdobramentos da avaliação têm a responsabilização na Educação Básica manifestada desde 2007 com a criação do IDEB, considerado hoje “o principal indicador de *accountability* do país” (FERNANDES; GREMAUD, 2009, p. 231). Como indicador oficial do país apresenta no seu bojo combinação dos dados do rendimento escolar obtido a partir dos resultados da Prova Brasil com as taxas de aprovação das séries avaliadas a cada dois anos, percebidas no primeiro estágio, o papel do Estado passa a ser importante instrumento de regulação e controle, indo ao contrário do discurso da descentralização, democratização da gestão pública.

de avaliação: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil (PORTARIA 931).

¹¹ Para entender as três gerações de avaliação na educação básica ver: Bonamino e Franco (1999); Bonamino; Sousa (2012).

Ao situar o segundo estágio do Estado avaliador, caracterizado após o desenvolvimento de seus sistemas próprios de avaliação, no Brasil as avaliações teriam aderido a programas internacionais numa perspectiva comparada, tendo como referência para a criação de um sistema próprio de avaliação, por conta disso nesse estágio, no Brasil desenvolveu-se simultaneamente.

Com a participação nos processos de avaliação o Brasil afirma-se nas avaliações internacionais com o intuito de aperfeiçoar os sistemas nacionais associados ao rendimento de aprendizagem, consta-se em análise perspectivas comparadas com os países onde as condições educacionais estão próximas do ponto de vista geográfico, o que isso está coadunando com as características ditas por Afonso (2013) no seu segundo estágio do Estado-avaliador, assim de maneira sutil, uma ligação no terceiro estágio se dá com o desdobramento caracterizado pela expansão das agências de avaliação ligado as conexões internacionais como “o incremento de políticas de avaliação comuns no âmbito de blocos regionais a União Europeia ou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)” (AFONSO, 2013, p. 278).

Com o novo modelo de administração pública o Estado avaliador passa ser o centro do controle da educação incorporado nas novas estratégias de avaliação, até o momento as reflexões tecidas por Afonso (2013), como referência, é possível reconhecer que no Brasil, tem clara a presença de um primeiro estágio do Estado avaliador caracterizado pelo crescimento de práticas avaliativas padronizadas com o objetivo de promover a melhoria da qualidade em todas as etapas e modalidades de ensino da educação brasileira. A Prova Brasil e o IDEB cumprem o seu papel na implementação de uma política de *accountability* educacional, entendendo o fortalecimento do primeiro estágio. Essas iniciativas são desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), que a partir de 1997 passou:

A planejar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no país [...] função de organizar o sistema de informações e estatísticas, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas educacionais dos governos federal, estaduais (BRASIL, 2018, n. p.).

Ademais, pode-se constatar que são inúmeras as iniciativas de avaliação em curso no Brasil, tanto nacional como internacional, só confirma estágios distintos do Estado avaliador, entretanto, há o interesse do Brasil cada vez mais na implantação de políticas públicas sempre buscando experiências em outros países. Desse modo, a avaliação tem um precedente na prestação de contas e responsabilização e nessa sequência da prestação de contas a avaliação tem lugar, produzindo informações com efeitos nos argumentos sobre políticas públicas, atendendo não apenas a questão da avaliabilidade em sua amplitude, mas, a semelhança entre

modelos de avaliação e *accountability*, para que a construção desses modelos seja de forma transparente.

Segue a subseção com o objetivo de continuar as reflexões acerca das Políticas públicas ligadas aos processos de avaliação, enfatizando a avaliação em larga escala e os sistemas de avaliação estadual e municipal.

2.1.1 Avaliações em Larga Escala no Brasil

Na esfera educacional, o Brasil convive com as avaliações em larga escala desde 1990, por meio delas tem-se uma noção mais clara do desempenho dos estudantes brasileiros no Ensino Fundamental e Médio, os resultados passaram a ancorar as diretrizes das políticas educacionais. No campo do ensino público a avaliação em larga escala ganhou visibilidade e importância, como já citada, com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) por meio do Ministério da Educação em articulação com as Secretarias estadual e municipal, foi a primeira iniciativa em escala nacional para se conhecer o sistema educacional brasileiro.

O SAEB, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), tendo como objetivos principais a avaliação da qualidade da educação desenvolvida no país e a apresentação dos indicadores educacionais apresentados por regiões e unidades da federação, (ARAÚJO; LUZIO, 2005). O SAEB é uma avaliação da qualidade da educação brasileira apresenta um retrato da educação da educação básica, é realizada a cada dois anos, avalia a educação ofertada nas redes de ensino das escolas públicas com testes relacionados aos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, (censitário para os estudantes de 5º e 9º ano do ensino fundamental) Ciências da Natureza e Ciências humanas (amostral para estudantes do 9º ano do ensino fundamental), aplica ainda questionários contextuais para estudantes, professores e secretários municipais de Educação nas escolas públicas e privadas das 27 Unidades da Federação.

Em 2005 mais um ciclo se reestruturou pela Portaria Ministerial n. 931 (BRASIL, 2005), apresentando uma nova composição, desta vez nas duas avaliações, a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) ou Prova Brasil. É importante destacar que em 2007, vários aprimoramentos são evidentemente possíveis, agregado ao SAEB, foi criado um indicador, condutor de política pública em prol da

qualidade da educação o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹² permitiu ao INEP combinar as médias de desempenho dos estudantes, apurados no Censo Escolar que somado aos indicadores de fluxo escolar, especificamente a taxa de aprovação.

Desde a sua gênese, o SAEB passou por um processo de aprimoramentos teórico e metodológico de aperfeiçoamento e se consolidando ao longo das edições, dentre elas sua realização a cada dois anos, essencial para efeito dos resultados e para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação junto aos sistemas de ensino, em 2019 marca o início de um período de mudanças. A Portaria Normativa nº 1.795 de 27/12/1994, apresenta como principal objetivo do SAEB:

Avaliar a educação básica do país e contribuir para a melhoria de sua qualidade, a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos (BRASIL, 2013, p. 5).

De acordo com a Portaria Ministerial nº 931, de 21/03/2005, o SAEB passou a ser constituído por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB, avaliação bianual, por amostragem, do ensino público e particular e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC/Prova Brasil, avaliação censitária realizada no ensino público.

A Portaria Ministerial nº 482, de 7 de junho de 2013, apresenta uma nova estruturação, desse modo o SAEB passa a ser composto por três processos de avaliação: Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB, Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC e Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA. Conforme a referida Portaria Ministerial, a ANEB e a ANRESC/Prova Brasil mantêm seus objetivos, características e procedimentos avaliativos definidos pela Portaria Ministerial nº 931, de 21/03/2005 e regulamenta como objetivos principais da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

- I – Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental
- II – Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino
- III- Concorrer para a melhoria da qualidade do ensino e educação das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas para diretrizes da educação nacional. (INEP, DOCUMENTO BÁSICO. 2013, p.7).

¹² Fernandes (2007, p. 15) assinala ao se referir a um sistema de metas para o avanço da qualidade da educação a implementação do IDEB, o Ministério da Educação “sinaliza às escolas públicas um objetivo a ser perseguido: obter o maior valor possível no indicador. Pode-se, no entanto, questionar a capacidade da simples divulgação do IDEB fornecer o incentivo necessário para promover mudanças que resultem em aumentos significativos no indicador”.

A Avaliação Nacional da Alfabetização firma seus objetivos principais e tem como foco avaliar a qualidade, a equidade no ciclo de alfabetização de forma que cada unidade obtivesse informações do seu resultado. Nesse sentido, inventariar o percurso na produção de conhecimento das três décadas de implantação de políticas que sustentam a avaliação em larga escala “é importante observar a periodização que acontecem as mudanças,” onde os processos de avaliação basearam-se na medição do desempenho escolar por meio dos testes educacionais que foram iniciados nos anos de 1960 (SOUSA, 1997).

Na década de 1970, a avaliação se constitui em meios a sucessivas reformas educacionais, como a maneira de mensurar e de responsabilizar com maior intencionalidade os professores pelo fracasso escolar dos estudantes (GREGO, 2012). No entanto, final dos anos de 1980, registra-se as primeiras experiências em nível nacional de avaliação de larga escala que acontece como mecanismo de regulação da educação brasileira com o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público (SAEP) no Paraná e no Rio Grande do Norte assinala (SOUSA, 1997).

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL 2020), foi implementada a primeira iniciativa de um ciclo, nesse bojo versa-se as observações de (BONAMINO, FRANCO; 2012), que descrevem os ciclos em relação ao caso brasileiro em comunhão com os objetivos declarados nos documentos oficiais (ciclos de 1990 a 1997) descritos no Quadro 4.

Quadro 4 - Ciclos e objetivos do SAEB nos anos de 1990 -1997

Ciclo/Ano	Objetivos Gerais
1º Ciclo 1990	Desenvolver e aprofundar a capacidade avaliativa das unidades gestoras do sistema educacional (MEC), secretarias estaduais e órgãos municipais); regionalizar a operacionalização do processo avaliativo, criando nexos e estímulos para o desenvolvimento de infraestrutura de pesquisa e a avaliação educacional; propor uma estratégia de articulação dos resultados das pesquisas e avaliações já realizadas ou em vias de implementação. (BRASIL/MEC/INEP, s.d., p.3).
2º Ciclo 1993	Fornecer elementos para apoiar a formulação, reformulação e monitoramento de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação (Brasil/MEC/INEP, 1995); promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento institucional, organizacional e operacional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. SAEB; incrementar, descentralizar e desconcentrar a capacidade técnico-metodológica na área de avaliação educacional no Brasil (BRASIL/PNUD, 1992).
3º Ciclo 1995	Fornecer subsídios para as políticas voltadas para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência da educação no Brasil (Brasil/ MEC/INEP, s.d.; Brasil/MEC/INEP, 1995).
4º Ciclo 1997	Gerar e organizar informações sobre a qualidade, a equidade e a eficiência da educação nacional, de forma a permitir o monitoramento das políticas brasileiras (PESTANA, 1998)

Fonte: Extraído do texto¹³ de (BONAMINO; FRANCO, 2012 p. 111)

¹³ Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. Caderno de Pesquisa n. 108, p. 101-132.

Mediante as informações supracitadas no quadro 4, a definição dos objetivos e ciclos do SAEB, percebe-se que a formulação descentralizada é adotada no primeiro ciclo (1990), deixando claro os aspectos processuais alinhados ao desenvolvimento de uma cultura de avaliação no sistema educacional, além, da participação efetiva dos professores e especialistas das secretarias estaduais de educação. Este foi um momento em as secretarias se responsabilizavam pela aplicação das provas, as equipes de professores de cada estado tinham a finalidade de “validar os conteúdos das provas” a nível local e, “determinar se os itens contidos nestas formavam parte do que se considerava conteúdo mínimo para a UF” (BONAMINO; FRANCO, 2012. p. 112).

No que diz respeito ao segundo ciclo (1993), confirmada mais uma vez a efetiva participação dos professores e das equipes pedagógicas das secretarias estaduais para analisar os problemas detectados mediante os resultados relativos ao primeiro ciclo que diz respeito à elaboração das provas partindo “de uma proposta inicial de 40 itens por série e disciplina, a partir dos quais seriam montados os testes de rendimento” (BRASIL, 1995, p. 13-14). Do ponto de vista do terceiro ciclo (1995), trouxe para esse momento uma “inovação” (BONAMINO, FRANCO, 2012), considerada positiva, a inclusão no escopo dos instrumentos contextuais os questionários socioeconômicos e culturais, bem como, os hábitos de estudos dos alunos.

Esses instrumentos são até hoje, constituídos pelos questionários do diretor com informações sobre sexo, idade, formação e experiência profissional, organização e funcionamento da escola; questionário do professor contendo as mesmas informações do questionário do diretor acrescido de experiência profissional, situação funcional, prática docente, organização e clima escolar. Os estudantes de 5º, 9º ano do Ensino fundamental e estudantes da 3ª série do Ensino Médio questionários demográficos e culturais, além das questões sobre hábitos de estudo e testes de rendimentos. E por fim o questionário da Escola respondido pelo diretor tem informações sobre as dependências administrativas, zona e localização, estado de conservação, instalações e condições da escola, neste ciclo também houve alteração na forma de execução do SAEB, a terceirização de instituições privadas na elaboração das provas, na condução do processo na aplicação dos testes e análise dos resultados. Segundo relato de Nilma Fontanive (1997).

O SAEB foi conduzido pelas Fundações Carlos Chagas e CESGRANRIO, que, em convênio com o MEC, se responsabilizaram pela seleção da amostra, elaboração dos itens e confecção dos cadernos de teste, padronização e elaboração de manuais e vídeo de treinamento do procedimento de aplicação dos instrumentos provas, questionários e formulários distribuição dos materiais às sedes das secretarias estaduais de educação, processamento e análise dos resultados (FONTANIVE, 1997, p.86-99).

Acerca do quarto ciclo (1997) é caracterizado pela concentração da Fundação CESGRANRIO que se responsabilizou pela elaboração dos itens de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, que compuseram o banco de itens do MEC, aplicação das provas e análise dos resultados. Na ótica do conjunto dos instrumentos contextuais utilizados nos diferentes ciclos do SAEB permite-se afirmar que “mesmo após a introdução dos instrumentos sobre a situação socioeconômica e hábitos dos alunos” até hoje “são ainda precários para permitir um equacionamento satisfatório” (BONAMINO; FRANCO, 2012, p. 115). Assim, é conveniente dizer que o sistema de avaliação possui uma função pautada na ética, além de uma função pedagógica em que garante a análise de averiguar se o direito à Educação, que hoje tem um significado, o direito de aprender está sendo assegurado por todos os alunos da educação básica.

Ecoado às diversas mudanças o SAEB ao longo do tempo, foi se aprimorando, e, em 1995, uma nova metodologia em itens, os testes deixaram o aspecto metodológico da Teoria Clássica dos Testes (TCT)¹⁴ para adotar a Teoria de Resposta ao Item (TRI)¹⁵. Às vésperas de completar três décadas, em 2019 o SAEB passou por uma nova reestruturação para se adequar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) assim apresentada:

- Fim das siglas (ANA, ANEB, ANRESC - Prova Brasil) que identificavam as etapas das avaliações;
- Avaliação da Educação Infantil;
- Critério mínimo para participação de escolas- 10 estudantes matriculados nas séries (2º, 5º e 9º) anos do ensino fundamental;
- Passou a ser censitária para estudantes da 3º e 4ª série do Ensino Médio;
- Critério mínimo para divulgação dos resultados de 80% de alunos presentes nas escolas, municípios e Unidades da Federação;
- Provas identificadas de acordo com Censo Escolar
- E, ampliação de acesso aos resultados (BRASIL, 2020, n.p).

¹⁴ Teoria Clássica dos Testes (TCT) resume o desempenho num teste pelo somatório de acertos dos itens.

¹⁵ A TRI. Premissa básica de quanto mais acerto, maior o domínio do aluno em determinado assunto, onde o “resultado obtido depende exclusivamente do conteúdo da prova” (BROOKE, 2015, p. 183-184). Segundo o INEP é um conjunto de modelos que relacionam a probabilidade de um aluno apresentar uma determinada resposta a um item, com sua proficiência e características (parâmetros) do item. (INEP, 2011, p.3). Para tanto as questões têm diferentes níveis de dificuldade em fácil, médio e difícil o que prevalece é a coerência dos acertos, a fim de “realizar análises comparativas do desempenho dos alunos colocadas em escalas de proficiência”. (FONTANIVE; ELYOT; KLEIN, 2007, p. 262). Para Fletcher, (2015, p. 183) a TRI incentivou inúmeras inovações na prática da aplicação das provas, especialmente no desenvolvimento de bancos de itens e testes adaptativos. (FLETCHER, 2015, p. 183). Klein (2015) diz que a TRI, muda o foco de análise da prova como um todo para análise de cada item. Por isso é um conjunto de modelos matemáticos onde a probabilidade de resposta a um item é modelada como função da proficiência (habilidade) do aluno (variável latente, não observável). Conclui [...] quanto maior a proficiência do aluno, maior a probabilidade de ele acertar o item (KLEIN 2015, p. 189).

Para Sousa, (2010) o IDEB “potencializou as iniciativas de responsabilização que vinha se esboçando de modo tímido em alguns estados e municípios” (SOUSA, 2010. p. 3). É notório que o IDEB tem um espaço de destaque na avaliação, contribui na política de responsabilização dos resultados, permite acompanhar a evolução para o estabelecimento das metas nas unidades escolares. Consoante às informações do Sistema de Avaliação, sendo esta avaliação em larga escala nacional o SAEB é de fato a mais longa avaliação educacional brasileira, é um sistema que operacionaliza aplicações regulares desde 1990 coletando informações de escola permitindo gestores públicos, diretores de escolas, professores e pesquisadores uma visão abrangente do cenário educacional, viabilizando ações no âmbito das políticas públicas, visando à melhoria da qualidade educacional brasileira.

O INEP no decorrer das edições do SAEB realizou uma série de aprimoramentos teórico-metodológicos na avaliação, na edição de 2019 marcou o início de um período de transição nas matrizes de referência utilizadas desde 2001, as novas matrizes elaboradas estão em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Pelo exposto a política de avaliação em larga escala no Brasil¹⁶ surge sob o respaldo de uma “mensuração da qualidade” da educação, se sustentando em um modelo gerencialista a influência dos organismos “supranacionais” e no centro do “Estado Avaliador”, o interesse e incentivo do Banco Mundial, (BM) do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo (FRITSCH, VITELLI, 2021, p. 4) trouxe “como consequência a expressão dos processos avaliativos na educação brasileira.” Desse modo, as avaliações em larga escala estão no auge de três décadas com aprimoramentos nos processos de avaliação de escolas e instituições.

2.1.2 A emergência dos sistemas de avaliação na realidade maranhense: o SEAMA e o SIMAE

Entende-se que avaliação externa é uma iniciativa por parte dos gestores estaduais e municipais na implantação dos seus sistemas de monitoramento da qualidade da educação. No Maranhão, o Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA), foi instituído pelo Governo do Estado como política de acompanhamento das escolas em 216 municípios, publicizando seus indicadores educacionais e melhorias na aprendizagem dos estudantes

¹⁶ Os estudos nesse sentido sobre “mensuração da qualidade”. Ver: (GUSMÃO, J. B. de. A. 2013); “Influências gerencialista com sustentação nos organismos ‘supranacionais’”. Ver: (IVO, A. A.; HYPOLITO, A. M, 2017). E no centro de um “Estado Avaliador”. Ver: (COSTA, A. G.; VIDAL, E. M.; VIEIRA, S. L. 2019).

maranhenses desde 2019, com a sua primeira avaliação. O SEAMA é uma ação integrante do Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem e do programa Mais IDEB, e conta com a parceria da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Esse sistema de avaliação,

[...] permite estabelecer o índice próprio do Estado, contribuindo para a melhor definição das metas conforme as redes; acompanhamento dos resultados dos estudantes no decorrer do ano; análise da prática avaliativa desenvolvida nas escolas (por meio da compatibilização dos resultados nos simulados e nas atividades de sala de aula), entre outros avanços. (SEDUC, 2019, n.p.).

A SEDUC¹⁷/MA estendeu o benefício do sistema próprio às redes municipais dos 216 municípios por meio do pacto de colaboração, este realizado por adesão voluntária pelos gestores municipais, denominado ¹⁸Pacto pela Aprendizagem. A rede municipal de São Luís não fez adesão ao SEAMA. O Sistema também representa um reforço às ações de colaboração com os municípios, por meio do Pacto pela Aprendizagem, lançado em 2019 e integra, também, o Programa Escola Digna.

Assim, o governo do Estado do Maranhão executa a política de cooperação em 216, municípios do Estado, com exceção de São Luís que em 2017 implantou seu sistema próprio de avaliação, não fazendo parte da política de cooperação dos municípios maranhenses, que recebem auxílio na melhoria dos indicadores, para tanto Machado (2013), ao se referir as avaliações externas no âmbito estadual diz que:

Nas avaliações estaduais há maior proximidade e possibilidade de interação entre as equipes de especialistas e os professores das escolas examinadas; isso dá oportunidade para se fazer refletir, nas provas, características do ensino praticado cotidianamente no ambiente das salas de aula locais. (MACHADO, 2013, p. 49).

As iniciativas se configuram como um dos elementos relevantes das políticas educacionais numa perspectiva de melhoria da qualidade educacional. É notável as crescentes iniciativas na implantação dos sistemas de avaliação municipais, e a parceria com o Centro de

¹⁷ Secretaria Estadual de Educação do Maranhão.

¹⁸ O Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem foi instituído em 2019, no âmbito da Política Educacional Escola Digna, e reforça a colaboração entre a Secretaria de Estado da Educação e as Secretarias Municipais de Educação, por meio do desenvolvimento de ações voltadas à melhoria dos indicadores e à concretização das metas dos Planos de Educação, especialmente da alfabetização na idade certa e formação integral e cidadã de todas as crianças do Maranhão. O Pacto foi institucionalizado pela Lei Nº 10.995 de 11 de março de 2019, que instituiu a Política Educacional Escola Digna. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5425> e o Decreto nº 34.649, de 2 de janeiro de 2019, que regulamentou o Pacto pela Aprendizagem, <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5368> (SÃO LUÍS, 2019). Acesso em; 14 maio 2022.

Políticas Públicas em Avaliação (CAEd) nos municípios, dentre eles o município de São Luís, com a implantação do SIMAE, conforme demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5 - Sistemas Municipais de Avaliação (2017-2019)

Sistemas de Avaliação	Assessoria	Implantação	Aplicação	Objetivos
PROARE Programa de Avaliação da Rede Municipal de Ensino Três Lagoas (MS)	CAEd	2018	2018	Diagnosticar a aprendizagem dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, visando a promoção de ações pedagógicas mais eficazes.
SIMAE Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (MA)	CAEd	2017	2019	Oferecer subsídios para a melhoria da qualidade e equidade da educação no município. O programa investe também em oficinas de desenvolvimento profissional para gestores educacionais.
SAETHE Sistema de Avaliação Educacional de Teresina (PI)	CAEd	2017	2019	Promover avaliações para os alunos da rede municipal. Permite um detalhamento do desempenho dos estudantes, auxiliando gestores e professores em ações que melhorem a qualidade do ensino.
PROSA Programa Salvador Avalia Bahia (BA)	CAEd	2017	2019	Realizar um diagnóstico do aprendizado e colher subsídios para o aprimoramento do ensino.
SAESP Sistema de Avaliação de Santana do (Parnaíba) (SP)	CAEd	2018	2019	Avaliar os conhecimentos dos estudantes da rede municipal de ensino em Língua Portuguesa e Matemática, levantando dados que ofereçam subsídios para a implementação de políticas educacionais e melhorias na qualidade do ensino.
AVALIA GOIÂNIA Sistema de Avaliação Educacional do Município de (Goiânia) (GO)	CAEd	2019	2019	Oferecer subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas educacionais.
AVALIA VARGINHA Sistema de Avaliação do Município de Varginha (Minas Gerais) (MG)	CAEd	2019	2019	Verificar a aprendizagem dos estudantes da rede municipal de Varginha

Fonte: <https://www.avaliacaoemonitoramento.caeddigital.net>

Acerca da implantação dos sistemas próprios de avaliação nos municípios os objetivos levam ao entendimento de melhoria da qualidade da educação, sendo importante que os estudantes disponham de conhecimentos básicos de aprendizagem, esse processo de parceria envolve estratégia de intervenção a levar os professores, gestores a refletir sobre os resultados, os sistemas apresentam um diagnóstico do desempenho dos estudantes na busca de soluções de problemas apresentados nos testes, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação oferece assessoria em formação para professores, gestores com foco em aprendizagem, os municípios citados no quadro 8 tem assessoria do CAEd.

As avaliações realizadas pelos sistemas próprios a cada ano têm sido cada vez mais usadas para monitorar a qualidade da educação, e a nível nacional tem-se o IDEB, sobre o IDEB enquanto indicador de qualidade (Oliveira, Sousa e Alavarse, 2011, p. 17) citado em: Avaliação como Diretrizes das Políticas Educacionais dos Governos Federal, Estaduais e Municipais: O caso brasileiro asseveram que:

[...] as dimensões limitadas para aferir a qualidade do ensino ofertado, sendo prisioneiro dos limites que os testes de proficiência apresentam, é útil por permitir o monitoramento de redes de ensino e de escolas, podendo subsidiar as políticas educacionais. [...] A definição de um indicador chancelado pelo Ministério da Educação, compressível ao grande público, representa uma contribuição significativa por tornar o debate em torno de resultados do processo educativo passível de verificação e, portanto, mais transparente e objetivo. (ALAVARSE, BRAVO, MACHADO. p. 5. 2012).

As iniciativas de avaliação pelos governos municipais são consideradas em expansão para um resultado mais rápido e para a escola ações e estratégias mais precisas, pois os sistemas apresentam resultados individuais detalhados, entre outras razões esse esforço justifica que “no Brasil os municípios respondem por, aproximadamente, metade das matrículas na educação básica” (ALAVARSE, BRAVO, MACHADO 2012. p. 8).

As iniciativas municipais em implantar os sistemas próprios de avaliação se dão pelo acesso mais imediato aos resultados, tendo em vista que as Secretarias Municipais de Educação estabelece a política de melhoria da qualidade do ensino fundamental baseado no desempenho aferidos pelos estudantes, tendo em vista que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem relação com o Ministério da Educação (MEC), assim como o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e os Planos de Ações Articuladas (PAR).

Castro (2009) assinala que há uma progressiva institucionalização da avaliação como mecanismo, no sentido de “subsidiar o processo de formulação e monitoramento de Políticas Públicas é responsável e transparente”, pois, norteiam o aprimoramento de ações de melhoria da aprendizagem.

3 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS- MA

A Secretaria Municipal de Educação de São Luís Maranhão lançou em julho de 2017 o programa Educar Mais “Juntos no Direito de Aprender” o programa na sua estrutura tem, entre outras ações e projetos a realização de um diagnóstico da oferta educacional da rede de ensino, que se realizou por meio da implantação do Sistema Municipal de Avaliação de São Luís o SIMAE. A intencionalidade da avaliação educacional em larga escala buscou pesquisar a qualidade da oferta, em especial o desempenho dos estudantes do ensino fundamental da rede pública municipal com os resultados obtidos nos testes realizados em agosto de 2017, novembro de 2018 e novembro de 2019.

3.1 O contexto de criação do SIMAE

O Maranhão é um dos nove estados da região Nordeste. Segundo o Censo 2022, a sua capital possui atualmente 1.037.775 de habitantes, representando um aumento de 2,21% em relação ao censo de 2010. O Censo também aponta que São Luís tem uma maior densidade demográfica de 1.779,87 habitantes por Km² e uma média de 2,96 moradores por residência (IBGE 2022). A cidade foi reconhecida em 1997, como patrimônio cultural da humanidade. No contexto educacional, a política da rede municipal, sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), teve a iniciativa de instituir a política de avaliação da rede.

Na dissertação de Débora Fortaleza, (2021) o registro da pesquisa realizada pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), teve como público-alvo os profissionais das escolas da Educação Infantil, (EI) Ensino Fundamental (EF) e as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial (EE). “Os profissionais responderam questionários, na sua maioria professores, coordenadores pedagógicos, perfazendo um total de mais de 1.700 profissionais” (FORTALEZA, 2021, p. 27).

Os resultados da pesquisa foram direcionados para a educação da Rede municipal de São Luís que serviu de base para sustentar as políticas educacionais, com vistas ao ensino de qualidade para os estudantes do ensino fundamental. Considerando o interesse dos gestores públicos, sendo possível à iniciativa de uma avaliação externa por meio de um sistema próprio de avaliação, com a formulação e estruturação da política de avaliação a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) por meio do Núcleo de Avaliação Educacional (NAE), setor vinculado à Secretaria Adjunta de Ensino (SAE) elabora um Plano de Ação para auxiliar as escolas nos resultados dos indicadores da rede municipal, sinalizando que:

O Núcleo de Avaliação Educacional (NAE) tem como função primordial promover um processo de avaliação contínua e sistemática através de ações que venham dar maior visibilidade às condições de ensino da Rede Municipal de Educação de São Luís, através de diagnósticos fidedignos que forneçam dados precisos quantitativos e qualitativos, importantes para orientação, reorientação do planejamento educacional gerencial e pedagógico com foco na elevação dos níveis de aprendizagem dos estudantes da rede, a elaboração das diretrizes que orientam as práticas avaliativas das escolas contribuindo com a construção da Sistemática de Avaliação da Rede; a realização e apoio das ações avaliativas de várias esferas que forneçam subsídios para formulação e reformulação de políticas públicas, visando à otimização de investimentos públicos e garantia de indicadores educacionais de qualidade e o monitoramento do rendimento dos estudantes, por meio do Sistema de Avaliação. (SÃO LUÍS, 2018, p. 2).

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) instituiu em julho de 2017, o Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE), sendo este um Sistema pioneiro no estado, a primeira rede de ensino municipal do Maranhão a ter um sistema próprio de avaliação externa, onde os resultados são direcionados para o planejamento, intervenção e gestão, política de avaliação e política educacional da rede. Fortaleza (2021) enfatiza que a formulação da política de avaliação da rede municipal de ensino de São Luís em 2016 tinha como propósito resultado do diagnóstico da Rede Pública Municipal de Educação para identificar as impressões e expectativas dos profissionais sobre a educação de São Luís.

Com os resultados, traçaram-se então os novos rumos da educação municipal de São Luís - MA, com a nova política, implementada em 2016 pela SEMED o Programa Educar Mais “Juntos no Direito de aprender,” ficou estruturado em oito eixos, sendo, metas e estratégias definidas e estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME) 2015- 2024, com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014- 2024 (BRASIL, 2014) conforme Figura 2.

Figura 2 - Programa Educar Mais: “Juntos no Direito e Aprender” Eixos Estruturantes



Fonte: São Luís (2019)

Os eixos estão descritos da seguinte maneira:

EIXO 1 – Gestão, com foco em duas ações prioritárias: assegurar a eleição e nomeação de 100% de gestores escolares e realizar a modernização e simplificação do trabalho administrativo bem como o controle acadêmico, por meio da criação de um Sistema Integrado de Gestão Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino que possibilitasse o gerenciamento da matrícula, frequência, diário de classe, boletim, quadro de profissionais e realização anual do Censo Escolar.

EIXO 2 – Avaliação consistia na criação de um sistema próprio de avaliação em larga escala da rede municipal de São Luís, visando diagnosticar e monitorar a oferta educacional.

EIXO 3 – Currículo, a centralidade era na orientação da prática docente e a melhoria da aprendizagem. Objetiva-se a revisão da proposta curricular da rede, com foco nas orientações curriculares nacionais;

EIXO 4 - Formação Continuada consistia na elaboração de um plano de trabalho centrado nas necessidades das escolas e complementando a formação inicial de seus profissionais para que haja qualificação permanente visando ao aprimoramento dos conhecimentos e práticas de ensino.

EIXO 5 - Acompanhamento Pedagógico: consistia em ações de monitoramento, orientação e intervenção das práticas pedagógicas para maximizar o aproveitamento e desempenho do estudante;

EIXO 6 - Infraestrutura: tinha como foco a necessidade constante de oferecer ambientes com conforto e acessibilidade aos alunos e a toda a comunidade escolar, de forma que os espaços disponham de estrutura física adequada, com organização, manutenção e segurança.

EIXO 7 - Tecnológico: objetiva a viabilizar a utilização das ferramentas digitais, enquanto recurso pedagógico na educação escolar, possibilitando a inclusão digital de professores, gestores, estudantes e comunidade escolar em geral.

EIXO 8 - Relação Escola e Comunidade: a centralidade era construir espaços reais de interação entre a escola e a comunidade, na perspectiva de uma gestão participativa, democrática e autônoma, cujas ações prioritárias abrangessem: o fortalecimento dos conselhos escolares; a formação de líderes escolares/grêmios; e a instituição de fóruns socioeducativos com participação de diversos segmentos da comunidade escolar (SÃO LUÍS, 2017, n.p.)

Nesse contexto, amparado na Meta 2, estratégia 2.25 do Plano Municipal de Educação (PME) que prevê “implantar e implementar, a partir de 2016, o Sistema de Avaliação Institucional e de Aprendizagem da Rede Pública Municipal de Ensino” (SÃO LUÍS, 2015, p. 3). Considerando as avaliações externas ferramenta de gestão, parâmetro para planejamento das políticas públicas, a SEMED, visando melhoria nos indicadores municipais instituiu em 2017 o Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE), no eixo dois a avaliação, a criação do SIMAE parte da premissa de ter ao alcance os dados sobre a rede para auxiliar na tomada de decisão e o cumprimento das metas estabelecidas no PME, que efetiva uma política voltada para a educação municipal.

Dessa forma, o processo de implantação do SIMAE foi coordenado no município de São Luís pelo Núcleo de Avaliação Educacional (NAE), setor da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que se estabelece de acordo com a Portaria nº32/2016, GAB/SEMED de 7 de março de 2016, que o Núcleo de Avaliação Educacional expressava o objetivo de: “promover um processo de avaliação contínua e sistêmica através de ações que venham dar maior visibilidade às condições de ensino da Rede Municipal de Educação de São Luís” (SÃO LUÍS, 2020. p. 3). Assim, o Núcleo tem como atribuição:

[...] fornece, analisar e encaminhar indicadores de qualidade da educação municipal a partir do acompanhamento da prática avaliativa na escola, da coleta e leitura de dados de fontes diversas (Censo escolar, SAEB/ Prova Brasil, ANA, Provinha Brasil), e da aplicação de testes padronizados próprios que possibilitam a aferição da aprendizagem dos alunos e instrumentos que avaliem aspectos da gestão da SEMED e das escolas de forma a proporcionar o diálogo contínuo das práticas pedagógicas e redefinições de políticas públicas na rede de ensino municipal. (SÃO LUÍS, 2014, p. 5).

Em 2016, as atribuições do Núcleo de Avaliação Educacional foram revistas e passaram

a:

- I - Elaborar Diretrizes que orientem a prática avaliativa das escolas da Rede Municipal de Ensino: Sistemática de Avaliação da Rede. Meta Avaliação e propor atualização de documentos oficiais referentes à avaliação da aprendizagem;
 - II - Realizar e apoiar ações avaliativas de várias esferas que forneçam subsídios para formulação e reformulação de políticas públicas, visando a otimização de investimentos públicos e garantia de indicadores educacionais de qualidade;
 - III - Disseminar os resultados das avaliações que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), bem como o índice Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e outras avaliações realizadas e/ou coordenada pelo INEP/MEC;
 - IV - Analisar e emitir pareceres em resposta às demandas sobre o processo de avaliação na Rede Municipal;
 - V - Organizar processos formativos realizados pela equipe e/ou articulados com os grupos de formação da Rede Municipal;
 - VI - Monitorar por meio do Sistema de Avaliação Municipal o rendimento dos estudantes, visando garantir a oferta de ensino público de qualidade com equidade;
- [...] (SÃO LUÍS, 2016, p. 3).

O entendimento de que a avaliação é um instrumento a favor da melhoria da aprendizagem, é importante que a suas bases estejam em consonância com os documentos curriculares da rede, bem como as matrizes de referência para as avaliações externas. Para tanto as Matrizes de Referência do SIMAE mesmo sendo um recorte do Referencial Curricular da Rede estão em consonância com a proposta curricular da rede e a Matriz de Referência Nacional. Segundo INEP:

Trata-se de uma referência para a construção do instrumento de avaliação, sendo diferente de uma proposta curricular ou programa de ensino, que são mais amplos e completos. A Matriz de Referência foca habilidades essenciais de alfabetização e letramento, ou seja, avalia os conhecimentos esperados que os alunos tenham adquirido após o início do processo de alfabetização, mas de forma alguma deve substituir o currículo da escola em relação às habilidades de Língua Portuguesa e Matemática. (2015, n.p.)

A primeira aplicação dos testes do SIMAE foi realizada em agosto de 2017, denominada de avaliação diagnóstica, na qual aferiu o desempenho dos estudantes nos componentes curriculares em Matemática e Língua Portuguesa, foram “161 unidades escolares 113 escolas-polos e 48 anexos, com a participação dos estudantes do 1º, 2º, 3º, 5º 7º e 9º, estavam previstos um total de 44.959, mas estiveram presentes (avaliados) 30.452”. (SÃO LUÍS, 2017, p. 19). Dados extraídos do relatório técnico.

Diante dos dados informados, o SIMAE tem suas finalidades, estas explícitas no Plano de Ação Anual da rede municipal ele acentua com relevância que:

A avaliação fornece dados quantitativos e qualitativos (diagnósticos) relevantes sobre a oferta e qualidade de ensino promovido pela Rede Pública Municipal de Ensino. Essas informações constituem-se em subsídios de suma importância na orientação e reorientação do planejamento educacional gerencial e pedagógico com foco na elevação da aprendizagem e garantia do direito dos estudantes a educação pública na quantidade e qualidade necessária. Orienta a elaboração das diretrizes que fundamentam as práticas avaliativas das escolas contribuindo com a efetivação da Sistemática de Avaliação da Rede e, ainda, contribui na formulação e reformulação de políticas públicas, visando a otimização de investimentos públicos, garantia de indicadores educacionais de qualidade e acompanhamento e monitoramento da qualidade do ensino ofertado pela Rede por meio do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís – SIMAE São Luís. (SÃO LUÍS, 2020, n.p.).

Nessa perspectiva, a institucionalização e implementação do SIMAE, é oferecer informações necessárias para orientação das políticas educacionais à comunidade escolar e a sociedade em geral, medidas consideradas necessárias para a qualidade educacional ofertada pela rede pública municipal, para alcançar a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes da rede.

O SIMAE tem como princípio diagnóstico, traçar um perfil explícito nos instrumentos de pesquisa, apresentando os resultados sobre o nível de proficiência dos estudantes, por turma, por escola e por estudante, tendo visto os diagnósticos precisos nos estratos apresentados em âmbito: municipal, zonas (núcleos) urbana e rural e localidades socioeconômicas.

A implantação do SIMAE foi realizada em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)¹⁹. As avaliações são coordenadas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), referência nacional e internacional. Com as atribuições dos parceiros coube ao CAEd, a aplicação dos testes de proficiência, formação adequada aos profissionais para a aplicação dos testes, a disponibilização de *sítio* eletrônico Portal do SIMAE, possibilitando o acesso aos resultados, o SIMAE apresenta semelhança com o SAEB por ser uma avaliação censitária, possuir uma Matriz de Referência em consonância com a BNCC, utiliza a Teoria de Resposta ao Item, a distinção do SAEB e SIMAE é a periodicidade: uma realiza aplicação bianual a outra com aplicações anuais.

Notadamente o SIMAE, assim como SAEB classificam os resultados da proficiência dos alunos numa escala contínua que agrupa as pontuações em insuficiente, básico, proficiente e avançado, as escalas, ambas têm caráter cumulativo no que diz respeito ao aprendizado dos alunos, em relação à consolidação das habilidades anteriores, condição que permite a intervenção na prática pedagógica. O SIMAE apresenta resultados detalhados por escola, ano, turma e estudante, dessa forma o sistema municipal contempla a todos, beneficia a equidade permitindo a efetivação das intervenções individuais, tendo em vista à melhoria do desempenho dos estudantes das escolas da rede municipal.

A parceria SEMED/CAEd/UFJF viabilizou o apoio técnico da Rede Municipal à, cada parceiro com suas atribuições coube ao CAEd a elaboração e aplicação dos testes de proficiência para os estudantes, a formação aos profissionais, a aplicação com lisura e comprometimento a disponibilização dos resultados para a administração central da Secretaria representados por técnicos, Secretário, Superintendentes, Gestores escolares, além da divulgação dos resultados no Portal do CAEd, por meio de *sítio* eletrônico para que todos tivessem acesso.

O SIMAE propôs, também, a criação de uma rede de responsabilização da qual, envolve, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, alunos e seus familiares, que podem a partir dos resultados, ratifica que, “avaliar as medidas de intervenção pedagógica devem ser adotadas possibilitando uma aprendizagem significativa dos estudantes sob sua

¹⁹ UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora

responsabilidade” (SÃO LUÍS, 2017). Nessa perspectiva em nome de uma qualidade a decisão de anunciar uma ação da política de educacional para rede municipal, a avaliação sendo um dos eixos do Programa Educar Mais: “Juntos no Direito de Aprender” o Sistema de Avaliação Educacional de São Luís integra a política de gestão educacional da rede pública, direciona a sua meta em promover educação pública de qualidade e equidade.

3.2 A linha histórica do SIMAE

O programa de avaliação externa possibilita à equipe gestora dados para diagnósticos da realidade da escola, o que significa um esforço da SEMED numa ação conjunta com a intenção de atingir bom êxito. O SIMAE teve apenas três edições, tendo sido encerrado com a mudança de gestão municipal em 2020.

A primeira avaliação realizada pelo sistema em 2017 denominada de avaliação diagnóstica reuniu informações sobre o desempenho dos estudantes no ano letivo, possibilitando às escolas a elaborar estratégias para sanar as dificuldades demonstradas nos testes.

Participaram da primeira edição em 2017 os estudantes do 1º, 2º 3º, 5º, 7º, (e 9º ano do ensino fundamental e estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos em 113 9 (cento e treze) escolas, 48 (quarenta e oito) anexos totalizando 161(cento e sessenta e um) escolas da rede organizadas em sete núcleos, mais de 45 mil estudantes distribuídos em 1.602 turmas se concentraram nos testes de proficiências dos Componentes Curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

Segundo o Relatório Consolidado do SIMAE 2017 da Avaliação Diagnóstica, a participação dos estudantes na avaliação que responderam o teste no 1º e 2º dia de aplicação dos testes em Língua Portuguesa e Matemática, constatou-se que nem todos os estudantes previstos para a avaliação realizaram o teste, o número considerado de ausentes com ênfase no “7º ano cuja participação no quadro geral ficou abaixo de 60%” (SÃO LUÍS, 2017, p. 20).

Em 2018, foi realizada a segunda edição denominada somativa do SIMAE, com a evolução dos estudantes do processo de 2017, no universo avaliado estão os estudantes matriculados no Ensino Fundamental e estudantes da Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Participaram da avaliação “72.684 estudantes das 161 escolas sendo 113 escolas polo e 48 anexos distribuídos em 2.613 turmas do Ensino Fundamental e na modalidade Educação de Jovens e Adultos.” (SÃO LUÍS 2018. Relatório - NAE, p.8).

Ainda em 2018 a SEMED realizou a avaliação da Educação Infantil²⁰, um projeto piloto de avaliação desenvolvido pelo CAEd, participaram da avaliação gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores e cuidadores escolares que responderam questionários *on-line*, para a consolidação dos dados dezesseis escolas passaram por uma avaliação utilizando a metodologia da observação *in loco*.

O processo avaliativo foi realizado por meio de múltiplas estratégias dentre as quais se destacam: entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora, reunião coletiva com os profissionais que atuam na Educação Infantil, visita às escolas, análise documental e de dados secundários, preenchimento de questionários e observação em turmas de educação infantil, creche e pré-escola. [...] Os questionários, aplicados de forma censitária, abarcaram o perfil dos profissionais, as condições de infraestrutura das instituições, as práticas pedagógicas, a gestão pedagógica da escola, o ambiente educativo, a relação com a família e com a comunidade e as expectativas em relação às crianças. Os questionários foram respondidos de forma *on-line* por diretores (as), coordenadoras pedagógicas, professoras (es) e cuidadores(as) das creches e pré-escolas públicas. (SÃO LUÍS, 2019, p. 7- Relatório da Educação Infantil).

Segundo o Relatório da Avaliação da Educação Infantil 2018 foi expressiva a participação dos gestores escolares (97, 8%), dos coordenadores (98%), professores (99%) e cuidadores (91,8%), conforme demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 - Representantes das escolas que responderam à pesquisa do projeto piloto da avaliação infantil

Representantes das Escolas	Nº Previstos	Nº Efetivo	Percentual
Gestores Escolares	92	90	97, 8%
Coordenadores Pedagógicos	102	100	98, 0%
Professores (as)	727	720	99,0%
Cuidadores Escolares	32	30	91,8 %

Fonte: SIMAE, CAEd 2018, p. 18 - Relatório Avaliação Educação Infantil

O SIMAE, eixo relevante do Programa Educar Mais: “Juntos no direito de aprender” incluiu a Educação Infantil assumindo o desafio, respeitando a legislação vigente e as especificidades da primeira etapa da Educação Básica, foram utilizadas metodologias que assegurem a construção de um diagnóstico da rede municipal de São Luís.

Em 2019 foi realizada a terceira edição da avaliação também somativa para os estudantes do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, em 161 escolas, 2.388 turmas e 59.546 estudantes avaliados, nesse ano não participaram os estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos, e Educação Infantil.

²⁰ A pesquisa contempla os objetivos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, não avaliando o desempenho da criança. Tem como objetivos: Produzir informações diagnóstica acerca das práticas pedagógicas dos professores de Educação Infantil; fornecer aos gestores, professores, sobre as características da oferta da gestão e das práticas docente; contribuir com o aprimoramento da competência docente; recomendar ações da melhoria da política municipal da Educação Infantil (São Luís, 2019, p. 7).

A avaliação somativa esclarece no Termo de Referência os seguintes objetivos: a) Produzir informações sobre o desempenho escolar dos estudantes do Ensino fundamental e os fatores que associam a esse desempenho, possibilitando o monitoramento e a formulação de políticas educacionais; b) Possibilitar a todos os elementos envolvidos no processo educativo (estudantes, professores, gestores, pais, administradores, técnicos e especialistas) um acompanhamento efetivo dos resultados obtidos por suas escolas; c) Utilizar a avaliação como ferramenta para desencadear um processo de motivação na escola e no sistema de ensino. (SÃO LUÍS, 2017, p. 5).

A participação dos estudantes nas três edições do SIMAE, houve um crescimento significativo quanto a esse indicador, isso se deve ao esforço de toda a equipe da SEMED engajada com gestores escolares no sentido da mobilização dos estudantes na avaliação.

O relatório afirma que:

Este indicador de participação é muito importante, uma vez que, por se tratar de avaliação censitária, quanto maior a participação dos estudantes, mais fidedignas são resultados dos testes cognitivos. [...] significa dizer que é possível generalizar os resultados para toda a escola quando a participação efetiva for igual ou superior a 80% do total de alunos previstos para realizar a avaliação (SÃO LUÍS, 2018, p. 11).

Por se tratar de uma avaliação censitária, observa-se quanto maior a participação dos estudantes, mais verdadeiros poderá ser os resultados aferidos nos testes, é possível perceber que a participação dos estudantes na avaliação de 2017 atingiu um percentual inferior que os anos subsequentes, atendendo integralmente à população do 1º ao 9º ano do ensino fundamental da rede Municipal de São Luís por ser censitária. O município nas três edições do SIMAE teve uma expressiva participação dos estudantes do ensino fundamental, num percentual de 67,7% em 2017, 81,5% em 2018 e 95,1% em 2019, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Participação dos estudantes da rede municipal nas avaliações do SIMAE

EDIÇÃO	ESTUDANTES PREVISTOS	ESTUDANTES EFETIVOS	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
2017	44.978	30.452	67,7%
2018	72.114	58.821	81,5%
2019	62.602	59.546	95,1%

Fonte: Dados a partir do Relatório do Núcleo de Avaliação Educacional (NAE). (SÃO LUÍS, 2019, p. 7).

O indicador de participação é importante, por se tratar de uma avaliação censitária, pois quanto maior a participação dos estudantes na avaliação, mais eficientes são os resultados dos testes cognitivos.

A Secretaria Municipal de Educação em consonância com o Centro de Políticas Públicas em Avaliação, em uma ação de emergência desenvolveu metas de aprendizagem por escola, ano e componente curricular. No documento “Proposta de Metas de Aprendizagem para São Luís,” descreve que:

O estabelecimento de metas educacionais é uma ação concreta de especificação dos objetivos ao qual se pretende o sistema de ensino no curto, médio e longo prazo. Para que o sistema seja efetivo as metas devem ser pactuadas com cada uma das unidades escolares e se apoiar, sobretudo, no Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE). O SIMAE irá fornecer as informações necessárias para a estimativa e o monitoramento das metas. (CAEd, 2018, p. 1).

Para o estabelecimento das metas o CAEd usou como “premissa” o resultado do SIMAE 2017, tendo como indicativo o desempenho das escolas municipais na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), 2013-2016 no que se refere à leitura. Considerando esse incremento o nível de aprendizagem na escala de 0 a 10 pontos para o ciclo de alfabetização correspondente ao 1º, 2º, 3º ano do ensino fundamental da rede municipal referentes a leitura.

O desempenho da Rede Municipal de São Luís em à leitura e os níveis de aprendizagem estão propostos na escala da ANA demonstradas o nível 1 elementar²¹ e nível 2 básico²² alcançaram 76,65% em 2013 e 71,39% em 2016, considerado como parâmetro para o final do ciclo de escolarização, estando relacionados às metas 5 (Alfabetização) e 7 (Aprendizado adequado na idade certa) do Plano Nacional de Educação (PNE).

Diante dos resultados confirmaram-se os resultados da ANA em Leitura aos estudantes do 3º ano do ensino fundamental, que se encontram no nível “Abaixo do Básico” nível elementar na escala da, ANA, os estudantes não alcançaram o nível intermediário em Língua Portuguesa com foco em leitura.

Constatou-se que a partir da primeira avaliação do SIMAE o processo para definição de metas de proficiência média e padrões de desempenho para a educação do município de São Luís foi entendido e alinhado ao agrupamento dos padrões de desempenho na escala de que estão em 4 (quatro) níveis, o insuficiente, básico proficiente e avançado, considerando a escala

²¹ Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de: Ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica, ainda que alternem sílabas canônicas e não canônicas.

²² Localizar informações explícitas em textos curtos, como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica, e em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto; reconhecer a finalidade de texto como convite, campanha publicitária, infográfico, receita, bilhete, anúncio, com ou sem apoio de imagem; identificar assunto em textos como campanha publicitária, curiosidade científica ou histórica, fragmento de reportagem e poema cujo assunto está no título ou na primeira linha; inferir relação de causa e consequência em tirinha.

de 0 a 10 da Avaliação Nacional da Alfabetização. O CAEd propôs para as escolas públicas municipal metas para 10 anos, 2018 a 2028, com o intervalo de 11 pontos, perspectiva **desafiadora**, tendo em vista uma crescente evolução, dados coletados a partir da Proposta de Metas de Aprendizagem para São Luís CAEd, (2018).

Para o CAEd (2018) a rede municipal de ensino se esforçaria para alcançar os objetivos, sendo que as escolas deveriam contribuir aumentando seu desempenho, ou seja, um esforço em conjunto com professores criando condições para que fossem incorporadas nas reflexões do cotidiano, na construção de estratégias e ações que propiciassem à alteração das situações que não estavam adequadas no contexto da escola, ampliando assim o debate com seus pares para novas perspectivas e análise do desempenho diante da avaliação externa.

As metas de desempenho de São Luís utilizaram a informação de testes aplicados no âmbito do SIMAE, por ano, componente curricular e etapa, tem como referência de desempenho para o cálculo das metas intermediárias as médias de proficiência das escolas em 2017, primeiro ano de avaliação, são metas projetadas por ano nos componentes curriculares, com intervalos de onze pontos estipuladas em longo prazo para as escolas da rede municipal de São Luís. Nesse sentido o CAEd em nota.

O estabelecimento de metas exige a fixação de premissas e regras de cálculo, e a primeira premissa trata do incremento anual a ser esperado, visto que analisa o nível e tendência do desempenho das escolas municipais de São Luís na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil (CAEd, 2018 p. 1).

As metas estabelecidas, pelo CAED/UFJF em consonância com a SEMED estão também explicitadas no Boletim do Índice de Desenvolvimento Educacional do Município de São Luís (IDEM)²³. Em vista disso corroborando com o exposto a nota técnica²⁴ apresentada pelo CAEd pontua o seguinte:

O Índice de Desenvolvimento Educacional do Município de São Luís - MA (IDEM) reflete, de forma sintética, a qualidade da educação medida em três dimensões relevantes: desempenho em língua portuguesa, desempenho em matemática e fluxo. O desempenho nessas áreas é obtido a partir das informações fornecidas pelo sistema próprio de avaliação, e o fluxo é levantado a partir de informações derivadas do censo escolar. [...] O cálculo dos indicadores específicos e do índice sintético é feito a partir de procedimentos semelhantes aos estabelecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O procedimento é idêntico, a diferença

²³ Exposto na página 26 desta dissertação

²⁴ Segundo o CAEd a Nota Técnica trata da concepção do IDEB e pode ser encontrada em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

está na origem da informação sobre o desempenho (sistema próprio de avaliação e não SAEB). O procedimento de cálculo está descrito na Nota Técnica nº 1 do IDEB 1, e o que vem a seguir é um destaque das partes mais importantes desse documento. (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2019, p. 1)

Com o estabelecimento e pactuação das metas considera-se um maior envolvimento das escolas para um bom resultado, condição fundamental para alcançar as metas estabelecidas e definidas considerando os resultados do processo de avaliação. Sousa e Oliveira (2010) pontua o seguinte:

Espera-se, explicitamente, verificar o quão distante se está da situação desejável e, a partir daí, definir elementos para modificar a situação em direção ao padrão desejado. Além disso, a avaliação pode, também, possibilitar a emergência de propostas de redirecionamento ou transformação da situação avaliada. Não é possível pensar a avaliação dissociada da ideia de modificação. (SOUSA; OLIVEIRA, 2010, p. 801).

O Programa Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender por meio do SIMAE tem uma visão de mensurar o indicador de desempenho, a efetiva missão que é “Toda criança lendo escrevendo” para tanto, foram definidas metas de aprendizagem considerando os componentes curriculares avaliados propostos na matriz de referência do SIMAE.

Com a finalidade de “agregar dados de aprendizagem dos estudantes”, da gestão do ensino, da avaliação institucional e da produtividade escolar aos dados do rendimento dos estudantes, “foram definidas metas anuais para serem cumpridas pela Gestão da Secretaria de Educação e metas específicas e diferenciadas para cada escola da rede a partir da divulgação dos primeiros resultados” (SÃO LUÍS, 2017. p. 2), considerando as condições socioculturais de cada escola justificada no Termo de Referência. Assim a evolução das metas e a evolução da escola ano a ano apresentada no boletim Índice de Desenvolvimento Educacional do Município de São Luís - MA (**IDEM**)²⁵ como forma de incentivo.

Além do estabelecimento das metas, os resultados da escola pelo boletim (IDEM) a SEMED realiza a publicização dos resultados do SIMAE para a comunidade escolar e sociedade em geral, com a realização de formações para auxiliar as escolas na interpretação e apropriação dos resultados com base nos indicadores alcançados. O Sistema de avaliação da rede municipal ao realizar a primeira edição em 2017 tem no seu objetivo diagnosticar e identificar os pontos que merecem melhor atenção atendendo as necessidades da escola.

Fazendo uso dos estudos de Luckesi (1990) e Hoffmann (1993) que concebem a avaliação como sendo integrante de concepções pedagógicas e, pertinentes ao contexto social,

²⁵ Boletim informado na página 26 desta dissertação

os estudiosos têm a visão de que avaliar, implica sempre em “diagnosticar e decidir”, uma vez que é a partir do diagnóstico que o professor tem a dimensão da forma como o estudante aprende.

Para poder analisar e replanejar às atividades do ensino, o professor realiza a diagnóstico no início do processo, seja este um ano escolar ou uma nova etapa de ensino, a sua finalidade é verificar o conhecimento dos estudantes e identificar as necessidades de conhecimento ou habilidades que são imprescindíveis ao educando preparando para novas aprendizagens, porém vale ressaltar que toda avaliação pode ser considerada diagnóstica.

Nas edições seguintes, 2018 e 2019 a realização da avaliação Somativa teve como objetivo apresentar informações sobre o desempenho dos estudantes, proporcionando novas abordagens visando o auxílio às escolas na criação de estratégia de intervenção pedagógica, baseado nesse entendimento o CAEd considera a Avaliação Somativa.

Uma modalidade avaliativa e pontual que ocorre no fim de um processo educacional, ano, semestre, bimestre, ciclo [...] apresenta-se objetivos pré-estabelecidos propondo-se a realizar um balanço somatório de várias sequências também chamada de avaliação da aprendizagem. (CAEd, 2018, n.p.)

Com base nessa premissa o CAEd firma os objetivos da Avaliação Somativa para a avaliação do SIMAE em:

- Produzir informações sobre o desempenho escolar dos estudantes do Ensino Fundamental e os fatores que se associam a esse desempenho, possibilitando o monitoramento e a formulação de políticas educacionais;
- Possibilitar a todos os elementos envolvidos no processo educativo (estudantes e professores, diretores, técnicos e especialistas) um acompanhamento efetivo dos resultados por suas escolas;
- Utilizar a avaliação como uma ferramenta para desencadear um processo de motivação na escola e no sistema de ensino. (SÃO LUÍS, 2017. p. 5).

Com isso a avaliação somativa objetiva também avaliar o desenvolvimento esperado após um ou um ciclo escolar, pois o seu foco é a soma das aprendizagens esperadas, onde é possível identificar o que foi alcançado e o que deve ser ajustado, com vistas ao novo ano ou ciclo seguinte.

O desenho da Avaliação do SIMAE nas três edições realizada para os estudantes do ensino fundamental da rede municipal apresenta-se da seguinte maneira descritas no Quadro 7.

Quadro 7 - Características das avaliações do SIMAE 2017, 2018 e 2019.

Edições	2017	2018	2019
Tipo de Avaliação	Avaliação Diagnóstica	Avaliação Somativa e Contextual	Avaliação Somativa e Contextual
Público-Alvo	Estudantes do Ensino Fundamental (1º, 2º, 3º, 5º, 7º e 9º ano)	Estudantes do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) Estudantes do Ensino Fundamental da Modalidade (Educação de Jovens, Adultos e Idosos -EJAI). Contextual (Educação Infantil Destinados aos Gestores Escolares e profissionais da Educação Infantil).	Estudante do Ensino Fundamental ar (1º a 9º ano) Contextual para Gestores Escolares e Professores de 1º a 9º ano do Ensino Fundamental.
Componente Curricular	Língua Portuguesa e Matemática	Língua Portuguesa e Matemática. Escrita (4º e 8º ano do Ensino Fundamental)	Língua Portuguesa e Matemática Escrita (4º e 8º ano)
Indicadores	Escala de Proficiência: De 0 a 1.000 - 1º ao 4º ano; de 0 a 500 - 5º ao 9º ano. Padrões de Desempenho: Abaixo do Básico; básico; proficiente e Avançado		

Fonte: Elaborado pela autora. Com base nos Relatórios do CAEd. (2017, 2018 e 2019).

O SIMAE, nas suas edições, materializou a divulgação e apropriação dos resultados utilizando recursos para o alcance de todos, no primeiro ano de avaliação apresentou os resultados pelo portal eletrônico <https://www.agenciasaoluis.com.br/site/simae/> disponibilizava informações sobre o Programa Educar Mais: “Juntos no Direito de Aprender”, sendo gerenciado por um agente externo a SEMED e ao Núcleo e Avaliação Educacional (NAE) setor responsável por divulgar os resultados das avaliações.

A partir dos anos seguintes o CAEd disponibilizou no seu portal o endereço eletrônico <https://simae.caedufff.net/> as informações necessárias para as escolas acesso permitido com Login e senha para gestores e professores e técnicos acessarem aos resultados, assim como exemplares das revistas com análises pedagógicas dos resultados específicos de cada escola. Figuras 3 e 4 na página seguinte.

Figura 3 - Coleção das Revistas Pedagógicas no Portal do CAEd – 2018

Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2018)

Figura 4 - Coleção das Revistas Pedagógicas no Portal do CAEd 2019

Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (2019)

Os resultados além de estarem dispostos no portal as revistas foram distribuídas para as escolas para que a compreensão e todas as informações pudessem colaborar na elaboração de um diagnóstico mais completo sobre a qualidade da educação ofertada pela rede municipal, assim, como o processo de aprendizagem dos estudantes.

O conteúdo das revistas tem informações sobre: Indicadores educacionais e construção de diagnósticos; Avaliação externa e estratégias na sala de aula; Resultados de desempenho escolar; Leitura e interpretação dos resultados; orientações para análise e uso dos resultados da avaliação externa e por último a apresentação dos padrões de desempenho e itens.

Toda a apresentação faz-se necessária, para uma reflexão sobre a importância dos indicadores na construção de um diagnóstico, oportunidade para discutir possíveis estratégias, as revistas, estas têm o objetivo de orientar a leitura dos resultados de cada escola na avaliação realizada pelo SIMAE.

O Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís se apresenta respaldado pelos documentos oficiais da SEMED como o Termo de Referência ao estabelecer a contratação de uma Instituição especializada em Avaliação Educacional em larga escala para a realização e implementação do SIMAE/SL entende que é uma proposta de responsabilização pela educação dos quais Gestores públicos, Gestores escolares, Equipe técnica da SEMED, Coordenadores Pedagógicos, Professores, Estudantes e familiares possam a partir dos resultados avaliarem que medidas devem ser adotadas, possibilitando aprendizagens significativas aos estudantes.

Tendo em vista a contextualização do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís – SIMAE, implementou-se o sistema de avaliação visando um diagnóstico anual, pois trata-se de um sistema censitário para toda a população das escolas, com essa característica foi possível por meio das avaliações do SIMAE, que cada escola tivesse em mãos seus resultados interpretados, analisados para as devidas ações e estratégias a serem desenvolvidas.

Consideramos a **utilização e apropriação** dos resultados, pontos importantes como, a possibilidade do uso dos resultados para uma reflexão e contribuição que visando à melhora do nível de desempenho dos estudantes, tiveram a partir dos resultados de do SIMAE, à prestação contas à sociedade e a comunidade escolar oportunizando o monitoramento e acompanhamento dos estudantes das escolas de ensino fundamental como propõe o SIMAE, é oportuno que a escola ao utilizar os dados de uma avaliação promova diálogos com sua equipe, e assim incentivá-los a serem mais participativos.

A partir dos estudos de Bonamino e Sousa (2012) *et al sobre* gerações de avaliação da educação básica, podemos situar o SIMAE na segunda geração, que se caracteriza pela divulgação.

Avaliações de primeira geração são aquelas cuja finalidade é acompanhar a evolução da qualidade da educação.

Avaliações de segunda geração, por sua vez, contemplam além da divulgação pública, a devolução dos resultados para as escolas.

Avaliações de terceira geração são aquelas que referenciam políticas de responsabilização forte ou *high stakes*, contemplando sanções ou recompensas em decorrência dos resultados. (BONAMINO; SOUSA, 2012, p.375)

Para as autoras a primeira geração se caracteriza como avaliação diagnóstica da qualidade da educação, não tendo consequências para as escolas e não é permitido seu uso em políticas de responsabilização, o SAEB se encontra nessa geração. A segunda geração definiu-se em 2005 por trazer a divulgação dos resultados das escolas por meio dos boletins onde os resultados das escolas são apresentados em uma escala de desempenho e as médias alcançadas pelas escolas não tendo pesadas consequências, uma geração de responsabilização que a partir dos resultados da Prova Brasil as metas do IDEB foram estabelecidas para os sistemas educacionais e escolas. E a terceira geração marca o uso dos sistemas de avaliação para implementação de políticas de responsabilização, estas com altas consequências, ou seja, caracterizada pela recomposição das escolas com base nos resultados.

Nesse desenho de Bonamino e Sousa (2012) o SIMAE se encontra na segunda geração, que além do diagnóstico, apresenta a divulgação pública dos resultados para as escolas, onde os indicadores fornecem informações dos componentes curriculares, nessa perspectiva há um alinhamento entre escolas e Secretaria de Educação.

Em seguida apresenta-se a análise da escola, compreendendo o papel do gestor escolar ante os resultados de uma avaliação externa.

4 SIMAE: A ANÁLISE DOS RESULTADOS PELA ESCOLA E CONTRIBUIÇÕES NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Considerando a importância da educação como direito social garantido pela Constituição Federal, as políticas educacionais fazem parte do processo de crescimento e desenvolvimento do país, para garantir um padrão de qualidade.²⁶

Trataremos qualidade da educação a partir dos estudos de Soligo (2013) que apresenta a questão trazendo para o debate as avaliações em larga escala com objetivo de discutir no seu estudo o conceito de qualidade da educação em perspectivas diferentes, o autor faz uma revisão bibliográfica em diferentes campos apresentados por pesquisadores no assunto, cujo o foco é a área da educação, apontando para o termo “qualidade da educação” como polissêmico ou seja, termo com mais de um significado.

Na Constituição Federal (1988) no artigo 206, inciso VII estabelece a “garantia de padrão de qualidade” para todos, tratando como princípio a importância da qualidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN 1996, também faz menção a qualidade, expressa a esse direito no artigo 3º, parágrafo IX, consoante ao artigo 206, inciso VII da CF, a “garantia de padrão de qualidade”, segundo a legislação o direito da qualidade a Educação vincula-se ao país, o estado, a comunidade em geral e aos educandos.

Na visão de Castro (2009), o debate sobre qualidade não é novo, por se destacar nas políticas públicas considera o termo complexo, polissêmico e subjetivo acordando com Dourado (2006), para o autor:

A análise da qualidade da educação deve se dar em uma perspectiva polissêmica, uma vez que essa categoria traz implícita múltiplas significações. O Exame da realidade educacional, com seus diferentes atores individuais e institucionais, evidência que são diversos os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania. (DOURADO, 2006, p. 3).

Para Soligo (2013 p. 58) a qualidade:

[...] A educação de qualidade é aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Nesse sentido, o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade.

²⁶ Na etimologia da palavra significa qualitate de origem latina e é utilizada em situações diferentes.

As concepções são pertinentes para compreender a ideia de qualidade como um fenômeno abrangente que envolve várias dimensões de saberes e conhecimentos fundamentais para o exercício da cidadania, análise que se deve em uma perspectiva polissêmica uma vez que a categoria tem implícitas múltiplas significações.

Os estudos, mostram que a qualidade da educação se dá de forma abrangente envolvendo dimensões de cunho político, por essa ótica o resultado desses debates revelam as diferentes formas de interpretar o tema qualidade da educação partindo desde a análise “da organização do trabalho escolar, da gestão da escola, do currículo, da formação docente” (SOLIGO, 2013, p. 5) tendo em vista que estes aspectos podem ser estudado nos sistemas e unidades escolares, que expressam nos seus resultados obtidos a partir das avaliações.

Além desses aspectos Dourado (2006, p. 7) diz:

É fundamental ressaltar que a educação articula-se às diferentes dimensões e espaços da vida social, sendo ela própria elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas [...] quer dizer que a educação é perpassada pelos limites de possibilidades da dinâmica econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade.

Os discursos sobre qualidade mostram que os elementos podem ser considerados para uma boa educação que pode ser eficaz, na escola pode ser eficiente em vários aspectos, na gestão de recursos, nas avaliações, realizações de projetos, nas transformações que acontecem na sala de aula ou no sistema educacional, os termos “eficaz e qualidade são equivalentes”. (DOURADO, 2006).

Nesse aspecto Enguita (2002), chama atenção para o fato desses vários entendimentos conceituais, observa o verdadeiro significado pela via de uma perspectiva mobilizadora apontando as diferentes visões do entendimento de qualidade nas políticas educacionais. Entende-se que a qualidade da educação está relacionada ao Estado de Bem Estar e é vista numa ótica econômica e gerencial “pois, no discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político, para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança” (SOLIGO, 2013, p.7).

O discurso da melhoria da qualidade da educação pública se dá na retomada da “Teoria do Capital Humano” (SOLIGO, 2013), em relação ao indivíduo, este portador de habilidades e competências se adapta às necessidades do mercado do trabalho, no âmbito da educação, a lógica do gerenciamento das empresas foi adotada com vistas a Qualidade Total e como gestão gerencial a sendo que a “qualidade das escolas passaram a ser mediada por processos

de avaliação de desempenho” (SOLIGO, 2013, p. 7), por meio da aferição dos testes padronizados.

Nesse contexto, a ideia de qualidade da educação pelo resultado se destaca o processo de rankeamento entre as escolas, consequentemente na formação de gestores, isto quer dizer que do ponto de vista neoliberal é competição, estimulando a busca pela qualidade.

Partindo desse pressuposto teórico a ideia de que:

A qualidade da Educação é associada à lógica de mercado em que o neoliberalismo estabelece as diretrizes para a Educação, através de mecanismos de redução do Estado provedor de bens sociais.[...] Isso é feito por intermédio das avaliações em larga escala e pela vinculação aos resultados dos testes de parte dos recursos destinados à Educação (SOLIGO, 2013, p. 9).

As avaliações em larga escala servem de estudos e debates e envolvem concepções diferentes de qualidade, as discussões sobre avaliação em larga escala representam uma compreensão de que qualidade, aponta críticas ao modelo baseado na aferição de resultados e proficiência dos alunos. Nesse aspecto, é necessário entender que o debate sobre qualidade da Educação e avaliação em larga escala se dá de maneira completamente distinta, quando, de ordem conceitual refere-se aos resultados das escolas e outro de forma mais técnica, operacional, apresentando indicadores para medir os resultados.

Além de Soligo (2013); Gomes²⁷ (2016), quando se refere a qualidade da Educação diz:

Toda expressão, enquanto construção humana, o discurso da qualidade da educação possui uma densidade histórica social- não sendo neutro, e daí destituído de intencionalidades, de modo que em cada momento histórico possui uma significação peculiar a determinada sociedade.[...] qualidade, termo polissêmico ao qual se associa um leque de significações originadas ante demandas e exigências de uma dada temporalidade histórica, na qual as relações de produção material tem primazia e forte impacto nas relações de poder que se gestam na sociedade, sobretudo na dinâmica do espaço escolar. (GOMES 2016, p.117).

Nesse breve debate sobre qualidade da educação se concretiza uma multiplicidade de sentidos em torno da educação, tendo em vista que qualidade é sim um conceito histórico, polissêmico, subjetivo e político que permeia uma discussão em âmbito quantitativo e qualitativo. Reconhecendo o conceito “polissêmico” de qualidade da educação que é extremamente abrangente abarcando inúmeras discussões, sobre avaliação e qualidade pode-se contextualizar a temática das políticas educacionais relacionadas à avaliação em larga escala da qualidade da educação básica.

²⁷ Ver, Albiane Oliveira Gomes: Qualidade da Educação: Para além de uma Perspectiva Indicista. (2016, p. 115-123).

Quanto à avaliação em larga escala da educação básica no Brasil, para alcançar a qualidade da educação surgiu então o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em meados de 1990, como uma política pública educacional tendo como principal objetivo “contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação e o monitoramento das políticas voltadas para a educação básica” (INEP, 2002, p. 9).

Nesse sentido o Brasil tem atualmente o principal indicador de qualidade da educação básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, tem a combinação do desempenho dos alunos no teste e os índices da taxa de aprovação das escolas é o indicador que objetiva o cumprimento das metas estabelecidas no termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação²⁸ que contempla o eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação (MEC) que trata da educação básica.

4.1 A Escola Municipal “UEB São Luís”

A educação é exercida por diversas instituições, dentre elas a escola, cabe à mesma a tarefa da educação formal, no Brasil a Lei n. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define a educação de forma ampla art. 1º abrangendo “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996; Lei 939/96).

A educação básica é oferecida por escolas públicas e privadas para a organização do ensino fundamental e médio no art. 12 LDBEN (1996) estabelece as incumbências dos estabelecimentos de ensino em respeito às normas:

- I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV – Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

²⁸ Definiu cinco Metas: 1. Todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar na escola; 2. Toda criança de 8 anos deverá ler e escrever; 3. Todo aluno deverá aprender o que é apropriado para sua série; Todos os alunos deverão concluir o ensino fundamental e o médio; 5. O investimento necessário na educação básica deverá estar garantido e bem gerido.

VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (BRASIL, 1996, n.p.).

Cumprindo as finalidades, a educação escolar está organizada em dois níveis: educação básica e educação superior (BRASIL. 1996; Lei 939/96), a educação básica compreende as etapas da Educação Infantil que atende crianças de 0 a 5 anos de idade; Ensino Fundamental que inicia aos 6 anos de idade e tem duração de 9 anos, atende ao Ensino Médio regularmente oferecido à população aos 17 anos de idade.

A Escola municipal intitulada “UEB. São Luís” está localizada em uma área urbana de São Luís Maranhão, a instituição foi inaugurada em abril de 1996, criada pelo decreto nº 19.520 de nov. de 1999, faz parte da Rede Municipal de ensino há 27 anos, com a resolução do Conselho Municipal de Educação tem reconhecido o Curso de Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). Esta Unidade de Ensino atende estudantes da Educação Básica nas modalidades Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais nos turnos matutino e vespertino.

As Escolas da Rede Municipal de São Luís seguem os preceitos do Regimento Escolar da Rede Municipal de ensino, documento normativo, pedagógico e disciplinar, fundamentado nos princípios, propósitos e nas diretrizes definidas pela legislação educacional seguindo as ações do Plano Municipal de Educação (PME). O Regimento da rede municipal apresenta normas que define a organização das instituições escolar da rede, o documento visa orientar, coordenar o funcionamento das escolas, baseada em princípios adotados pela SEMED, tendo como amparo legal a:

A Constituição Federal (CF) de 1988, a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei nº 6.001/2015 - Plano Municipal de Educação de São Luís (PME), as Leis das Diretrizes Curriculares Nacionais de todas as etapas e modalidades de Ensino, a Lei nº 4615/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Luís, Lei nº 4.931/2008- Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento dos Profissionais do Magistério do Sistema de Ensino Público da Prefeitura de São Luís, Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 13.473/2017 - a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei nº 13.414/2017 - Lei Orçamentária Anual (LOA) e as Normas emanadas dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação. (REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, 2019, p. 8).

No Regimento, art. 165 afirma que poderão ser reformulados sempre que houver necessidade de alteração, em atendimento à Política Educacional e à legislação vigente, sendo as modificações submetidas à apreciação do Conselho Municipal de Educação de São Luís.

Neste construto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) traz informações sobre a escola selecionada e intitulada “UEB. São Luís”. O PPP é um instrumento de abrangência no âmbito da escola por ser um documento normativo instituído pela Legislação Educacional, art. 12 I

(LDBEN n. 93/04/96), reúne princípios, valores, objetivos e concepções, apresenta uma filosofia de ensino, Missão, práticas de ensino e de avaliação são elementos contemplados no PPP, é fundamentado nos preceitos éticos políticos didáticos pedagógicos que constroem a identidade da instituição escolar, é construído coletivamente pelos integrantes da escola.

No atendimento a determinações legais, políticas e normas administrativas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) a Escola tem seu Projeto Político Pedagógico (PPP), datado de 2020, o documento encontra-se em processo de revisão/atualização, por esta razão está sendo analisado para fins desta pesquisa o documento elaborado em 2020. Na construção participaram a Gestora Geral, Gestora Adjunta, Coordenador Pedagógico, Professores e Apoios Pedagógicos, (professores com redução de carga horária que exercem a função).

No documento, segundo a Missão em que a escola se propõe é:

“Educar com qualidade” proporcionando o desenvolvimento integral do educando garantindo o crescimento intelectual de acordo com as capacidades e competências de cada um, o fortalecimento dos valores éticos, morais e da consciência ambiental, para formar profissionais comprometidos e conscientes de sua responsabilidade social através de um processo ensino aprendizagem que privilegie a transformação da informação em conhecimento, utilizando talentos humanos e tecnologia avançada. (PPP. 2020, p. 14).

Constata-se na Proposta Pedagógica da escola a relevância do entendimento da realidade, ou seja, melhorar a qualidade do ensino, motivando e efetivando a permanência do estudante na escola, evitando a evasão tendo em vista o desafio de desenvolver nas mesmas capacidades e valores educacionais, buscando transformá-los em sujeitos com visão crítica, política capaz de pensar com autonomia, assim como atuar no sentido do desenvolvimento humano e social tendo em vista sua função maior de agente de desenvolvimento cultural e social na comunidade, a partir de seu trabalho educativo.

A Escola tem o reconhecimento de uma instituição para a comunidade, na formação de cidadãos competentes, empreendedores, éticos e intelectuais e que respeite a diversidade cultural e individual de cada um. Destacamos aspectos descritos no PPP 2020, no Quadro 8.

Quadro 8 - Aspectos do Projeto Político Pedagógico da Escola “UEB São Luís”

Missão	Aspectos descritos no documento PPP (2020)	
	Ensino de qualidade	
Propósitos, Valores e educacionais.	Excelência	-Qualidade em tudo o que faz na nossa escola.
	Inovação	-Busca de soluções criativas e inovadoras na solução dos desafios.
	Respeito	- Respeito a dignidade e os direitos de cada pessoa na escola.
	Igualdade	-Trata com equidade os alunos e colaboradores, respeitando as necessidades e a capacidade de cada um.
	Valorização	-Incentiva, valoriza e reconhece as contribuições individuais e coletivos de nossos alunos e colaboradores.
Ação	Participação da comunidade	
Objetivos Principais	- Criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para a vida em sociedade; - Permitir ao aluno exercer sua cidadania a partir da compreensão da realidade, para que possa contribuir em sua transformação; - Expressar-se de forma crítica, responsável, construtiva e ética em diferentes situações sociais, respeitando o pluralismo de ideais e as diferenças culturais; - Compreender a formação de sua identidade pessoal como processo que se constrói na interação do indivíduo com grupos sociais e com o ambiente físico e social; - Promover a integração escola – comunidade.	
Função social da Escola	Exercício pleno da cidadania. Pensar a educação hoje. Fundamentos éticos, didáticos e pedagógicos. Alinhada aos propósitos da inclusão.	

Fonte: PPP, 2020. **Nota:** Os aspectos destacados estão contidos no documento PPP (2020, p. 22-23).

De acordo com o Projeto Político da escola os estudantes residem no mesmo bairro em que a Unidade de ensino está localizada em ruas mais próximas, pois a clientela é de “baixa renda formada principalmente por operários, empregadas domésticas e trabalhadores autônomos” (PPP, 2020, p. 8). Brooke e Soares (2008, p. 14) entendem esse fator, ao analisar o Relatório Coleman nos estudos sobre Pesquisa em eficácia que “fatores a se levar em conta é o fator socioeconômico dos estudantes”, com esse argumento, isso pode contribuir para o aprendizado dos estudantes como dito no Projeto Político da escola.

De certo modo a função social da escola proposta no Projeto Político é expressamente à interação social possibilitando aos estudantes se relacionarem no espaço físico e social para desenvolver a sua cidadania com autonomia, com vistas a uma aprendizagem significativa, através de um currículo que atenda a todos, onde o estudante será protagonista de sua história.

Segundo o PPP (2020) da Escola, está fundamentado em teóricos, que orientam uma formação do educando da infância à idade adulta, por acreditar na formação do sujeito consciente, histórico e social em constante transformação busca “princípios sóciointeracionistas²⁹” (PPP 2020, p. 10). Esse processo tem como foco analisar o mundo

²⁹ Bandeira; Correia expressa à visão sóciointeracionista de Vygotsky como um tipo de abordagem que compreende a aprendizagem como a plena interação do homem com o outro, e inclusive a mediação como interação entre o homem e o mundo, um sempre agindo sobre o outro e dessa forma, transformando-o. (BANDEIRA; CORREIA, 2020, p 18).

exterior penetrando no interior do indivíduo parece complexo, mas, se dá por meio da interação e realidade no contexto histórico, social e cultural que o indivíduo está inserido.

4.1.1 A população atendida

A escola selecionada é de médio porte, abriga em média o quantitativo de estudantes demonstrado no quadro nos anos iniciais, levando em conta os estudantes matriculados nos anos de avaliação do SIMAE que constam na base de dados do CAEd na Tabela 2.

Tabela 2 - Estudantes matriculados na escola nos anos 2017, 2018 e 2019.

SEGMENTO DE ENSINO	QUANTIDADE DE ESTUDANTES			
Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º a 5º Ano)	2017	2018	2019	Turno Matutino
Total de estudantes da escola	126	145	159	

Fonte: Censo Escolar (INEP); SisLAME - Sistema para Administração e Controle Escolar.

Nota: Ferramenta que organiza as informações da gestão escolar, com segurança e confiabilidade, de modo a facilitar o trabalho administrativo da Rede Municipal de São Luís nas redes públicas de ensino.

Em seu espaço físico possui as seguintes dependências: 04 banheiros, sendo 02 femininos e 02 masculinos; 09 salas de aulas (com rampa de acesso); 01 biblioteca; 03 depósitos; 01 sala dos professores; 01 sala de diretoria; 01 cantina e 01 pátio com refeitório e um pátio central descoberto o refeitório funciona em uma área livre próximo a cozinha. Quanto ao espaço pedagógico, a escola possui além do atendimento na biblioteca, nos dois turnos, a utilização de uma sala de vídeo para professores e alunos na própria biblioteca, a Escola está relativamente equipada às suas atividades pedagógicas.

A equipe técnica administrativa e pedagógica da Escola tem: 01 Gestora Geral, 01 Gestora Adjunta, 01 Coordenadora Pedagógica, 04 Apoios Pedagógico, 01 Secretária Escolar, 02 administrativos, 01 cuidador. A equipe de 21 professores que atendem o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Sendo: 8 (oito) professores no turno matutino atendendo as turmas de 1º ao 5º ano descrito no Quadro 9.

Quadro 9 - Quantitativo de professores que atendem as turmas de 1º ao 5º do Ensino Fundamental

ANO	PROFESSORAS
1º ano EF	02
2º ano EF	02
3º ano EF	02
4º ano EF	01
5º ano EF	01

Fonte: Elaborado pela autora 2023

A escola possui sala de atendimento especializado e três professoras fazem o atendimento, no turno vespertino onze professores atendendo as turmas de 6º ao 9º ano, todos os professores possuem formação superior.

O Quadro 10 apresenta aspectos que são desenvolvidos na escola intitulada “UEB São Luís” considerando o Projeto Político Pedagógico, ser um instrumento de gestão participativa, nos princípios de uma gestão democrática envolvendo a direção, a coordenação pedagógica, professores e comunidade a definir os rumos da educação de crianças, jovens, a organizar as ações da escola, visando a atingir os objetivos e metas que se propõem.

Quadro 10 - Aspectos desenvolvidos pela Escola Municipal “UEB São Luís.”

Aspectos destacados no documento – PPP 2020	Elemento destacados 2020-2022	
Responsabilidade	Gestão Escolar	
	Professores	
	Equipe Técnica	Coordenadora Pedagógico (CP) Técnico de Acompanhamento (TE)
	Secretário Escolar	
	Representante dos pais	
	Conselhos	De Classe
		De Professores
		Escolar
		Associação de Bairro (Pais)
Acompanhamento Pedagógico da escola	Desempenho dos estudantes nas avaliações e Taxa de Rendimento	Nacional Municipal Aprovação Reprovação Abandono
Instrumentos utilizados pela equipe gestora	No Planejamento: atividades e avaliação.	
	Fichas Diagnósticas preenchidas por:	Professores
		Coordenador Pedagógico
		Técnico de Acompanhamento
	Relatórios	
	Livro de ocorrências	
	Livro de Ata	
	Site: Face book	
	Grupo de WhatsApp	
	Diário on-line	
	Reuniões Pedagógicas	
Os Instrumentos avaliativos são:	Provas escritas (individual)	
	Trabalhos em grupo (no mínimo quatro componentes)	
	Seminários (interatividade, de maneira interdisciplinar)	
	Tarefas para casa (dúvidas para ser respondida em sala)	
Os trabalhos com Projetos pedagógicos são organizados da seguinte maneira:	Primeira Etapa: Planejamento (Participação de toda equipe);	
	Segunda Etapa: Execução (Tratar do cronograma);	
	Terceira Etapa: Análise/conclusão (do que vai ser apresentado);	
	Quarta Etapa: Apresentação do projeto;	
	Quinta Etapa: Avaliação (individual ou em grupo).	

Fonte: Elaborada pela autora, a partir da leitura do Documento Projeto Político Pedagógico (2020)

Os aspectos apresentados estão escritos no PPP (2020) escola desenvolvidos na escola em consonância com a gestão está nos princípios de uma gestão democrática preconizada na Constituição Federal de 1988 no art. 205, inciso VII, que estabelece um dos princípios que norteiam a educação, e a gestão democrática, assim como a Lei de Diretrizes e Bases Nacional 9394/96 conjuntamente com o Plano Nacional de Educação corroboram o mesmo princípio.

A gestão escolar é um dos elementos ao qual destacamos, tem sido assunto de discussões entre os estudiosos como, Libâneo (2007), Paro (2010) e Vasconcelos (2009) defendem uma gestão democrática onde o coletivo se faz presente, participando das decisões e ações da escola, uma premissa que considera a gestão escolar primordial para o desenvolvimento do processo educativo e requer do gestor escolar uma atuação competente.

Tendo em vista a consolidação do gestor afirma Hora (2007, p. 2) “A escola é *locus* de reprodução e *locus* de produção de políticas, orientações e regras”. A autora deixa claro que a educação assume a responsabilidade de reconstruir seu estatuto teórico/prático assegurando a efetividade da formação de uma melhor qualidade para todos ao cumprir a função social diante do seu papel político institucional.

A escola tem na sua organização: Gestor (a) Geral e Adjunto (a); Coordenador Pedagógico, Professores, Vigias, Merendeiras, e Serviços gerais (limpeza) Conselhos Escolar e Conselho de Classe (PPP, 2020). Uma responsabilidade a ser destacada é o conselho escolar para Cury (2004) o Conselho Escolar discute e avalia a evolução de um estabelecimento como um todo, expressando a participação da comunidade, como consta também no Regimento Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino no:

Art. 15 - O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, que tem como objetivo estabelecer no âmbito da instituição de ensino, critérios relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade.

Art. 17 - A comunidade escolar compõe-se dos seguintes segmentos: professores, especialistas, administrativos, pais ou responsáveis, estudantes, segmentos organizados da sociedade e parceiros que se identificam com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Art. 18 – O/A gestor/a da escola é membro nato e presidente do Conselho Escolar e os demais componentes serão escolhidos em eleição direta e secreta entre os segmentos da escola.

Art. 19 - O mandato dos conselheiros é de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período. (REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, 2019, p. 13).

O Conselho Escolar (CE) é formado por representantes de cada segmento da escola, compete ao mesmo decidir e/ou opinar sobre o que é relevante relacionado ao pedagógico,

administrativo e financeiro da escola, sempre com base nas normas legais vigentes, diretrizes da política educacional do sistema de ensino e as especificidades da escola.

Cury (2004) ainda ressalta que o Conselho de Classe (CC) acompanha o rendimento escolar dos estudantes, onde seus integrantes se envolvem com o processo ensino e aprendizagem dos estudantes bem com a frequência e resultado nas avaliações internas e externas. Conforme os documentos escolares municipais como, PPP, Regimento Escolar, Atas, o Conselho de Classe é um órgão de consulta, de aspectos pedagógicos das turmas, estudantes da escola cujas finalidades constam no Regimento Escolar das Escolas Municipais de São Luís (2019).

Art. 21 - O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa que possibilita à equipe escolar acompanhar o processo pedagógico, analisando coletivamente o desempenho dos docentes, as estratégias de ensino utilizadas, bem como o percurso da turma e dos estudantes, visualizando dificuldades e conquistas com vistas ao encaminhamento das intervenções necessárias à melhoria do rendimento dos estudantes.

Parágrafo único: O Conselho de Classe será constituído pelo/a Gestor/a da escola, Coordenador/a Pedagógico/a, professores/as da turma, estudantes representantes de turma, pais ou responsáveis, estes últimos, caso seja necessária sua participação no estudo de determinados casos.

Art. 22 - Compete ao Conselho de Classe:

I - Analisar o processo de ensino e aprendizagem, considerando todos os elementos envolvidos nos aspectos conceituais, atitudinais e procedimentais;

II - Propor soluções que visem à melhoria do processo de ensino e aprendizagem;

III - acolher e analisar as reivindicações do estudante, dando os encaminhamentos necessários;

IV - Revisar prova, teste, exame ou qualquer outro instrumento de avaliação durante o ano letivo, quando solicitado e, conforme o caso, garantir uma nova oportunidade de avaliação para o estudante;

V - Executar outras atividades correlatas. (REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, 2019, p. 14).

O Conselho de Classe é um órgão que contribui para a melhoria do processo ensino e aprendizagem, este Conselho se constitui no coletivo para monitorar o rendimento dos estudantes por meio de acompanhamento de registros dos professores consoante as anotações do Coordenador Pedagógico sobre as atividades, análise do desempenho dos estudantes, refletindo sobre os resultados obtidos durante o período letivo, essas informações servem para a tomada de decisão sobre quais medidas, estratégias deverá ser adotadas para a melhoria do ensino.

A gestão no nosso estudo está declinada sobre a temática avaliação externa observando como a gestão escolar juntamente com sua equipe, tem se apropriado dos resultados do SIMAE para alçar melhorias na qualidade do ensino na escola, aspectos estes são destacados e citados

no PPP (2020) da escola bem como desempenho dos estudantes na avaliação nacional e municipal, os indicadores de Aprovação, Reprovação e Abandono aspectos tratados a seguir.

4.1.2 Resultados Educacionais da Escola

A escola “UEB São Luís” selecionada para este estudo, parte do princípio de que o direito à educação seja efetivamente assegurado, garante o compromisso com a qualidade do atendimento à população em idade escolar. O público atendido pela escola pertence ao nível socioeconômico do grupo 3 na classificação disponibilizada na plataforma QEdU, definido pelo Indicador de Nível Socioeconômico (INSE), criado pelo INEP com o objetivo de contextualizar os resultados alcançados pelas escolas nas avaliações.

A plataforma Qedu disponibiliza os resultados da avaliação do SAEB a escola podemos constatar que o nível socioeconômico que a escola se encontra, (médio – baixo), neste nível estão classificados os estudantes, num desvio-padrão abaixo da média nacional do INSE. Considerando a maioria dos estudantes, com a informação de que a mãe/responsável e o pai/responsável têm o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo. A informação contida nesse indicador a maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, uma televisão, um banheiro, *wi-fi* e máquina de lavar roupas, mas não possui computador, carro, parte dos estudantes passa a ter também freezer e forno de micro-ondas. (QEDU, 202).

Os dados descritos são coletados a partir das respostas dos questionários contextuais aplicados que os estudantes de 5º ano do ensino fundamental respondem, na avaliação que é realizada de dois em dois anos, esse resultado permite uma visão geral do nível sócio econômico dos estudantes matriculados na escola o que corresponde com informações no Projeto Político Pedagógico onde as famílias são de baixa renda, possuem um ou dois salários mínimos, as mães são empregadas domésticas, outros são autônomos a maioria dos estudantes são beneficiário do Bolsa Família.

Na avaliação nacional a escola tem evolução significativa com crescimento do IDEB de 2017, 4,5 para 4.6 em 2019 e alcançando a meta projetada de 4.3 em 2017 para 4.6 em 2019 anos estes de avaliação do SAEB (IDEB/ INEP, 2019). No SIMAE, nos anos que aconteceu a avaliação de forma mais detalhada a evolução da escola está descrita no boletim – IDEM considera o fluxo escolar e o desempenho dos estudantes nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, chegando 100% no crescimento e consequentemente alcançando as metas projetadas pelo CAEd/SEMED.

A taxa de rendimento dos anos iniciais da Escola demonstra que os indicadores segundo informações de domínio público no *Site* QEDu nos anos de 2017, 2018 e 2019 são satisfatórios no que se refere ao indicador de aprovação, em 2017 atingiu um percentual de aprovação de 91,0%, em 2018 88,9% uma queda na taxa de 2,1%, em 2019 alcança 90%. Conforme Quadro 11.

Quadro 11 - Indicador de Rendimento – Anos Iniciais da Escola “UEB São Luís” na avaliação nacional

Ano	Indicador	Percentual
2017	Reprovação	4,9%
	Abandono	4,09%
	Aprovação	91,0%
2018	Reprovação	4,8%
	Abandono	6,2%
	Aprovação	88,9%
2019	Reprovação	9,6%
	Abandono	0,0%
	Aprovação	90%

Fonte: [https:// QEDu.org.br/escola/taxas-rendimento](https://QEDu.org.br/escola/taxas-rendimento)

Esse movimento da Taxa de rendimento se dá a cada etapa de escolarização dos anos iniciais e finais do ensino fundamental é gerada a partir da soma dos alunos aprovados, reprovados e alunos que abandonaram a escola ao final do ano letivo, são considerados importantes para gerarem o indicador do rendimento utilizado no IDEB. A taxa de abandono da escola em 2017 foi de 4,09% em 2018 de 6,2% atingindo um total de 10,29% em dois anos de 2,11%, em 2019 com esforço e o compromisso da escola com a comunidade chegou fixou em 0,0%.

As taxas de abandono indicam o percentual de estudantes que deixaram de frequentar a escola o que pode acarretar a ampliação de distorção idade-série, acarretar prejuízos de aprendizado, numa fase importante como o ensino fundamental em especial os anos iniciais, onde o estudante desenvolve a leitura e escrita, aprende conceitos básicos educacionais, valores, ética, sentimentos e até mesmo as ideias. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 59),

O Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos.

Acerca da taxa de reprovação esta chega a um percentual de 19,3% nos três anos, conclui-se, são alunos que não conseguem êxito na conclusão do ano letivo, alunos com dificuldade de aprendizado, as condições são discutidas em conselho, quanto à aprovação, são estudantes que concluem o ano com sucesso e estão aptos a matricular-se para o ano seguinte.

Sabe-se que a taxa de aprovação é calculada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) Klein; Fontanive (2009) definem a taxa de aprovação como “razão entre o número de aprovados e a matrícula inicial e não entre o número de aprovados e a matrícula final (número de aprovados + número de reprovados)”. (KLEIN; FONTANIVE, 2009, p. 23), informações coletadas com base no rendimento e movimento dos estudantes, coletadas por meio do Censo Escolar, conforme Quadro 12.

Quadro 12 - Taxa de Aprovação dos anos iniciais na “UEB São Luís” 2017-2019

Taxa de Aprovação - 2017							Taxa de Aprovação - 2019						
1º ao 5º ano	1º	2º	3º	4º	5º	Indicador de Rendimento (P)	1º ao 5º ano	1º	2º	3º	4º	5º	Indicador de Rendimento (P)
91,0	88,2	96,3	80,0	95,7	96,0	0,91	90,4	100,0	100,0	82,8	90,7	81,3	0,90

Fonte: INEP: Microdados 2017, 2019.

A taxa de aprovação da escola alcança em 2017 um número elevado distribuídos nos anos de escolaridade, sendo 0,91, em 2019, último ano de avaliação do SIAME alcançou 0,90, significa que os estudantes ao passar de um ano para outro tem um aprendizado significativo de acordo com os níveis de aprendizagem.

Ao que se refere os resultados de desempenho escolar dos estudantes na avaliação do SAEB, especialmente nas edições de 2017 e 2019 as evidências quanto o aprendizado desenvolvido pelos estudantes do 5º ano do ensino fundamental a escola encontram-se no nível 4 e 5 (proficiente) desempenho maior ou igual a 200 e menor que 225 do componente curricular de Língua Portuguesa com foco em leitura.

De acordo com a escala de proficiência³⁰ do SAEB, definidas para cada componente curricular uma há uma pontuação, sendo associada às habilidades, a escala de proficiência é constituída por duas áreas de conhecimento: Língua Portuguesa e Matemática, sendo que a

³⁰ É uma representação que distribui os resultados das proficiências dos estudantes em uma reta na qual a aprendizagem é crescente. A escala é uma régua de medida cuja distribuição de pontos e a consequente interpretação permite compreender os resultados e compará-los entre várias edições da avaliação (INEP, 2021. p. 11).

primeira tem 9 níveis e a segunda tem 13 respectivamente, na escala os estudantes são distribuídos em níveis.

Segundo o INEP:

“Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado, estão descritos e organizados de modo crescente em Escalas de Proficiência de Língua Portuguesa com foco em (leitura) e Matemática com foco em (resolução de problema) para cada uma das etapas avaliadas”. (INEP, 2017; 2019, p 1.).

A escala do SAEB é definida como uma “régua” é apresentada de 0 a 500 pontos valores acima de 450 e abaixo de 50, o nível de aprendizado adequado na escala de proficiência para os anos iniciais é proficiente na escala que inicia o nível 4 com intervalo de 5 pontos estendendo ao nível 5. Conforme as Tabelas 3 e 4 de Língua Portuguesa e Matemática.

Tabela 3 - Escala de Proficiência do SAEB – Língua Portuguesa 2017-2019

Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
0	150	175	200	225	250	275	300	
a	a	a	a	a	a	a	a	≥ 350
149	174	199	224	249	274	299	324	

Insuficiente
Básico
Proficiente
Avançado

Fonte: Elaborado pela autora com base na Escala de Proficiência do SAEB 2017-2019

A escala do SAEB é cumulativa, os estudantes da escola estão descritos no nível 4 de (200 a 225), consolidaram habilidades anteriores apresentando aprendizado adequado para o nível proficiente em Língua Portuguesa na avaliação realizada em 2019. Os estudantes podem:

Identificar informação explícita em sinopses e receitas culinárias.
 Identificar assunto principal e personagem em contos e letras de música.
 Identificar formas de representação de medida de tempo em reportagens.
 Identificar assuntos comuns a duas reportagens.
 Identificar o efeito de humor em piadas.
 Reconhecer sentido de expressão, elementos da narrativa e opinião em reportagens, contos e poemas.
 Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronomes e seus referentes em fábulas, poemas, contos e tirinhas.
 Inferir sentido decorrente da utilização de sinais de pontuação e sentido de expressões em poemas, fábulas e contos.
 Inferir efeito de humor em tirinhas e histórias em quadrinhos (INEP, 2017, Boletim de desempenho, p. 1).

Os estudantes consolidaram habilidades com foco em leitura desenvolvendo sua capacidade em textos simples privilegiando o desenvolvimento da sua capacidade de interpretação. Em Matemática os estudantes encontram-se no nível 3 e 4 (157-200) nível básico consolidando habilidades mínimas.

Tabela 4 - Escala de Proficiência do SAEB – Matemática 2017-2019

Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível
1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
00	125	150	157	200	225	250	275	300	325	
a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	10≥
124	149	154	199	224	249	274	299	324	349	350
Insuficiente			Básico		Proficiente		Avançado			

Fonte: Elaborado pela autora com base na Escala de Proficiência do SAEB 2017-2019

Os estudantes que se encontram neste nível, apresentam pouco aprendizado em:

ESPAÇO E FORMA

Localizar um ponto ou objeto em uma malha quadriculada ou croqui, a partir de duas coordenadas ou duas ou mais referências.

Reconhecer dentre um conjunto de polígonos, aquele que possui o maior número de ângulos.

Associar figuras geométricas elementares (quadrado, triângulo e círculo) a seus respectivos nomes.

GRANDEZAS E MEDIDAS

Converter uma quantia, dada na ordem das unidades de real, em seu equivalente em moedas.

Determinar o horário final de um evento a partir de seu horário de início e de um intervalo de tempo dado, todos no formato de horas inteiras.

NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES

Associar a fração $\frac{1}{4}$ a uma de suas representações gráficas.

Determinar o resultado da subtração de números representados na forma decimal, tendo como contexto o sistema monetário.

TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES

Reconhecer o maior valor em uma tabela de dupla entrada cujos dados possuem até duas ordens.

Reconhecer informações em um gráfico de colunas duplas (INEP, 2017, Boletim de desempenho, p.1).

No nível em que os estudantes se encontram são elementares, são conteúdos avaliados por meio de situações-problema contextualizadas nas quais requer do estudante que ele identifique características e informações indicadas.

4.1.3 A escola e os resultados do SIMAE

Os resultados do SIMAE em relação à escola são satisfatórios constatados nos relatórios, revistas pedagógicas em relação à avaliação nacional (SAEB). A interpretação pedagógica quanto às avaliações realizadas pelo SIMAE, a escola tem um desempenho satisfatório apresentando-se diante da rede, e núcleo.

As escolas de São Luís são organizadas por núcleos sendo sete núcleos: Núcleo Anil. Núcleo Centro, Núcleo Coroadinho, Núcleo Cidade Operária, Núcleo Itaqui Bacanga, Núcleo Turu Bequimão, e Núcleo Rural, distribuídos de acordo com a localização, a escola está inserida

no Núcleo Anil que faz parte do grupo de escolas polo, pois possui as condições adequadas de acordo com a resolução nº 2/2015 do Conselho Municipal de São Luís (CME) com o parecer do órgão de boas condições de funcionamento.

A escola que compõe o Núcleo Anil tem os dados na avaliação do SIMAE realizada pela SEMED os resultados obtidos nos anos iniciais (1º ao 5º) ano do ensino fundamental apresenta crescimento e decrescimento observados nos resultados obtidos na avaliação do SIMAE nos anos de 2017 e 2019, ressaltando que a escola em questão teve um crescimento significativo, conforme descrito no Quadro 13.

Quadro 13 - Indicador de desempenho das escolas do Núcleo Anil em Língua Portuguesa e Matemática – SIMAE 2017 – 2019 – Anos iniciais

Escolas	L P 2017	L P 2019	Crescimen to em LP 2017-2019	Crescimento /Decrescimen to 2017-2019	MAT. 2017	MAT. 2019	Crescimento em LP 2017- 2019	Crescimento /Decrescimento 2017-2019
“UEB São Luís”	186,33	193,29	CRESCEU	6,96	186,33	194,90	CRESCEU	7,95
B	198,14	197,21	DECRESC EU	-0,93	198,29	216,43	CRESCEU	18,14
C	195,47	218,97	CRESCEU	23,50	216,89	225,41	CRESCEU	8,25
D	214,38	22,03	CRESCEU	12,66	218,68	239,85	CRESCEU	21,17
E	196,72	211,26	CRESCEU	14,54	198,73	213,85	CRESCEU	15,12
F	190,13	197,42	CRESCEU	7,29	199,63	212,00	CRESCEU	12,37
G	196,98	201,74	CRESCEU	21,14	198,99	224,65	CRESCEU	25,66
H	198,62 ,	217,85	CRESCEU	3,12	196,48	207,60	CRESCEU	11,12
I	233,40	217,85	DECRESC EU	-15,55	229,00	229,72	CRESCEU	0,72

Fonte: Elaborada pela autora.

Nota: os dados das escolas são análise do NAE 2019. Respeitando a confidencialidade, escolas identificadas pelas letras B, C D, E, F G, H, I, fazem parte do núcleo Anil.

Mediante a informação do Quadro 13, estão descritas as escolas que agregam o Núcleo Anil, apresenta dados da avaliação de 2017 para 2019, a escola tem um crescimento de 6,96 pontos mediante escolas que decresceram e cresceram no desempenho em língua portuguesa e em matemática 7,95, significa que os estudantes da escola atendem aos aprendizados que possam traduzir os resultados a tempo de corrigir as deficiências identificadas nos testes.

Entendendo que os resultados da escola estão inseridos em cada intervalo da escala, podemos observar o desenvolvimento cognitivo aferido pelo teste da avaliação do SIMAE, ou seja, são observados da descrição dos padrões são definidos de acordo com as expectativas de aprendizagem. Para o CAEd, “os padrões de desempenho consistem em uma caracterização do

desenvolvimento das habilidades e competências correspondentes ao desempenho esperado dos estudantes que realizam os testes cognitivos da avaliação externa (SIMAE 2019, p. 49).

Os padrões de desempenho estabelecidos para o SIMAE são:

Abaixo do Básico – são estudantes que apresentam carência de aprendizagem em relação às habilidades previstas para sua etapa de escolaridade, evidenciando necessidade de recuperação;

Básico – estudantes ainda não demonstram um desenvolvimento adequado das habilidades esperadas para sua etapa de escolaridade, demandando esforço para uma formação adequada;

Proficiente – estudantes revelam ter consolidado as habilidades consideradas mínimas e essenciais para sua etapa de escolaridade, o que requer empenho para aprofundar o aprendizado;

Avançado – estudantes conseguiram atingir um patamar um pouco além do que é considerado essencial para sua etapa de escolaridade, exigindo novos estímulos e desafios (SIMAE, 2017. p. 16).

Nos padrões de desempenho, os estudantes apresentam um perfil que é permitido e estão distribuídos por etapa de escolaridade avaliada nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

A escala de proficiência utilizada no projeto de avaliação do SIMAE nas três edições tem um ponto de corte, sendo a diferença em cada uma como a escala de Língua Portuguesa e Matemática do ciclo de alfabetização do ensino fundamental, com foco em (leitura) e (letramento matemático), tendo nos testes itens de múltiplas escolhas, a escala é de 0 a 1000, até o 4º ano, sendo que para estes estudantes têm a escala de escrita também de 0 a 1000 com o padrão de desempenho desejado a partir de 600 e para os estudantes do 5º ano a escala é de 0 a 500 que tem como base a escala do SAEB de acordo com Quadro 14.

Quadro 14 - Escala de Proficiência adotada nas três edições do SIMAE

Avaliação (SIAME)	Anos avaliados	Escala de proficiência			Proficiência e Padrão de Desempenho desejado
		0 a 1000 Foco em Leitura	0 a 500 Foco em Leitura	0 a 1000 Foco em Escrita	
Avaliação Diagnóstica 2017	1º	X	-	-	450
	2º	X	-	-	500
	3º	X	-	-	550
	4º	-	-	-	Não há padrão
	5º	X	x	-	225
Avaliação Somativa 2018	1º	X	-	-	450
	2º	X	-	-	500
	3º	X	-	-	550
	4º	X	-	x	600
	5º	X	x	-	225
Avaliação Somativa 2019	1º	X	-	-	450
	2º	X	-	-	500
	3º	X	-	-	550
	4º	X	-	x	600
	5º	X	x	-	225

Fonte: Elaborada pela autora. 2023.

Nota: em 2017 as turmas de 4º ano não participaram da avaliação diagnóstica do SIMAE. Por determinação e decisão da SEMED, a prioridade neste ano foi para as turmas de 5º ano por ser um ano de avaliação do SAEB. Nos anos seguintes as turmas de 4º ano participaram com o teste de escrita.

Identifica-se a diferença entre as escalas de proficiência utilizadas nas avaliações realizadas pelo SIMAE estas escalas possuem intervalos numéricos diferentes indicando para o estabelecimento dos padrões de desempenho, Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado que se constituem em uma caracterização das competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes de determinada etapa de escolaridade.

Os processos de **apropriação dos resultados** se tornam necessários nas práticas da escola, tanto pelos gestores quanto pelos professores, todo esse material disponibilizado deve ser explorado pela escola, a exemplo os conteúdos das revistas pedagógicas que são destinados ao gestor (a) aos professores (as), boletins informativos, slides, planilhas com os resultados detalhados para oportunizá-los o contato, a discussão e análise, a apropriação dos dados, porém a prática precisa ser efetiva na escola, a exploração do material é importante ser analisados e os resultados discutidos entre seus pares.

4.1.4 Contribuições do SIMAE para a escola

No âmbito das políticas educacionais, refletir sobre a prática pedagógica em avaliação tem-se uma visão de melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, a avaliação tem na sua construção uma metodologia, respostas do processo e ensino aprendizagem a avaliação envolve mais do que medir, é evidente a sua atribuição de valor de acordo com seus

critérios, nesse sentido, aspectos como “os resultados detalhados de sua turma” observando “o rendimento dos alunos” são pontos de vista dos professores citados na entrevista da gestora, sem dúvida relevantes e para que professores e gestores envolvidos no processo educativo repensem a sua prática diante da melhoria do ensino aprendizagem dos estudantes. Sobre a temática em questão chama a atenção para a fala da gestora entrevistada, quando respondeu sobre as seguintes perguntas:

- Como a escola recebeu a nova política de avaliação da rede?
- Você participou de ações/reuniões com a temática envolvendo os resultados do SIMAE?

[...] A escola recebeu essa política de avaliação de forma positiva, fomos convidadas para uma reunião, para ouvir a proposta a qual foi aceita por todos os gestores (as) presentes. Saímos dessa reunião, dessa formação com esse encaminhamento para passar para os professores e a equipe pedagógica da escola.

A maioria dos professores gostaram da ideia, segundo eles teriam um perfil, um resultado mais detalhado de sua turma, o rendimento dos alunos, e também uma forma de avaliar o seu trabalho enquanto professor.

[...] Participamos sim de reuniões quando saiu os resultados, chegando na escola analisamos todos com muito cuidado, fomos orientados pela equipe da SEMED . (Entrevista realizada em setembro de 2022).

Com a informação da gestora observa-se que houve uma reunião para apresentar o desenho da avaliação para que a partir de então, pudesse construir uma cultura de avaliação na escola, em sentido amplo, envolvendo toda rede e ensino, a aceitação de “forma positiva,” para conhecer os resultados no desempenho dos estudantes.

No entendimento de Sousa e Oliveira, (2010, p. 804).

Há referências de que a avaliação deve iluminar e trazer consequências para a formulação e/ou reformulação das políticas educacionais em relação às diretrizes, prioridades e metas, focalizando questões relativas à gestão, ao currículo e à infraestrutura, assim como propostas e práticas escolares.

Compreende-se que, com esse entendimento é possível perceber o esforço em melhorar o trabalho pedagógico com o ensino e aprendizagem, visto que as professoras comungam das mesmas ideias.

A professora do 1º ano diz.

Recebi a notícia da avaliação para eu entender de forma significativa, pois de alguma forma teríamos um diagnóstico mais preciso para avaliar o processo de aprendizagem de cada criança e eu enquanto professora, eu digo que o SIMAE veio para somar nos ajudar na avaliação com os nossos alunos (Entrevista realizada em setembro de 2022).

A professora do 2º ano comunga da mesma ideia:

Sim. Eu também recebi de forma positiva a gestora da escola nos reuniu e repassou as informações, aí veio a aplicação dos testes em seguida os resultados, podemos trabalhar de acordo com o material que nos foi entregue, ou melhor, disponibilizado lembro que era uma matriz que dizia como se fosse os conteúdos, junto com a colega da outra turma nos organizamos no nosso planejamento organizamos os nossos conteúdos, para ser trabalhado, trabalhamos em sala de aula aqueles como é o nome? É como uma planilha que explicava o que os meninos sabiam e aí nós organizamos os conteúdos e trabalhamos em sala de aula. Fizemos até projeto. (Entrevista realizada em setembro de 2022).

A professora do 3º ano.

Recebi a informação de forma satisfatória, como uma contribuição para nós auxiliares. A gestora foi para uma reunião lá na SEMED e trouxe a informação de que ia acontecer uma avaliação para os alunos, lembro que eu fiquei numa sala para aplicar a prova. Depois de um tempo fomos avisados que os resultados daquela avaliação haviam saído. Foi quando a gestora e a coordenadora explicaram, trouxe umas apresentações com os resultados de como estava cada turma. Professora do 3º ano. (Entrevista realizada em setembro de 2022)

Sobre o tema em questão. A professora do 4º

A gestora nos reuniu e comunicou que ia ter uma avaliação, para mim foi um impacto, por que mais uma avaliação? Mas depois entendi qual o propósito, entendi que era uma espécie de diagnóstico, diferente, porque tudo que é novo assusta. Em agosto as provas foram aplicadas na escola [...] A partir de um tempo nós começamos a falar de SIMAE na escola, mas assim, quando tinha reunião à técnica de acompanhamento falava que a gente tinha que usar os resultados para ver onde nossos alunos estavam precisando melhorar. Teve também o PIP para as turmas de alfabetização era as 60 lições. (Entrevista realizada em setembro de 2022).

A coordenadora pedagógica da escola afirma que:

Com a avaliação do SIMAE nós podemos alcançar objetivos melhores em relação ao aprendizado dos nossos alunos principalmente nos anos iniciais, quando a avaliação do SIMAE chegou à nossa escola aceitamos de bom grado, tivemos a intervenção pedagógica do PIP que ajudou de maneira bem significativa, fizemos todos os protocolos, estudamos os nossos resultados que foram bons e trabalhamos para melhorar cada vez mais. (Entrevista realizada em setembro de 2022).

A visão da equipe gestora quanto à avaliação do SIMAE tem no seu entendimento o diagnóstico dos seus estudantes. Para a compilação e análise das respostas apresentadas nas entrevistas, (apesar de sucintas as respostas), desmembradas em perguntas relacionadas aos temas e objetivos (APÊNDICES A, B, C, D) foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devidamente assinados pelos participantes da pesquisa em setembro de 2022 (APÊNDICE E).

Um dos dados coletados na pesquisa, quanto à contextualização histórica do SIMAE e confirmando os relatos de natureza sobre a implantação do Sistema, nesta questão pode ser notada na fala da Coordenadora do Núcleo e Avaliação Educacional que contribui dizendo:

Entendo que o SIMAE foi uma importante ferramenta para o Sistema Municipal de ensino à medida que ofertou dados em relação ao desempenho dos estudantes ainda mais por ser abrangente, abrangia toda rede a sua aplicação era censitária fornecia dados fidedignos importantes em relação ao aprendizado dos estudantes.

[...] O SIMAE, nesse intervalo de sua implementação de 2017 a 2019 e as suas três edições foram um marco importante para rede na medida em que legitima um sistema próprio de avaliação que é uma tendência nacional trazendo para a comunidade educacional políticas públicas importantes como o Programa de Intervenção Pedagógica - PIP, formação de professor entre outras ações e estratégias, um marco para a rede pública municipal de ensino. (Coordenadora do Núcleo de Avaliação).

Nota-se que havia um interesse por parte dos gestores públicos confirmado pelo Secretário de Educação Moacir Feitosa a frente da Secretaria de Educação (SEMED) que concluiu que era necessário implementar na educação de São Luís um Sistema próprio de Avaliação para o ensino fundamental da rede pública.

Quanto à visão das professoras em relação à avaliação do SIMAE, o entendimento é o diagnóstico dos seus alunos. Optamos por apresentar como se dá a apropriação dos resultados na escola apresentando as turmas do 1º ano do EF, com os dados de participação, o comportamento dos estudantes diante da proficiência, a distribuição na escala e informação do que sabem diante dos descritores. A estrutura da Matriz de Referência, interpretação dos padrões de desempenho e como estão descritos.

Em 2017, na avaliação diagnóstica as duas turmas do 1º ano, tiveram um percentual de participação de 93,8%%, uma proficiência de 455,3, distribuída na escala com a informação do que sabem por meio dos descritores³¹ D1, D2, D4, D5, D7, D8, D9, D10, D12, D13, D14, D16, D17, D24, e D25 de língua portuguesa. Para a quantidade de acerto, o CAEd utiliza a Teoria Clássica dos Testes (TCT), com percentual de acertos.

Os descritores estão expostos numa Matriz de Referência a qual esta fundamentada nas diretrizes curriculares de cada ano de escolaridade, a matriz não engloba sua integralidade, isto é, contém as habilidades e competências que podem e devem ser aferidas por meio de instrumentos externos, é um recorte do referencial curricular por esse motivo não esgotam todo o currículo. As matrizes de referência de uma avaliação externa bem como a do SIMAE orientam a elaboração de itens que compõem os testes de proficiência a partir dos descritores

³¹ Associam o conteúdo curricular e as operações cognitivas, indicando as habilidades a serem avaliadas por meio de respostas dos itens no teste. (CAEd 2017, p. 10).

que especificam as habilidades e competências esperadas para aquela etapa de escolaridade avaliada.

A Matriz de Referência da Alfabetização (ANEXO A e B) está organizada em: “Tópicos (Língua Portuguesa) ou temas (Matemática), “agrupam por afinidade um conjunto de habilidades indicadas por descritores” (CAEd, 2017, p. 10). A distribuição dos alunos por nível de desempenho é definida segundo a expectativa de aprendizagem nos Padrões de Desempenho (1º ano) Padrões Abaixo do Básico até 400; Básico de 400 a 500; Proficiente de 500 a 600; Avançado acima de 600. Considerando que a escala do SIMAE, do ciclo de alfabetização é de 0 a 1000.

O percentual dos estudantes nas turmas do 1º ano do EF é de 33,3 % na edição de 2017, encontra-se no padrão: **Abaixo do Básico** – AB apresentam as primeiras manifestações de habilidades relacionadas à apropriação do sistema de escrita, essas habilidades dizem respeito tanto a aspectos gráficos – distinção entre letras e outras formas de representação, como o desenho, por exemplo – quanto sonoros (consciência fonológica). Dado o caráter inicial desse processo de reconhecimento de convenções do sistema alfabético, as habilidades de leitura são ainda incipientes neste padrão. (PADRÃO DE DESEMPENHO 2017, 2018, 2019). Diante dessa descrição entende-se que a alfabetização se identifica ao ensino e aprendizagem quer dizer o sistema alfabético de escrita o que em linhas gerais significa na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando em sons e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos.

Ainda nos padrões de desempenho, o intervalo da escala a partir de 250 pontos de proficiência, evidencia que os estudantes já identificam algumas letras do alfabeto (especialmente as letras iniciais), quando apresentadas isoladamente ou em um conjunto de letras (sequência de três letras). Os estudantes com proficiência a partir de 300 pontos, além das habilidades descritas anteriormente, identificam a sílaba inicial de uma palavra, especialmente em palavras formadas exclusivamente por sílabas no padrão CV (consoante/vogal). Esse fato indica que os estudantes que se encontram neste nível de proficiência percebem as relações entre fala e escrita de forma mais sistemática.

Nesse caso é verificar se o/a estudante tem a capacidade de conhecer o alfabeto os diferentes tipos de letra, se faz distinção entre letras de imprensa maiúscula e minúscula e a cursiva maiúscula e minúscula entre os tipos de letras que constituem etapas mais avançadas do domínio da escrita.

Os estudantes que estão no limite da passagem entre 350 e 400 pontos, além de terem consolidado as habilidades relacionadas à identificação de letras do alfabeto, reconhecem uma

mesma letra, ou sequência de letras, grafada em diferentes padrões gráficos (maiúscula, minúscula, de imprensa, cursiva). Esses estudantes leem palavras dissílabas e trissílabas, especialmente as paroxítonas, quando formadas exclusivamente por sílabas no padrão CV (consoante/vogal), ou por sílaba formada exclusivamente por uma vogal. (PADRÃO DE DESEMPENHO 2017, 2018, 2019). Foi constatado que esses estudantes desenvolveram habilidades iniciais de leitura de palavras, sendo esse um marco importante de seu processo de alfabetização.

No que tange à leitura, os estudantes que se encontram neste padrão de desempenho já realizam inferências em textos não verbais, em tirinhas, por exemplo. Os estudantes nessa condição reconhecem as palavras e unidades fonológicas ou segmentos sonoros como, por exemplo, rimas, sílabas em diversas posições, alterações de um fonema numa frase ou palavra, tendo em vista que o estudante identifica as rimas, as sílabas e sons no início, no meio e no final de palavras compostas, isso porque já reconhecem consoantes e vogais. Nesse caso os padrões de desempenho abaixo do básico apresentam aprendizagens cumulativas na escala, o percentual dos estudantes é 40,0% na edição de 2017 nas turmas do 1º ano do EF, nesse padrão de desempenho.

Os estudantes que se apresentam no padrão de desempenho básico desenvolvem as habilidades com nível de proficiência entre 400 e 450 pontos realizam a leitura de palavras dissílabas ou trissílabas, paroxítonas, formadas por diferentes estruturas silábicas (sílabas no padrão CV, CVC, ditongo). (PADRÃO DE DESEMPENHO 2017, 2018, 2019).

Na edição das 2017 às duas turmas do 1º ano da escola 13,3 % estão no padrão de desempenho **Proficiente** se apresentam além das habilidades de leitura descritas anteriormente, outras habilidades que ampliam suas possibilidades de interação com os textos como leitores. Estão na escala os estudantes com proficiência entre 550 e 600 pontos, portanto, no limite para a passagem ao próximo padrão para consolidarem habilidades relacionadas à consciência fonológica, como a de identificar sons iniciais e/ou finais de palavras formadas por sílabas no padrão CV e também as relativas à leitura de palavras em diferentes extensões e padrões silábicos.

O padrão de Desempenho **Avançado** manteve o mesmo percentual de 13,3 % na edição de 2017 nas turmas do 1º ano. “A principal característica dos estudantes que apresentam essa proficiência está compatível com o padrão de desempenho avançado e o fato de terem desenvolvido habilidades de leitura além daquelas esperadas para a etapa de escolarização em que se encontram”. (PADRÃO DE DESEMPENHO 2017, 2018, 2019), este padrão abriga

vários níveis de desempenho, portanto as habilidades descritas apresentam diferentes níveis de complexidade, são estudantes que se encontram no nível até 650 pontos.

As turmas da escola apresentam indicadores de desempenho obtidos por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI) que é a proficiência média e Teoria Clássica dos Testes (TCT) com o percentual de acerto por descritor que estão distribuídos nos padrões de desempenho, isso nos diz que os saberes estimados nesses resultados estão estimados a partir das tarefas que o estudante é capaz de realizar ao responder os itens nos testes padronizados.

Assim, a distribuição dos estudantes por padrão de desempenho se dá de acordo com a proficiência alcançada no teste, sendo um indicador imprescindível no monitoramento da equidade tanto da turma quanto da escola. Estes padrões estão expressos com os intervalos da escala de proficiência que correspondem ao conjunto de determinadas habilidades e competências nos quais estão reunidos os estudantes com desempenho similar. “Os padrões de desempenho do SIMAE foram estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED) e cada um deles corresponde a um conjunto de tarefas que os alunos são capazes de realizar” (REVISTA DO PROFESSOR, 2018. p. 14). Os padrões estabelecidos pelo SIMAE são Abaixo do Básico, Básico Proficiente e Avançado.

As análises descritas acima atendem ao componente curricular de Língua Portuguesa com foco em leitura. Reportando as falas das professoras percebe-se a intenção de atitudes muito positivas proporcionadoras de aprendizado para desenvolver os conhecimentos propostos na matriz do SIMAE.

Para Vygotsky (1984, p. 110), “o professor é um mediador da aprendizagem que, ao atuar na zona de desenvolvimento proximal, produz algo fundamentalmente novo no desenvolvimento da criança”, desenvolvimento que se dá com a mediação e organização dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula.

Na avaliação diagnóstica em matemática as turmas tiveram um percentual de participação de 100% uma proficiência de 430,9, distribuída na escala com a informação dos que sabem por meio dos descritores; D1, D5, D17, D19, D31, D32, D33, D34 D35 e D59 no letramento matemático. Vale destacar que a Matriz de Referência de Matemática contempla descritores comuns de 1º, 2º, 3º e 5º ano do ensino fundamental.

A distribuição dos alunos por nível de desempenho é definida segundo a expectativa de aprendizagem nos Padrões de Desempenho no 1º ano **Abaixo do Básico** até 350; **Básico** de 350 a 450; **Proficiente** de 450 a 550; **Avançado** acima de 550. Considerando que a escala do SIMAE, do ciclo de alfabetização e de 0 a 1000 em matemática o percentual dos estudantes é

17,6 % na edição de 2017 nas turmas do 1º ano do EF, no padrão de desempenho Abaixo do Básico.

No pró-letramento em matemática tem-se uma previsão do princípio da problematização dos conteúdos para o ensino da matemática buscando compreender os conteúdos sem perder a cientificidade, tendo em vista o saber pedagógico do professor. As habilidades matemáticas que se evidenciam no padrão de desempenho **abaixo do básico** são elementares para este período de escolarização. “Esses estudantes associam objetos do mundo físico à forma da pirâmide, do cubo, do cilindro, do cone e do paralelepípedo (ou bloco retangular)” (PADRÃO DE DESEMPENHO 2017, 2018, 2019), nesse grupo, os estudantes identificam a localização de objetos em representações do espaço, por meio dos conceitos em cima/embaixo e perto/longe, reconhecendo também a palavra distante.

No Padrão e Desempenho **Básico** – B o percentual dos estudantes é 29,4 % nas turmas do 1º ano do EF, os estudantes “identificam a localização de objetos em representações do espaço, por meio dos conceitos na frente/atrás e entre; associam figuras bidimensionais presentes em objetos do cotidiano à nomenclatura do triângulo; além de reconhecê-lo em uma coleção de figuras bidimensionais, representadas em malhas quadriculadas ou não”. (PADRÃO DE DESEMPENHO 2017, 2018, 2019), se apresentam com um desempenho básico e desenvolvem todas as habilidades descritas no padrão de desempenho abaixo do básico. Além dessas habilidades, os estudantes estão com nível de proficiência entre 350 e 450 pontos,

Na descrição do Padrão de desempenho **Proficiente** o percentual é 29,4%, é perceptível um aumento do grau de complexidade das habilidades, nesse campo, pode ser verificado quando esses estudantes demonstram localizar no conteúdo, um objeto em uma malha quadriculada e identificar a localização de objetos em representações do espaço tendo como referência a posição do estudante por meio dos conceitos direita/esquerda.

Os estudantes ainda associam objetos do mundo físico à nomenclatura do paralelepípedo, do cubo, da pirâmide, da esfera, do cilindro e do cone, associam a esfera ao seu nome, identificam, em uma coleção de sólidos geométricos, aqueles que têm superfícies arredondadas, reconhecem o retângulo representado em uma malha quadriculada e a nomenclatura do triângulo como figura geométrica de 3 lados, sem apoio de imagem. (PADRÃO DE DESEMPENHO 2017, 2018, 2019).

Nos estudos realizados sobre o letramento em matemática reúnem-se as várias perspectivas hoje colocadas no ensino da matemática. O professor dos anos iniciais do EF, poderá encontrar combinações pedagógicas para orientar o estudante a pensar sobre os conceitos matemáticos e resolver os problemas favorecendo a compreensão e a solução deles.

No processo de resolução de problema o estudante necessita ter liberdade para realizar seus próprios registros, o professor a partir dessas produções tem elementos para avaliar como o estudante compreende o problema proposto, nessa perspectiva o professor pode adotar uma postura investigativa, crítica e criativa.

A apresentação dos resultados das turmas de 1º ano do obtidos na primeira edição em 2017 nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática demonstram que os resultados do SIMAE foram apresentados para escola com esclarecimentos para que todos tivessem entendimento, é possível perceber das entrevistadas, elementos que contribuem para o desempenho dos estudantes, assim como o compromisso dos/as professores ao realizar suas aulas. A pesquisa revela que as concepções de gestão da escola, tanto a democrática³² quanto a gerencial ³³ geram bons resultados, haja vista o alcance das metas descritas no Quadro 15.

Quadro 15 - Proficiência e meta nas edições do SIMAE de 2017, 2018 e 2019 em Língua Portuguesa e Matemática

COMPONENTE CURRICULAR	ETAPA	PROFICIÊNCIA 2017	PROFICIÊNCIA 2018	PROFICIÊNCIA 2019	META 2018	META 2019	META 2020	SITUAÇÃO 2018 - 2019
LÍNGUA PORTUGUESA	1 EF	455	491,6	493,1	467	478	489	CRESCEU E ULTRAPASSOU A META
LÍNGUA PORTUGUESA	2 EF	526	559,2	593,6	539	552	564	CRESCEU E ULTRAPASSOU A META
LÍNGUA PORTUGUESA	3 EF	593	631,9	655,9	608	621	634	CRESCEU E ULTRAPASSOU A META
LÍNGUA PORTUGUESA	4 EF	—	634,1	624,7	—	—	—	DECRESCOU
LÍNGUA PORTUGUESA	5 EF	167	199,5	205,2	172	178	183	CRESCEU E ULTRAPASSOU A META

³² Gestão provém do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere que significa levar sobre si, carregar chamar a si, executar, exercer, gerar. Para Dourado (2006) é o caráter instrumental de atividade administrativa, sobre isso Paro (2010, p. 24), nos diz que “a administração como é entendida e realizada hoje, é produto de longa evolução histórica e traz a marca das contradições, dos interesses políticos em jogo na sociedade”. A escola adota a Gestão democrática, consagrada na Constituição vigente, a palavra democracia, assim como gestão traz sobre si um significado histórico.

³³ No que se refere a gestão gerencial Stephen Ball (2005) considera “o gerencialismo um elemento central da reforma política” tendo em vista “a busca modernista por ordem transparência e classificação”, ou seja, “a reengenharia cultural do setor público” (p. 542 – 544). Para o autor este modelo dá ao professor responsabilidade em função das avaliações externas no sentido do bem-estar. Sobre isso, Parente (2017) et all Gentili (2001), Oliveira e Souza (2003) e Ferreira (2004) “ênfatisam a influência de uma nova cultura educacional contemporânea, a qual interfere na adoção dos modelos de gestão apropriados pelas escolas” (p.261) [...] Para Parente. “A inserção dos preceitos gerencialistas na gestão pública brasileira tem se efetivado por meio de políticas públicas centradas no racionalismo e na produtividade” bem como o “desencadeamento dos processos de gestão da escola, seguindo a tendência gerencialista, estão fundamentados na avaliação de desempenho medida por meio de índices estatísticos” (p. 276).

COMPONENTE CURRICULAR	ETAPA	PROFICIÊNCIA 2017	PROFICIÊNCIA 2018	PROFICIÊNCIA 2019	META 2018	META 2019	META 2020	SITUAÇÃO 2018 - 2019
MATEMÁTICA	1 EF	431	424,7	431,7	441	452	462	CRESCEU E NÃO ALCANÇOU A META
MATEMÁTICA	2 EF	475	454,3	514,4	486	497	508	CRESCEU E ULTRAPASSOU A META
MATEMÁTICA	3 EF	486	534,7	564,4	498	509	521	CRESCEU E ULTRAPASSOU A META
MATEMÁTICA	4 EF	—	498,1	521,5	—	—	—	CRESCEU
MATEMÁTICA	5 EF	177	200,5	204,7	182	188	193	CRESCEU E ULTRAPASSOU A META

Fonte: CAEd. /NAE 2017- 2019

Vale notar que é preciso estimular e desenvolver habilidades que permitam resolver problemas, fazer inferências, desenvolvendo capacidade de comunicação e de trabalho coletivo de forma crítica e independente. Diante desse esforço, observa-se no Quadro 15 o crescimento e alcance da meta projetada nos dois componentes curriculares até 2019 de acordo com os resultados.

Ainda nas observações do Quadro 15, ressaltamos que as turmas do 4º ano não participaram da primeira edição do SIMAE, sendo a prioridade os anos que seriam avaliados pelo SAEB, ou seja, o 5º ano. Destaca-se que as turmas de 4º ano participaram da avaliação em 2018 e 2019, com os estudantes respondendo testes em escrita, não há meta projetada.

Uma vez verificada a importância do Sistema Municipal de Avaliação, importa compreender como os/as professores receberam os resultados observando o que impactou no cotidiano da escola, ou seja, as implicações, contribuições à avaliação do SIMAE, seus resultados para a organização do trabalho pedagógico da escola.

Durante a pesquisa investigou-se qual desdobramento do resultado da avaliação externa na escola, nas entrevistas as professoras comungam da mesma fala em relação ao SIMAE ao serem informadas de que a SEMED estava implantando um Sistema de Avaliação e para a aplicação dos testes, constatou-se também que a escola se reuniu para a apresentação dos resultados para, a partir desse momento traçar metas e estratégias, intervenções pedagógicas para a melhoria dos estudantes.

Considerando a ação essencial para melhorar a qualidade na educação, para o exercício de uma mudança nesse processo, à atitude a ser tomada seria uma proposta de mudança, inclusive nas salas de aula por meio dos resultados de uma avaliação que proporcionasse indicadores de qualidade para a comunidade escolar, discurso que reflete no debate das questões da política educacional.

Bicudo em (1999). Diz que:

Avaliar a educação escolar pode o também ser um ato pelo qual os envolvidos no processo de avaliação do projeto educacional analisam os condicionantes que o

determinam, as atividades realizadas, os aspectos positivos e negativos, o que foi conseguido e o que ficou para trás, o que foi modificado o percurso, e à luz dessa análise, projetam possibilidades antevistas e escolhem os caminhos que mostram mais promissores [...] nessa concepção. A avaliação é um componente do projeto educacional. Por ser processo, está em andamento. Por ser projeto, abrem-se as possibilidades; por educacional, está em movimento a possibilidade do ser humano. (BICUDO. 1999, p. 15)

Nessa perspectiva em nome de uma qualidade a decisão de anunciar uma ação da política de avaliação para a rede municipal, um dos eixos do Programa Educar Mais: “Juntos no Direito de Aprender”, o Sistema de Avaliação Educacional de São Luís integra a política de gestão educacional da rede pública municipal tendo como meta promover uma educação pública de qualidade.

Analisa-se também a compreensão das entrevistas das professoras em relação ao SIMAE, todas relataram o compromisso da gestão em comunicar sobre a implantação do Sistema de Avaliação – SIMAE e todo o processo. Verificou-se que as professoras em suas falas consideram o SIMAE uma avaliação que “trouxo mais entendimento” sobre os resultados, entendiam como os estudantes estavam se desenvolvendo no seu processo ensino e aprendizagem. Nas reuniões com a Coordenadora Pedagógica da escola, sempre eram abordados assuntos pertinentes à avaliação externa, direcionada especialmente ao SIMAE.

Entende-se que a escola começou a trabalhar os resultados obtidos na avaliação com a equipe pedagógica que segundo as professoras era composta pela Coordenadora Pedagógica e gestão, onde as discussões em torno dos indicadores educacionais da escola eram pertinentes, tomando como base o que disse Mesquita, (2012) fazendo referência ao IDEB considerado indicador de qualidade.

A busca pela descentralização e autonomia para escolas não pode ser sinônimo de desresponsabilização por parte dos governos sobre a qualidade do ensino. Esta qualidade se dá por políticas que articulam gestão e organização escolar com formação iniciada e continuada para os professores, reestruturação curricular e incentiva ao processo de participação. (MESQUITA, 2012. p. 13)

Para Horta Neto (2010, p. 98) “o diretor, a equipe pedagógica e os professores que atuam na escola tem um papel importante em todo o processo educacional” e quanto ao uso dos resultados pelos professores Blasis, Falsarella e Alavarse (2012, p. 12) apontam a possibilidade dos resultados da avaliação externa indicarem pistas importantes que reflitam sobre o desenvolvimento do trabalho no interior da escola, principalmente quando esses resultados se referem a um conjunto de atividades.

Nesse sentido, a avaliação externa no caso o SIMAE que segue os padrões de uma avaliação em larga escala, utilizou como forma, o diagnóstico da aprendizagem dos estudantes,

se tornou fundamental para a formulação da política de avaliação da Rede municipal, tendo como foco o rendimento escolar, baseados nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática apresentada em uma Matriz de Referência, nela estão conteúdos básicos, porém considerados importantes apresentados nos itens que compõe os testes, realizados com os estudantes das escolas de ensino fundamental.

Citado nas entrevistas as ações do Programa Educar Mais “Juntos no Direito de Aprender”, a Avaliação do SIMAE, dentre as iniciativas está o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP)³⁴ em 2017 e 2018. O programa foi concebido a partir da experiência em Minas Gerais decisivo na “melhoria da aprendizagem dos alunos” daquele estado, para realizar essa intervenção nas escolas a SEMED optou por contratar uma consultoria externa com expertise no assunto, Gazzola & Associados Consultoria Educacional.³⁵ assim a intervenção pedagógica nas escolas para que tivesse sucesso seria necessário promover uma “profunda transformação em sala de aula” (Relatório 2017-2020).

No primeiro momento a Consultoria apresenta de acordo com seus objetivos um plano de classificação estabelecendo o perfil das escolas³⁶ em: Escolas Intermediárias, Escolas Consolidadas e Escolas Estratégicas, a escola selecionada “UEB São Luís” está dentro do perfil classificado pelo PIP a turma do 3º ano se encontra na classificação das escolas de acordo com o perfil, **Escolas Estratégicas** apresentando resultados médio, sendo 29 alunos avaliados, em língua português e matemática, apresentando somente uma turma classificada de acordo com o perfil estabelecido pelo PIP.

Nos padrões de desempenho avançado 0, proficiente 7 estudantes, básico 20 alunos e abaixo do básico 2 perfazendo um total de 29 estudantes isso quer dizer que esta turma esta no grupo das Escolas Estratégicas com os resultados médio, porém com grande expectativa de melhorar seu desempenho, incluída no Plano de Intervenção Pedagógica com foco na Alfabetização e Letramento trabalhando as 60 lições, com o objetivo pedagógico da que:

³⁴ O Plano foi iniciado em 2017, com foco no 3º ano do Ciclo da Alfabetização, em consonância com as diretrizes nacionais do MEC. Os resultados da Avaliação externa do SIMAE - Sistema Municipal de Avaliação Educacional, implantado no segundo semestre de 2017, mostraram, em 2018, uma evolução significativa no desempenho dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para exemplificar, em 2017, somente 24,1% dos alunos do 3º ano estavam nos níveis Avançado e Proficiente de leitura e escrita. Em 2018, este número passou para 41%, indicando uma melhoria de 59%. Além disso, o percentual de alunos do 3º ano com desempenho Abaixo do Básico reduziu de 59,4% em 2017 para 39,3% em 2018(Relatório PIP – 2017 -2020).

³⁵ Empresa de Atividades de apoio à educação engloba os serviços de orientação, planejamento, consultoria, gestão e assessoria relacionada ao sistema educacional.

³⁶ Escolas Intermediárias são escolas pequenas que apresenta resultados variados; Escolas Consolidadas são escolas com bons resultados e com elevada capacidade de gestão pedagógica e Escolas Estratégicas são escolas com resultados médios ou baixos, mas com potencial para melhorar seu desempenho (Gazzola Associados Consultoria Educacional Ltda, 2018)

[...] toda criança deve estar lendo e escrevendo até os 7 anos de idade e todo aluno aprendendo, com um objetivo social: garantir a mesma qualidade de ensino para todas as crianças da rede municipal de ensino de São Luís. Isto é, qualidade social e equidade na educação, e, em consequência melhoria dos índices educacionais do município. (PIP. Relatório 2017-2020, p. 10 -11).

Por meio do Programa de Intervenção Pedagógica a Secretaria Municipal de Educação desenvolveu ações efetivas para as escolas, garantindo um conjunto de orientações, reuniões pedagógicas, com apoio necessário aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental dando suporte, monitorando e avaliando os resultados, motivando-os a oferecerem um ensino, de qualidade.

Se expressa aqui considerações sobre a **apropriação dos resultados** entendendo como gestores, e professores que fazem parte do processo pedagógico utilizaram os resultados do SIMAE, e como realizam ações, estratégias que oportunizaram uma melhoria na aprendizagem dos estudantes na escola, tratando das possibilidades de apropriação e uso dos resultados e interpretação pedagógica dos mesmos, essas informações envolveram estudantes, professores, gestores da escola na seara da interpretação dos resultados.

No contexto dos resultados o SIMAE se apresentou de forma clara para que a equipe escolar pudesse entender e tomar decisões assertivas, assim, tem-se as considerações de Brooke (2012, p. 145).

Primeiro, para melhorar os resultados da educação, é preciso, primeiro, estipular o que cada aluno deve aprender em cada etapa ou ano em termos de conteúdo e nível de proficiência mínima e, ao fazê-lo, aumentar o nível de expectativas e exigências. Segundo, para poder cobrar este nível de aprendizagem, precisa-se criar instrumentos de avaliação padronizadas necessários para mensurar o desempenho dos alunos de forma rigorosa em todas as áreas do currículo para as quais existem padrões.

Dessa maneira, com os pressupostos mencionados, as normativas legais contidas nos documentos embasam a política municipal de São Luís como: A Lei nº 1305 de 25 de julho de 2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE, definindo as diretrizes e metas para a educação brasileira para o decênio 2014/2024, A Lei nº 10.099 de 11 de junho de 2014, aprovou o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão – PEE-MA, elencando as ações estratégicas e metas para a Educação do Maranhão e as diretrizes para a elaboração dos planos decenais de educação dos Municípios. A Lei nº 6.001 de 9 de novembro de 2015, regulamenta o Plano Municipal de Educação – PME, que define as metas e estratégias para a educação do município de São Luís bem como os preceitos da Constituição Federal de 1988.

Determina no art. 205

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Resgatando no Art. 206

O ensino será ministrado com base nos princípios: Igualdade de condições para o acesso a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, arte e o saber; Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 137-138).

Com os pressupostos citados a política Municipal foi ancorada nas determinações da LDBEN nº 9.394/1996, que reconhece a importância dos valores na educação escolar, as finalidades da educação básica no art. 22, que é “estabelecer ao educando, assegurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (LDBEN 1996 p. 298).

O SIMAE foi uma ferramenta de monitoramento do desempenho dos estudantes, onde oportunizou para as escolas uma intervenção pedagógica, a partir dos seus resultados e tendo como vantagens e desafios o alinhamento entre currículo, ensino e avaliação, com uma menor periodicidade entre os ciclos avaliados e divulgação dos resultados, atendendo aos padrões de desempenho e metas de aprendizagem estabelecidas para monitorar a qualidade da educação e equidade para todos.

Com o apoio logístico do CAEd/UFJF foram realizados todos os processos de elaboração desde as matrizes de referência com os seus descritores, a elaboração de itens para os testes, análises quantitativas e qualitativas dos dados, a elaboração de boletins pedagógicos e divulgação dos resultados para a administração central de SEMED, Secretário, Superintendentes, técnicos, Coordenadores pedagógicos, gestores escolares e comunidade em geral já estabelecidos no Termo e Referência.

O SIMAE por ser um Sistema de avaliação, tem na sua base de forma censitária dos estudantes da Rede municipal de 1º ao 9º do ensino fundamental, com essa característica foi possível por meio dos resultados que cada escola analisasse, interpretasse e se apropriassem dos seus resultados e tivesse ao alcance, o seu diagnóstico.

Nesse sentido, as políticas, os projetos sociais têm um tempo durante uma administração que pode ser gerencial e decisório, no caso o SIMAE em análise, toda a sua estrutura composta pelo executor, a Prefeitura Municipal de São Luís representada pelo prefeito Edivaldo Holanda Júnior, na sua administração, especificamente no segundo mandato. (2016 – 2019).

É sabido que transição de governos mudanças de lideranças acontece, no caso dos Secretários, Superintendentes e Coordenadores, teve assim uma descontinuidade, com o processo de avaliação do SIMAE, em vista dessa condição a não continuidade acontece, como expressa a coordenadora do NAE, que na rede municipal de São Luís não há mais aplicação do SIMAE. “Atualmente o diagnóstico é por meio de um novo programa, o Educar pra Valer a nova administração não deu continuidade ao Sistema Municipal de Avaliação – SIMAE”. (Coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional, entrevista realizada em janeiro de 2023).

Em relação à “troca de políticos e gestores”, Spink (1987, p. 57) destaca o seguinte: “a expressão continuidade e descontinuidade administrativa refere-se aos dilemas, práticas e contradições que surgem na Administração Pública, Direta e Indireta a cada mudança de governo e cada troca de dirigente”. É importante observar que a descontinuidade pode levar à desvalorização nos projetos executados pela gestão anterior.

O compromisso do CAEd como instituição, no âmbito do Sistema de Avaliação, consistia na sistematização e devolução da interpretação pedagógica dos resultados para todos os envolvidos. Essas informações eram explicitadas em uma coleção de revistas e encartes impressos; como a Revista do Gestor e a Revista do Professor, que também eram disponibilizadas no *Site* do CAEd, com histórico da série de avaliações. Além disso, as escolas tinham acesso aos resultados em formato digital, acompanhados de interpretações para cada escala, incluindo o percentual de participação, com o número de alunos previstos e presentes na avaliação, bem como a distribuição dos estudantes nos diferentes padrões de desempenho, juntamente com suas descrições.

De acordo com a Revista do SIMAE 2019:

[...] Apresenta uma reflexão sobre a importância dos indicadores educacionais para construção de um diagnóstico mais preciso sobre os principais problemas enfrentados pela rede de ensino [...] uma análise mais detalhada, sobre os indicadores [...] seu objetivo é ajudá-lo na interpretação das informações, contribuir para a realização de um bom diagnóstico sobre o funcionamento da sua escola, para a partir daí, a tomada de decisão mais focada com base nas evidências que os dados revelam. (REVISTA CONTEXTUAL, 2019, p. 5).

Como nas avaliações externas o SIMAE também utilizou a aplicação dos **Questionários Contextuais** (ANEXO: C, D, E) permitindo observar cuidadosamente os dados dos diretores, estudantes, professores, dando condições à gestão escolar e ao próprio sistema de ensino municipal a percepção e compreensão da realidade intra e extraescolar para além da análise do desempenho dos estudantes levando em consideração a organização pedagógica e administrativa da escola. O SIMAE:

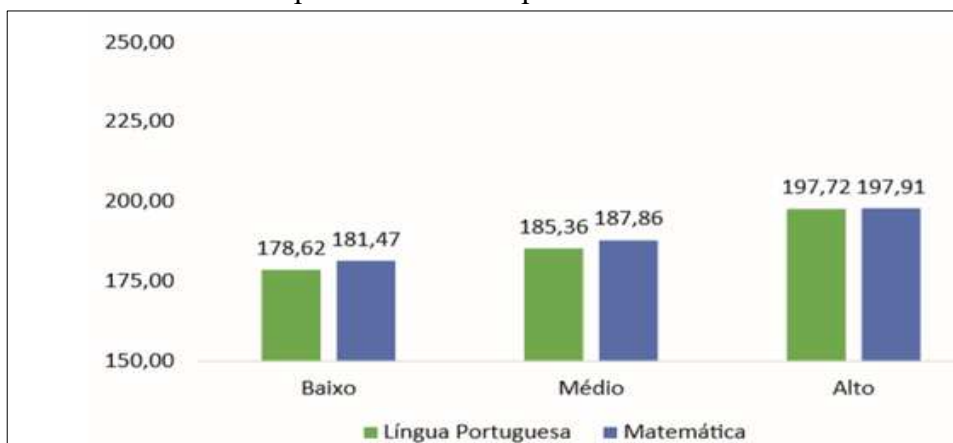
Na intenção de elencar mais dados acerca da influência dos fatores intraescolares e apoiar a superação dos desafios, bem como subsidiar a implementação de políticas públicas a Revista Contextual do SIMAE 2018 registra as informações obtidas a partir dos questionários aplicados aos alunos da rede municipal de ensino de São Luís no Maranhão [...] mensurar dimensões latentes como fatores intraescolares exige a tarefa de definir os instrumentos de medida. (REVISTA CONTEXTUAL, 2018, p. 7).

Diante de conclusões até surpreendentes, os questionários contextuais do SIMAE 2018 apresentaram várias assertivas para que os respondentes pudessem indicar se concordavam ou discordavam em diferentes graus de intensidade. Nas análises descritivas relacionadas aos estudantes do ensino fundamental da Rede Municipal de São Luís Maranhão foi perguntado sobre suas características individuais como sexo e cor/raça, aspectos da trajetória escolar, como a primeira vez que frequentou a escola, tipo de escola em que estudou, se reprovou, ou se abandonou os estudos.

Vários foram os aspectos que compuseram os questionários do SIAME em 2018 (vale ressaltar que em 2019 não houve divulgação de análise da Revista Contextual). Um aspecto a destacar, aos questionários aplicados para os estudantes do ensino fundamental (ANEXO D) demonstra a expectativa sobre suas realizações na escola, seu futuro e suas aspirações.

Observa-se no Gráfico 3 a percepção dos estudantes em relação as suas expectativas.

Gráfico 2 – Expectativa e desempenho dos estudantes do 5º ano



Fonte: Revista Contextual, SIMAE (2018, p. 27)

As expectativas não justificam a obtenção de resultados satisfatórios ou insatisfatórios, porém, de acordo com a análise de desempenho ajudam a elucidar aspectos como desmotivação e falta de engajamento quando desestimulados a acreditar no próprio potencial. A Revista Contextual apresenta essas evidências, identificadas na divisão das respostas em tercís³⁷ caracterizados em “Baixo” (baixo índice de expectativas); “Médio” (médio índice de expectativas); e “Alto” (alto índice de expectativas). (SIMAE, 2018 – Revista Contextual, p. 27).

Cruzadas as informações dos resultados dos testes cognitivos com os questionários respondidos pelos estudantes, é possível associar quanto maior as expectativas melhores o seu desempenho, é possível observar, que, embora os estudantes se encontrem no padrão de desempenho Básico em língua portuguesa e matemáticas estão em níveis diferentes, porém:

Os estudantes do 5º ano apresentam mais de 16 pontos de diferença na proficiência (178,62 e 197,22 em língua portuguesa e 181,47 e 197,91 em matemática), quando comparamos o grupo daqueles que possuem baixas expectativas com o grupo que demonstra altas expectativas sobre si. Estudantes com baixo índice de expectativas tendem a demonstrar proficiência menor que a dos estudantes com altas expectativas sobre si mesmos. (REVISTA CONTEXTUAL, 2018. p. 29).

Vale lembrar que os Padrões de Desempenho do SIMAE caracterizam estudantes com “desempenho semelhante compondo agrupamentos com desenvolvimento similar de habilidades e competências” (REVISTA CONTEXTUAL, p. 30). Esses agrupamentos possibilitam a realização de redirecionamento de intervenções escolares, quando necessário, cabendo “esforços brandos ou intensos” a depender do diagnóstico do desenvolvimento e aprendizado.

A disponibilização das informações sobre os resultados é importante, pois permite diagnosticar o desempenho dos estudantes que participaram da avaliação e possibilita um planejamento direcionado para intervenções pedagógicas, contribuindo para o processo ensino aprendizagem dos estudantes. A divulgação dos resultados pelo CAEd/UFJF, capacita gestores, professores, técnicos tanto das escolas quanto da SEMED, fornecendo assistência ao longo de três anos/três edições, por meio de encontros realizados durante dois dias, com carga horária de 16h. Após a divulgação oficial, a equipe de técnicos do Núcleo de Avaliação Educacional

³⁷ Em Estatística diz: qualquer das separatrizes que dividem o intervalo de uma distribuição de frequência em três classes de igual número de indivíduos.

(NAE) realizavam oficinas, atendendo um quantitativo de escolas de forma que todos possam se apropriar dos resultados. Desde a sua implantação em 2017, o SIMAE buscou oportunizar mudanças na educação ofertada pelo município, com o olhar no ensino de qualidade.

Desse modo, entende-se que o papel das avaliações externas é fornecer dados que permitam identificar áreas que necessitam de maior atenção nas escolas, bem como apresentar resultados satisfatórios. É importante ressaltar que a divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE pela escola proporcionam uma reflexão para promover mudanças na sala de aula, contribuindo para uma prática pedagógica mais eficaz. Compreende-se a importância de entender as análises obtidos, o que leva ao comprometimento da equipe pedagógica, como evidenciado nas entrevistas em que as professoras desenvolviam estratégias para melhorar a qualidade do ensino no contexto escolar.

Com a apropriação de resultados, as unidades escolares têm nas avaliações externas uma ferramenta para a interpretação e análise pedagógica dos dados de sua própria escola. Apesar dos desafios envolvidos, estudos indicam que tais avaliações são úteis para aprimorar a qualidade da educação.

Horta Neto (2011, p. 4) expressa a seguinte reflexão sobre a avaliação “seja ela externa ou realizada no interior da escola, é um ato que, apesar de estar firmado no presente, aponta a construção do futuro a partir da análise do que ocorreu no passado”. O autor enfatiza a importância de refletir sobre o diagnóstico obtido pelos resultados, visando alcançar uma boa qualidade de ensino. Nesse contexto, o Sistema de Avaliação Municipal - SIMAE oferece aos educadores municipais análises e interpretação de dados de fácil entendimento auxiliando no estudo dos resultados de instrumentos e propostas.

Nesse sentido, a seção seguinte apresenta o produto técnico tecnológico e justifica a realização da Oficina Pedagógica sobre os resultados da avaliação externa, com foco na interpretação de resultados educacionais. Essa oficina busca proporcionar uma perspectiva de interpretação e análise dos seus resultados no contexto escolar. É importante ressaltar a natureza qualitativa deste estudo, que se propõe a analisar os resultados de forma qualitativa, o que implica na realização da oficina.

5 O PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO: Proposta de uma Oficina Pedagógica: Interpretação de Resultados Educacionais

A dissertação tem sustentação no estudo de caso no contexto dos resultados da avaliação do Sistema Municipal de Avaliação Educacional – SIMAE. Nesta seção apresenta-se a proposta de Oficina Pedagógica: Interpretação dos resultados educacionais para equipe pedagógica da escola que se constitui em gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de São Luís Maranhão e tem como foco a interpretação dos resultados de uma avaliação externa.

A proposta não se baseia no ineditismo, mas, tem intenção de enriquecer e apoiar o que já vem sendo realizado na escola pela equipe pedagógica, o objetivo geral do estudo é a análise da apropriação dos resultados, tendo como referência uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental participante da avaliação do Sistema Municipal de Avaliação Educacional realizada pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Este objetivo, porém, apresentou-se vital para as questões norteadoras em respostas aos resultados obtidos por uma avaliação externa influenciaram no trabalho desenvolvido pela escola considerando que esse fato é essencial para o trabalho pedagógico. Nesse sentido a questão norteadora sustentou-se no desafio de como promover a Oficina Pedagógica para a equipe gestora possibilitando reflexões em um espaço propício para troca de experiência que é a escola.

Para atender aos objetivos propostos da dissertação buscamos identificar os dados sobre os resultados dos estudantes dos anos iniciais de uma escola da rede pública municipal nas avaliações externas como SAEB e SIMAE e também dados do IDEB da escola bem como as orientações que foram disponibilizadas pela SEMED no período de 2017 a 2019 na realização das três edições da avaliação do SIMAE.

Diante desse argumento constatamos que os resultados das avaliações externas são recebidos pela escola, porém, não estão incorporados como uma cultura de utilizar os resultados educacionais no trabalho pedagógico. Refletindo sobre o que pensam Silva e Carvalho (2021) ao se expressar sobre a cultura na escola.

A cultura escolar um mecanismo importante para ser levado em consideração, uma vez que a construção da cultura é dinamizada pelas orientações e percepções dos diferentes atores escolares, os quais trazem dimensões da formação, da visão de mundo e de escola, bem como as interferências externas oriundas das políticas educacionais e das normativas desenvolvidas pelos órgãos superiores, como as secretarias de educação. A cultura das escolas é dinâmica e perpassa por diferentes contextos, atribuindo valores, saberes e inspirações a partir da realidade da

comunidade escolar, ocasionando rupturas, permanências e criando novas ações e posturas. (SILVA; CARVALHO, 2021, p. 411).

Esta ideia manifesta uma postura dos agentes da escola em se tratando das avaliações externas e apresentam meios para responder “positivamente ao sistema” em um determinado momento de certo modo as avaliações externas estão presentes nas escolas provocando esforços das equipes pedagógicas para alcançar suas metas projetadas, com isso entende-se que a cultura avaliativa se torna um instrumento de política de responsabilização.

Com isso, os resultados obtidos relacionados à avaliação externa são percebidos no diagnóstico provenientes dos resultados realizados pelo SIMAE, sobretudo as reflexões acerca das orientações para utilização deles nos instrumentos enviados para escola, sendo estes documentos que contém os eixos da política de avaliação da rede municipal.

Para tanto ao estruturar a Oficina Pedagógica pretendemos seguir as etapas que diz respeito ao planejamento, desenvolvimento e execução como informa a equipe gestora, bem como a inserção da temática nas pautas do calendário da escola.

As etapas serão da seguinte maneira: No planejamento, mapear o número de participantes, identificar o local para realizar a oficina, bem como os recursos a serem utilizados sejam (materiais e humanos), definir os prazos, informar ao público-alvo a temática e objetivos da oficina. Assim a etapa do desenvolvimento será contemplada com que ta sendo proposto quanto a execução se estende a participação do/as profissionais da escola

Deve-se observar a jornada de trabalho dos/das participantes a sugestão é que seja em atividade extraclasse, ressalta-se que no calendário organizado pela SEMED não inclui a temática avaliação em forma de oficina, porém, a proposta será de extrema importância a sua execução. Assim pode-se organizar a oficina de forma presencial, não podendo descartar as possibilidades de recursos que podem ser realizados de forma síncrona e assíncrona.

A intenção primeiramente é que a oficina seja realizada na escola de forma presencial, para a equipe gestora os/as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, atendendo um total de oito professoras, uma gestora, uma coordenadora pedagógica do turno matutino, por esse quantitativo será formado somente uma turma.

A proposta tem como objetivo geral: desenvolver análise e interpretação dos resultados quando realizada as avaliações externas no âmbito da escola. Seguido dos objetivos específicos:

- a) Discutir a importância dos resultados da avaliação para a escola.
- b) Compreender como os resultados podem ser utilizados no planejamento para elaboração de ações e estratégias.

A metodologia utilizada encontra-se nos levantamentos bibliográficos de leituras em textos disponíveis de forma pública, digital, bem como a seleção dos autores com temáticas em: Avaliação em larga escala como: BLASIS; FALSARELL; ALAVARSE, (2013); LIBÂNEO (1994; 2013), que sugere como planejar no âmbito da escola para professores.

A opção explicitada da realização da Oficina Pedagógica para atendimento ao Produto Técnico Tecnológico (PTT), diz respeito à interpretação dos resultados da avaliação externa que teve como investigação os resultados do SIMAE realizada nos anos 2017, 2018 e 2019 para estudantes das escolas da rede municipal, compreendendo ser de fundamental importância para equipe pedagógica dos anos iniciais.

A oficina será dividida em quatro momentos, sendo quatro horas por cada encontro, perfazendo um total de 20h, previsão dos encontros presenciais a partir da definição dos meses com a proposta para ser a realização conforme o Quadro 16.

A proposta é que a oficina seja realizada em 2024 tendo como foco: Concepções sobre avaliação: Diagnóstica, Formativa e Somativa; Elementos que caracterizam uma avaliação externa: Matriz de Referência; Escala de Proficiência; Interpretação dos resultados; Avaliações externas em articulação com o trabalho pedagógico e a interpretação dos resultados e Política de Avaliação e os Sistemas Educacionais.

É válido ressaltar que esta temática é flexível e que será apresentada para a secretaria para então adequar-se aos temas alinhados ao planejamento estratégico da rede municipal de ensino de São Luís, Maranhão, para ser executada na escola.

5.1 Desenhando a Oficina Pedagógica

O produto se constitui em uma proposta de Oficina Pedagógica para os profissionais da escola que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola que pertence à rede municipal, tendo como norte as informações dos resultados de uma avaliação externa. Tem como descrição técnica no Quadro 16.

Quadro 16 - Descrição técnica da realização da oficina pedagógica

Origem	A Dissertação intitulada. SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE) E QUALIDADE DO ENSINO: análise da apropriação dos resultados pela escola.
Título do Produto	Oficina Pedagógica: Interpretação de Resultados Educacionais
Público-alvo	Profissionais da escola, professores, gestor (a) coordenador pedagógico da rede Municipal.
Destinado	A Educação Básica. Anos iniciais (1º ao 5º ano) do EF.
Finalidade	Orientar a análise e interpretação dos resultados quando realizada as avaliações externas no âmbito da escola para atender ao trabalho dos gestores (as) professores que atuam nos anos iniciais.
Desenvolvimento da Oficina	- Público-alvo: Gestor, professor e coordenador pedagógico - Metodologia: A oficina será realizada em quatro encontros - Organização dos encontros Unidade I- A avaliação em larga escala e a apropriação crítica de seus resultados Unidade II - Elementos que caracterizam uma avaliação externa Atividade Unidade III - Reflexões sobre Avaliações externas em articulação com o trabalho pedagógico Unidade IV - Política de Avaliação e os Sistemas Educacionais
Avaliação	Participantes (integrantes do público-alvo).
Divulgação	Em formato digital e impresso
Carga Horária	20h distribuídos em quatro momentos de 4h. (respeitando o calendário da escola).

Fonte: Elaborado pela autora 2023

Ao desenvolver a Proposta de Oficina Pedagógica para interpretação e apropriação de resultados na escola por meio do Produto Técnico Tecnológico, destaca-se a análise e interpretação dos resultados visando à melhoria do trabalho escolar por meio da utilização deles.

A realização de oficinas com a equipe da escola tem o intuito de ampliar as concepções sobre avaliações, sobretudo, os seus resultados obtidos por meio delas. O produto final deste trabalho de dissertação é uma Proposta de Oficina para a equipe gestora, visando possibilitar a efetivação do conhecimento sobre a temática apresentada. O momento da oficina consiste na construção do letramento em avaliação, que envolve o entendimento dos dados gerados nas avaliações educacionais, a fim de possibilitar a leitura, interpretação e utilização desses resultados pelo corpo docente da escola.

A proposta articula-se com a temática da dissertação, que aborda especificamente as discussões sobre os resultados da avaliação externa realizada. Entende-se que essa proposta é aplicável e pode ser uma contribuição valiosa para a equipe da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo refletir sobre a utilização e apropriação dos resultados das avaliações externas trazendo para o contexto o Sistema próprio de Avaliação Educacional de São Luís implantado em 2017 pela SEMED, incluindo a equipe gestora, assim como a discussão das políticas educacionais desenvolvidas a partir da década de 1990, tanto nos aspectos políticos, quanto sociais.

A análise realizada no contexto da escola nos permitiu enxergar a forma como se processaram desde a dinâmica de realização das avaliações externas, a divulgação e como foram efetivamente utilizados os resultados. As reflexões nos permitiram compreender que a escola tem capacidade de se debruçar sobre o entendimento dos seus resultados, oportunizando uma tomada de decisões e a transformação da sua realidade.

Nos desdobramentos dos objetivos expostos a avaliação deve ser entendida como um processo contínuo do ensino e aprendizagem dos estudantes pode ser também uma ferramenta para o planejamento de uma gestão compartilhada da escola.

A pesquisa revelou as avaliações oriundas do SIMAE, sobretudo a política de avaliação que foi vivenciada no sistema público de ensino de São Luís, em três edições que ficou em vigência por três anos, deixou experiências com foco nos resultados, culminando na melhoria dos índices municipais.

Outro ponto do estudo, destacamos a importância do sistema para o alcance das metas planejadas e projetadas durante o período de vigência do SIMAE, a escola tinha uma sequência de atividade, com foco na melhoria do aprendizado dos estudantes, sendo essa a proposta do sistema de avaliação.

Apresentamos a literatura e análise documental que permitiu conhecer o desenho da política de Avaliação do ensino público municipal junto ao trabalho do professor em sala de aula, sobretudo uma sistematização de estudo, a pesquisa nos trouxe também evidências de uma cultura com vista à avaliação que pode se efetivar na escola, observadas nas entrevistas concedidas pelas participantes, percebemos uma aceitação do SIMAE na escola no sentido de contribuir para o ensino e aprendizagem dos estudantes.

Com enfoque na qualidade e desempenho houve um grande impulso dos entes federados que adotaram sistemas próprios de avaliação externa, a exemplo de São Luís- Maranhão em 2017 com o Sistema Municipal de Avaliação Educacional (SIMAE), o principal objetivo foi investigar o processo de divulgação e apropriação dos resultados do SIMAE de forma a possibilitar para a escola uma apropriação pedagógica, que teve o estudo de caso em uma escola

da rede pública de ensino, tornando viável uma proposição de Oficina Pedagógica para melhor entendimento da análise, interpretação dos resultados educacionais.

A discussão foi em torno dos resultados utilizados pela escola para elaboração de ações e estratégias que contribuíram com a qualidade do ensino, respondendo aos objetivos propostos. Desta forma o principal objetivo se fundamentou em analisar como a gestão escolar se apropriou dos resultados do SIMAE para alçar melhorias na qualidade do ensino, tendo como referência uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental, considerando a temporalidade de 2017 a 2019, buscamos entender, como questão central a apropriação dos resultados.

Nesse sentido, o papel da gestão escolar diante dos resultados da política de avaliação implementada na rede municipal foi o de fornecer informações sobre o desempenho dos estudantes da escola em relação aos resultados obtidos na avaliação do SIMAE, enfatizando a importância dos dados para subsidiar as ações da escola, bem como possíveis contribuições da apropriação dos resultados do SIMAE para a melhoria do ensino, visto que os resultados obtidos pela avaliação fortaleceram as ações garantindo a aprendizagem dos estudantes assim como a compreensão dos resultados.

A importância da apropriação dos resultados observa-se que os efeitos foram evidentes na prática dos professores em sala de aula, os resultados foram analisados e interpretados, teve o envolvimento de todos: A Gestora, as Professoras dos anos iniciais, a Coordenadora Pedagógica e a comunidade representada pelo Conselho dos pais.

O SIMAE se efetivou na escola a partir das percepções e da atuação da equipe gestora, consideramos nesse processo o estudo de caso tornando possível a proposição da Oficina Pedagógica para melhor entendimento sobre o processo de divulgação e apropriação dos resultados da avaliação de modo a viabilizar a sensibilização e mobilização da equipe gestora da escola na criação de uma cultura de avaliação no ambiente escolar.

Para tanto, não é nossa pretensão dirimir todas as dúvidas e deixar receitas prontas pertinentes ao tema abordado no nosso estudo, mas acreditamos sim, em oportunizar para a equipe gestora da escola momento de reflexão sobre a importância da utilização dos resultados da avaliação externa no replanejamento das ações e estratégias pedagógicas, almejando uma melhoria do desempenho dos estudantes.

Nesse sentido, estudos sobre os resultados podem contribuir para elaboração de ações estratégias assim como a discussão dos resultados com a equipe gestora da escola, bem como reuniões formativas sobre o uso dos dados, sobretudo desenvolver estratégias para o enfrentamento dos problemas que afetam o desempenho da aprendizagem dos estudantes,

proporcionando capacitação à equipe gestora em relação aos resultados educacionais para interpretação dos indicadores.

Por fim, todo o esforço foi no sentido de contribuir para que a escola tenha por meio da Oficina Pedagógica elementos para uma análise e interpretação dos resultados educacionais e que possa usá-los para elaboração de suas ações alcançando bons resultados. Entendemos que a escola é capaz de propor ações e estratégias por meio dos resultados da avaliação voltados para o aprendizado dos estudantes, assim o processo de divulgação, análise e interpretação dos resultados de uma avaliação no âmbito da escola deve ser objeto de estudo e pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **Balanço do Neoliberalismo**. In. Pós-Neoliberalismo. As políticas sócias e o Estado democrático. Emir Sader & Pablo Gentili (org.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AFONSO, A. J. **Estado, mercado, comunidade e avaliação**: Esboço para uma rearticulação crítica. Educação & Sociedade, ano XX, n. 69, dez. 1999.
- AFONSO, A. J. **regulação e emancipação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- AFONSO, A. J. **Mudanças no Estado-avaliador: comparativíssimo internacional e teoria da modernização revisitada**. Revista Brasileira de Educação, v.18, n.53, p. 267-284, abr /jun. 2013.
- ARAÚJO, Carlos Henrique. LUZIO, Nildo. Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília. 2005.
- BALL, S. J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Caderno de Cadernos de pesquisa, São Paulo, v. 35, n.126, p. 539 a 564, set./ dez. 2005.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Livraria Martins Fontes. Edições. 70. São Paulo. 1997.
- BANDEIRA, A. P. da S.; CORREIA, E. S. U. **O processo de aprendizagem - mediação e estilo de ensino: uma perspectiva sociointeracionista**. VII Congresso Nacional de Educação. 2020. Disponível em:
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14388/1/Contribui%C3%A7%C3%B5es%20do%20sociointeracionismo.pdf>.
- BICUDO. Maria Aparecida Viggiane &. JUNIOR. Celestino Alves da Silva. Org. Formação do Educador e avaliação Educacional: Conferencias e Mesas Redondas, v.1. Editora UNESP, São Paulo 1999.
- BLASIS, E. de; FALSARELLA, A. M.; ALAVASRE, O. M. **Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino**. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013.
- BONAMINO, A; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. Cadernos de Pesquisa, nº.108, p. 101-132, novembro/1999.
- BONAMINO, A.; FRANCO, C. **Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do Saeb**. Cadernos de Pesquisa, n. 108, p. 101-132, nov.1999.curriculo da /na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n2, p. 373-388, abr/jun. 2012.
- BONAMINO, A; Sousa, Z. Sandra. Três Gerações de Avaliação da Educação Básica no Brasil: Interfaces com currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 388, abr/jun. 2022.
- BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC 1993.

BRASIL. MEC. INEP. **Resultados IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**: Disponível em: http://inep.gov.br/download/Ideb2010/ideb2009_coletiva.ppt. Acesso em 12 set. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em 12 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Definição, composição, caracterização e vigência do FUNDEB**. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index>./fundeb-perguntas-frequentes. Acesso: 11 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Fundeb. **Manual de Orientação**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2008. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/fundeb-publicacoes>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.304/1996**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_idbm1pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. Lei Nº 10.172. **Estabelece o Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Dispõe sobre a **Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6094-24-abril-2007-553445-norma-pe.html>. Acesso 12 set. de 2022.

BRASIL. **Portaria MEC nº. 2.255**, de 25 de agosto de 2003. Aprova o regimento interno do Inep. Diário Oficial da União, 26 ago. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 931**. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao-basica/prova-brasil-saeb/legistacao/portaria_931-NovoSaeb/pdf.2005. Acesso em 20. set.2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Escala de proficiência de Língua Portuguesa e matemática 5º ano do ensino fundamental**. Brasília, DF: Inep, 2018f. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova-brasil_saeb/escala/escala_proficiencia/2018/LP_MT_5EF.pdf. Acesso em 20 jan. 2023.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006.
BROOKE, N. SOARES, J. F. (org). **Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

BROOKE, N. (org.) **Marcos históricos na reforma da educação** 1 ed. Belo Horizonte (MG). Fino Traço 2012. p 520.

CASTRO, M. H. G. de. O mérito do professor. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Opinião, p. 3, 15 de outubro, 2009.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://simae.caedufjf.net/Disponível:em:https://avaliacaoemmonitoramentomaranhao.caeddigit al.net/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 5 out. 2022.

CURY, C. R. J. Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática na escola pública. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. Brasília: 2004.

CURY. Gama. Minidicionário da Língua Portuguesa. Editora FTD. São Paulo 2022.

DECRETO 6094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre **a Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 19 fev. 2023.

DOMINGUES. H. M. B.; Magali. SÁ and Tomas Glik. **A recepção dos darwinismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2003.

DOURADO, L. F. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação à Distância, 2006.

DURLI, Z.; SCHNEIDER, M. da P. **Regulação do currículo no Ensino Fundamental de 9 anos**. Contrapontos, Itajaí, v.11, n. 2, p. 170-178, maio/ago. 2011.

ENGUITA, M. F. **O discurso da qualidade e a qualidade do discurso**. In: GENTILI, P. A. A; SILVA, T. T (Org.). **Neoliberalismo, Qualidade total e Educação**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 94-110.

EVANGELISTA. Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. In Dossiê organizados. UFSC. Florianópolis. 2004. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=APONTAMENTOS+PARA+O+TRABALHO+COM+DO CUMENTOS+DE+POL%C3%8DTICA+EDUCACIONAL+Olinda+Evangelista&oq=L%C3%8DTICA+EDUCACIONAL++Olinda+Evangelista&aqs=chrome..69i57j69i60.2781j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 04 fev. 2023. p 1- 16

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ‘Anísio Teixeira’ – INEP. Ministério da Educação- MEC. Brasília 2007.

FERNANDES, R. e GREMAUD, A. P. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Tradução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Acesso em: 29 ago. 2023.

FREITAS, L. C. de. **Os reformadores empresariais da educação: de desmoralização do magistério à destruição dos sistemas público de educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v.33, n.119, p.376-404, abr.jun.2012.

FERREIRA, N. S. C. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1227-1249, set./dez. 2004.

FORTALEZA, C.S. Débora. **O processo de apropriação dos resultados do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís por meio das percepções dos gestores escolares**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/o-processo-de-apropriacao-dos-resultados-do-sistema-municipal-de-avaliacao-educacional-de-sao-luis-por-meio-das-percepcoes-dos-gestores-escolares/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FONTANIVE, N.S. Avaliação em larga escala no Brasil: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb/95). In: BOMENY, H. (Org.). Avaliação e determinação de padrões na educação latinoamericana. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Preal, 1997.

FRITSCHI Rosângela. VITELLI Ricardo Ferreira. Caminhos Trilhados em Três Décadas de Avaliação em Larga Escala no Brasil. *Estud. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 32, p. 4 – 27 e 07792, 2021.

GAZZOLA&ASSOCIADOS CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA. **A experiência de Minas Gerais com Programa de Intervenção Pedagógica PIP: ALFABETIZAÇÃO NO TEMPO CERTO**. Belo Horizonte 2018.

GIL. A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. Atlas. São Paulo 2008

GOMES, A. O. **Da escola do Plano ao Plano de escola: Implicações do PDE- Escola na qualidade do ensino nas escolas de São Luís – MA**. Tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, 2010.

GREGO, Sonia. M. D. Reformas Educacionais e Avaliação: *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 60-81, set/dez. 2012.

HORA, L. D. da. **Os sistemas educacionais municipais e a prática da gestão democrática, novas possibilidades de concretização**. Revista Iberoamericana de Educação n. 43/2 jun. 2007.

HORTA. N. J. L. **Avaliações Externas e seu uso na Gestão Educacional**. Congresso Internacional da Educação: Uma Agenda Urgente. Brasília, 2011 p. 11.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1993.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista, 12 ed. Porto Alegre: Educação e realidade, 1993.

INEP. SAEB 2001: **Novas perspectivas**. Brasília, Distrito Federal - DF, 2002.

INEP. **Escala de Proficiência de Língua Portuguesa e Matemática**: Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/escala_proficiencia/2018/MT_5EF.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023

KLEIN, R.; FONTANIVE, N. S. **Alguns indicadores educacionais de qualidade no Brasil de hoje**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. A organização e a gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. O Planejamento Escolar. Cortez. São Paulo 1994. p. 221-247 (22ª reimpressão)

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, C. C. Prática Docente e Avaliação. Rio de Janeiro: ABT, 1990.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo : Cortez, 1995.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE. O. Munhoz; ARCAS, Paulo Henrique. **Sistemas estaduais de avaliação; interfaces com qualidade e gestão da educação**. RBPAE. v. 31, n. 3, p 667 – 679. Set/dez. 2015.

MACHADO. Cristiane. IMPACTOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA NAS POLÍTICAS DE GESTÃO EDUCATIVA. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación (2013) - Volumen 11, Número.

MESQUITA, S. **Os resultados do Ideb no cotidiano escolar**. Ensaio. Aval. Pol. Publi. Edu (on-laine) 2012. V. 20 N. 76, ISSN 0104-40 36. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.Php? =pid>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MORIONE, M. G. **Avaliação para o ingresso e acompanhamento de iniciantes na carreira docente**. In. O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsias. Bernadete Gatti (Org.). Campinas SP: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas 2013. p. 187-228.

MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico**. A Escola construindo coletivamente seu caminho para o sucesso do processo educativo. 2020. 45p.

MINAYO. M.C. S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis. RJ: Vozes. 2007.

MICHAELIS. Dicionário da língua portuguesa. Editora Melhoramentos. São Paulo. 2002

OLIVEIRA, A. P. de M. **Avaliação e Regulação da Educação: a prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. Brasília: Liber Livro, 2012.

OLIVEIRA, R.P.; SOUSA, S. M. Z. L.; ALARVASE, O. M. Políticas educacionais municipais e qualidade do ensino: o Ideb como mecanismo de monitoramento da educação fundamenta. In FREITAS, D. N.T.; REAL, G. C. M. (Org.) Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011. 368 p.p. 13-23.

PARENTE, Juliano Mota. **Gestão Escolar no Contexto Gerencialista: O Papel do Diretor Escolar**. Roteiro, Joaçaba, v. 42, n. 2, p. 259-280, maio./ago. 2017 | E-ISSN 2177-6059. Disponível em: www.editora.unoesc.edu.br. Acesso em: 10 ago 2023.

PARO, Vitor Henrique. A Educação democrática e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 36, n.3, p.763-778, dez. 2010.

PNE. **Plano Nacional de Educação**. Lei 10.172/2001 de 9 de janeiro. disponível de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/gryd8k5VLDW95Bxsd3LQ6bs/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PORTAL. QUEDU. **IDEB**. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em: 11 jan. 2023

PORTAL. QUEDU. **IDEB**. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/taxas-rendimento> Acesso em: 18 jan. 2022.

PINHO, José Antonio Gomes.; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, v. 43, n. 6, p. 1.332-1.368, nov./ dez. 2009.

PROJETO POLÍTICO PEDAGOGICO. A Escola Construindo Coletivamente seu Caminho para o Sucesso do Projeto. São Luís 2020.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução Marcelo Duarte- Porto Alegre: SULINA, 2011.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação (org) **O Plano de Intervenção Pedagógica – PIP** São Luís no contexto do programa Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender – 2020.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação de São Luís. **Revista Contextual**. v. 4 Universidade Federal de Juiz de Fora Simae/ Centro de Políticas Publicam e Avaliação Educacional. 2018.

SÃO LUÍS. **Resultados SEAMA**. Disponível em <https://www.educacao.ma.gov.br/seduc-apresenta-resultados-da-primeira-avaliacao-do-sistema-estadual-de-avaliacao-do-maranhao-para-os-municipios-nesta-segunda-feira-05/>. Acesso em: 22 de out. 2022.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender**. São Luís: SEMED, 2017. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/projetos.aspxidprojeto=34>. Acesso em: 12 maio 2022.

SÃO LUÍS: Secretaria Municipal de Educação de São Luís. SIMAE- 2018/Universidade de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. V.2(2018). Juiz de Fora- Anual. **Revista do Gestor Escolar- Ensino Fundamental**. CDU 373.3+373.5:371.26(05).

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de São Luís 2015-2024**. São Luís: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/85_documento_base_do_pme_2015.2024_aprovado_pelo_fme.pdf. Acesso em: 8 dez. 2021.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender**. São Luís: Semed, 2017. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/projetos.asp?id_projeto=34. Acesso em: 25 abr. 2021.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Ação 2020/Núcleo de Avaliação Educacional (NAE)**. São Luís: Semed, 2020.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de Gestão – 2015 Semed**. São Luís: Semed, 2015. Disponível em: http://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/1674_anexo_educacao.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório do 1º quadrimestre de gestão 2018/Secretaria Adjunta de Ensino (SAE)**. São Luís: Semed, 2018.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório do 1º quadrimestre de gestão da SEMED 2019**. São Luís: Semed, 2019.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório do 3º quadrimestre de gestão da SEMED 2019**. São Luís: Semed, 2019.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal de São Luís. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. **Regimento Escolar da Rede Municipal de Ensino**. São Luís 2019.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Termo de Referência para contratação de instituição especializada em Avaliação Educacional em larga escala para a realização do**

SIMAE: Avaliação Somativa, Desenvolvimento Profissional e Monitoramento dos Processos de Gestão. São Luís: Semed, 2017.

SÃO LUÍS. Lei 4.749 de 3 de janeiro de 2007. Dispõe sobre o **Estatuto do Magistério Público Municipal de São Luís** e dá outras providências. São Luís: Câmara Municipal, 2007. Disponível em: camara-municipal-de-saoluis.com.br/legislação,572080/lei4749-07. Acesso em: 23 jun. 2022.

SÃO LUÍS. **ESTATUTUO DO MAGISTERIO PÚBLICO MUNICIPAL**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ma/s/sao-luis/lei-ordinaria/2007/475/4749/lei-ordinaria-n-4749-2007-dispoe-sobre-o-estatuto-do-magisterio-publico-municipal-de-sao-luis-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SÃO LUÍS. EDITAL nº 01/2018. **Processo Seletivo para Gestores Gerais e Gestores Adjuntos das Unidades de Educação Básica da Rede Publica Municipal de São Luís**. Disponível em: https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1400_edital_n_01.2018_-_semed_-_processo_seletivo_de_gestores_gerais_e_adjuntos-compressed.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. Conselho Municipal de Educação. **Resolução Nº2/2015** – CME/SL. Estabelece as normas para a oferta da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de São Luís. São Luís: Semed/CME, 2015b. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1706_resolucao_n_2_.2015_conselho+municipal+de+educacao-2015. Acesso em: 25 fev. 2022.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação de São Luís. SIMAE 2018. **Revista do Gestor Escolar**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 2018. Anual. Juiz de Fora.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação de São Luís. SIMAE 2019. **Revista Contextual**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1. 2019. Anual. Juiz de Fora.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação de São Luís. SIMAE 2019. **Revista do Professor: língua Portuguesa e Matemática**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1. 2019. Anual. Juiz de Fora.

SÃO LUIS, Prefeitura Municipal de São Luís. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de São Luís- 2015/2024**, São Luís: SEMED, 2015. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/85_documento_base_do_pme_2015.2024_aprovado_pelo_fme.pdf. Acesso em: 20 set.2021.

SAVIANI, D. PDE. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOLIGO, V. **A qualidade da educação: conceitos e debates acadêmicos**. Pleiade, Foz do Iguaçu, v. 13, n. 13, p. 7-32, jan./jun. 2013.

SOUSA, S.Z.; OLIVEIRA, R.P. **Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.40, n. 141, p. 793-822. set./dez. 2010.

SILVA. Givanildo da.; CARVALHO. D. dos Santos. A cultura da avaliação e da responsabilização nas reformas educacionais pós-1990. **Educação em Foco**, ano 24, n. 44 – set./dez. 2021 – p. 397-421 | e-ISSN-2317-0093 | Belo Horizonte (MG)

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R.P. **Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.40, n. 141, p. 793-822. set./dez. 2010.

SOUSA. Sandra Zákia, **Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional**. in: OLIVEIRA, Dalila, Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1997.

SPINK, PETER. **Continuidade e Descontinuidade em Organizações Públicas: um paradoxo democrático**. Cadernos FUNDP. São Paulo. Ano 7. n. 13, p. 57-65- abr. 1987.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** Atlas. São Paulo. 1987.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico – do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VYGOTSKY, L. **Formação social da mente.** São Paulo. Martins Fontes.1984.

WERLE, F.O.C. **Avaliação em larga escala: foco na escola.** São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2010

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GESTORA ESCOLAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Pesquisa de mestrado: Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE): apropriação dos resultados pela escola e suas implicações na qualidade do ensino

Professora orientadora: Profa. Dra. Albiane Oliveira Gomes

Mestranda: Dalmiran Colaço Silva

Entrevista semiestruturada a ser aplicada com a **Gestora da escola** municipal pesquisada da Rede Municipal de Educação de São Luís.

Caracterização do (a) participante

Escola	
Idade:	Sexo:
Formação: () Habilitação ao Magistério	
() Graduação	Qual?
() Pós – Graduação.	Qual?
() Especialização na área da Educação: () Sim () Não	
Tempo de exercício na função de Gestor (a)	
Tempo de exercício na função de Gestor (a) nesta escola	
Exerceu cargo de Gestora em outra escola () Sim () Não	

Data da entrevista: ____/____/____

Local da entrevista: _____

- CONHECIMENTOS SOBRE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS.
 - COMO A ESCOLA RECEBEU A NOVA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA REDE?
 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS
 - APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS
1. Sobre Avaliação. Qual o conhecimento sobre avaliação educacional?
 2. Você participou de ações/reuniões com a temática envolvendo os resultados do SIMAE?
 3. Para você qual o principal objetivo da avaliação.
 4. Em 2017 a Secretaria Municipal de Educação de São Luís implantou um Sistema próprio de Avaliação o SIMAE. Como a escola recebeu essa avaliação?
 5. Você acha que os resultados do SIMAE davam condições para as intervenções?
 6. Você acompanhou a aplicações do SIMAE na escola?
 7. Qual sua crítica em relação ao SIMAE
 8. Você recebeu os resultados do SIMAE. por meio das Revistas Pedagógicas, planilhas em Excel com os resultados, slides, acesso ao portal digital do CAEd. Com essas informações em mãos, você informou para a equipe pedagógica?
 9. Quanto à apropriação dos resultados, você considera que houve mudança na sua prática, na prática das professoras em sala de aula?
 10. Na escola existe na agenda ou nas pautas de reuniões, planejamento para a discussão dos resultados da avaliação?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS DA ESCOLA - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Pesquisa de mestrado: Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) e Qualidade da Educação: análise da apropriação dos resultados pela escola.

Professora orientadora: Profa. Dra. Albiane Oliveira Gomes

Mestranda: Dalmiran Colaço Silva

Entrevista semiestruturada a ser aplicada com as **Professoras** da escola municipal pesquisada da Rede Municipal de Educação de São Luís.

Caracterização do (a) participante

Escola	
Idade:	Sexo:
Formação: () Habilitação ao Magistério	
() Graduação	Qual?
() Pós – Graduação.	Qual?
() Especialização na área da Educação: () Sim () Não	
Tempo de exercício na função de Professor (a)	
Tempo de exercício na função de Professor (a) nesta escola	
Exerceu cargo de Professor (a) em outra escola () Sim () Não	

Data da entrevista: ____ / ____ / ____

Local da entrevista: _____

- CONHECIMENTOS SOBRE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS.
 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS
 - APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS
1. Sobre Avaliação. Qual o conhecimento sobre avaliação educacional?
 2. Você participou de ações/reuniões com a temática envolvendo os resultados do SIMAE?
 3. Para você qual o principal objetivo da avaliação?
 4. Em 2017 a Secretaria Municipal de Educação de São Luís implantou um Sistema próprio de Avaliação o SIMAE. Como a escola recebeu essa avaliação?
 5. Você acha que os resultados do SIMAE oportunizaram condições para as intervenções em sala de aula?
 6. Você acompanhou a aplicação do SIMAE na escola?
 7. Qual sua crítica em relação ao SIMAE.
 8. De que forma os resultados do SIMAE chegaram à escola?
 9. Você teve acesso a essas informações?
 10. Quanto à apropriação dos resultados, você considera que houve mudança na sua prática, enquanto professora em sala de aula?
 11. Quando você analisou os resultados dos estudantes da avaliação do SIMAE nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática houve alguma mudança?
 12. Nas pautas de reuniões, planejamento existe discussão dos resultados da avaliação?
 13. Quais atividades podem ser realizadas na escola para potencializar a apropriação das avaliações externas?
 14. Você acha que as avaliações externas mudam a rotina na escola? De que forma?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DA SEMED

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Pesquisa de mestrado: Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) e Qualidade da Educação: análise da apropriação dos resultados pela escola.

Professora orientadora: Profa. Dra. Albiane Oliveira Gomes

Mestranda: Dalmiran Colaço Silva

Entrevista semiestruturada a ser aplicada com a Coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional da Secretaria Municipal de São Luís.

Caracterização do (a) participante

Órgão:	Setor:
Idade:	Sexo:
Formação: () Graduação () Mestrado / Doutorado Qual?	
Tempo de exercício na função de Coordenadora no setor do Núcleo de Avaliação Exerceu cargo em outro setor da Secretaria Municipal () Sim () Não	

Data da entrevista: ____/____/____

Local da entrevista: _____

I - SOBRE SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL - SIMAE

- 1- Qual a importância de um Sistema próprio de Avaliação para o município de São Luís.
- 2- Fale sobre o seu trabalho à frente do Núcleo de Avaliação.
- 3- Você acha que a intervenção realizada nas escolas pelo Programa de Intervenção Pedagógica – PIP teve resultados satisfatórios?
- 4- E a avaliação do SIMAE terá continuidade?

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Pesquisa de mestrado: Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) e Qualidade da Educação: análise da apropriação dos resultados pela escola.

Objetivo: Analisar como a gestão escolar tem se apropriado dos resultados do SIMAE para alcançar melhorias na qualidade do ensino, tendo como referência uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental, considerando a temporalidade de 2017 a 2019.

Professora orientadora: Profa. Dra. Albiane Oliveira Gomes

Mestranda: Dalmiran Colaço Silva

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e/ou participar na pesquisa de campo. Fui informada, sobre a coordenação da pesquisa, seus objetivos e contribuições os quais poderei contatar e consultar a qualquer momento que julgar necessário pelo telefone nº 98176-1013 ou e-mail dalmiran.colaco@yahoo.com.br. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Fui informada pela pesquisadora que a minha colaboração se fará de forma anônima, no corpo do trabalho será identificado por meio de (letra número), ao mencionar as minhas falas na entrevista que será gravada e editada por meio de um Smartphne, a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora ou sua orientadora. Fui informada também de que posso me retirar desse (a) estudo, pesquisa, a qualquer momento, sem prejuízo ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

São Luís/MA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (da) Pesquisador (a)

ANEXOS

ANEXO A - MATRIZ DE REFERÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA - SIMAE

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA - SIMAE				
DESCRIÇÃO DA HABILIDADE		1EF	2EF	3EF
T1 - RECONHECIMENTO DE CONVENÇÕES DO SISTEMA ALFABÉTICO				
C1. IDENTIFICAÇÃO DE LETRAS DO ALFABETO				
D01	Identificar letras entre desenhos, números e outros símbolos gráficos.	X	X	X
D02	Reconhecer as letras do alfabeto.	X	X	X
D03	Reconhecer as diferentes formas de grafar uma mesma letra ou palavra.	X	X	X
C2. USO ADEQUADO DA PÁGINA				
D04	Identificar as direções da escrita.	X	X	X
C3. RECONHECIMENTO DA PALAVRA COMO UNIDADE GRÁFICA				
D05	Identificar a unidade palavra em frases.	X	X	X
T2 - APROPRIAÇÃO DO SISTEMA ALFABÉTICO				
C4. AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA				
D06	Identificar o número de sílabas de uma palavra.	X	X	X
D07	Identificar sílabas de uma palavra.	X	X	X
D08	Identificar rimas.	X	X	X
D09	Identificar variações de sons de grafemas.	X	X	X
C5. LEITURA DE PALAVRAS E FRASES				
D10	Ler palavras formadas por sílabas canônicas.	X	X	X
D11	Ler palavras formadas por sílabas não canônicas.	X	X	X
D12	Ler frases.	X	X	X
T3 - LEITURA: COMPREENSÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO				
C6. LOCALIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO EXPLÍCITA EM TEXTOS				
D13	Localizar informação explícita.	X	X	X
D14	Reconhecer os elementos que compõem uma narrativa e o conflito gerador.	X	X	X
C7. INTERPRETAÇÃO DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS EM TEXTOS				
D15	Inferir informações em textos.	X	X	X
D16	Inferir o sentido de palavra ou expressão a partir do contexto.			X
D17	Reconhecer o assunto de um texto lido.	X	X	X
D18	Reconhecer efeito de humor.			X
C8. COERÊNCIA E COESÃO NO PROCESSAMENTO DE TEXTOS				
D19	Reconhecer o sentido das relações lógico-discursivas marcadas por advérbios e adjuntos adverbiais etc.		X	X
D20	Reconhecer as relações entre partes de um texto, identificando os recursos coesivos que contribuem para a sua continuidade.		X	X
D21	Identificar efeito de sentido decorrente de recursos gráficos, seleção lexical e repetição.		X	X
D22	Distinguir um fato da opinião.			X
D23	Identificar marcas linguísticas que evidenciam o locutor ou interlocutor de um texto.			X
T4 - USOS SOCIAIS DA LEITURA E DA ESCRITA				
C9. IMPLICAÇÕES DO GÊNERO E DO SUPORTE NA COMPREENSÃO DE TEXTOS				
D24	Reconhecer o gênero discursivo.	X	X	X
D25	Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.	X	X	X

ANEXO B – MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA - SIMAE					
DESCRIÇÃO DA HABILIDADE		1EF	2EF	3EF	5EF
ESPAÇO E FORMA					
D01	Identificar a localização ou movimentação de pessoas, objetos ou pontos em representação plana do espaço.	X	X	X	X
D02	Identificar representações de figuras bidimensionais.		X	X	X
D03	Classificar triângulos por meio de suas propriedades.				
D04	Classificar quadriláteros por meio de suas propriedades.				
D05	Identificar representações de figuras tridimensionais.	X	X	X	X
D06	Corresponder figuras tridimensionais às suas planificações.				
D07	Identificar o número de faces, arestas e vértices de figuras geométricas tridimensionais representadas por desenhos.				
D08	Corresponder uma figura plana à sua imagem, obtida por meio de uma transformação no plano: redução, ampliação.				
D10	Reconhecer ângulos como mudança de direção ou giro, identificando ângulos retos e não retos.				
D11	Corresponder polígonos semelhantes entre si.				
D15	Utilizar elementos de um polígono convexo na resolução de problema.				
GRANDEZAS E MEDIDAS					
D17	Comparar ou ordenar comprimento, altura e espessura.	X	X		
D18	Executar a medição de grandezas por meio de medidas convencionais ou não.				X
D19	Identificar instrumentos utilizados para medir determinadas grandezas (massa, comprimento, capacidade, tempo e temperatura).	X	X	X	
D20	Utilizar conversão entre unidades de medida, na resolução de problema.				
D21	Utilizar conversão entre unidades de medidas de tempo na resolução de problema.		X	X	X
D22	Reconhecer horas em relógios digitais e/ou analógicos.			X	X
D23	Corresponder o horário de início e de término com o intervalo de duração de um evento ou acontecimento.				
D24	Corresponder cédulas e/ou moedas.			X	X
D25	Utilizar o perímetro de uma figura bidimensional na resolução de problema.				
D26	Utilizar área de figuras bidimensionais na resolução de problema.				
D27	Utilizar o cálculo de volumes/capacidade na resolução de problema.				
NÚMEROS E OPERAÇÕES/ÁLGEBRA E FUNÇÕES					
D28	Reconhecer características do sistema de numeração decimal.				X
D29	Identificar composições ou decomposições de números naturais.				X
D30	Corresponder números reais a pontos da reta numérica.				X
D31	Associar quantidades de objetos à sua representação numérica.	X	X	X	
D32	Comparar ou ordenar quantidades pela contagem.	X	X	X	

D33	Corresponder números naturais à sua escrita por extenso.	X	X	X	X
D34	Identificar números reais segundo critérios de ordem.	X	X	X	X
D35	Reconhecer números ordinais ou indicadores de posição.	X	X	X	
D36	Executar adição ou subtração com números naturais.		X	X	X
D37	Executar multiplicação ou divisão com números naturais.				X
D39	Executar cálculos com números inteiros.				
D40	Executar cálculos com números racionais.				
D42	Utilizar números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou da subtração, na resolução de problemas.		X	X	X
D43	Utilizar números naturais, envolvendo diferentes significados da multiplicação ou da divisão, na resolução de problemas.			X	X
D44	Utilizar números naturais, envolvendo diferentes significados das operações, na resolução de problemas.				
D45	Utilizar números inteiros, envolvendo diferentes significados das operações, na resolução de problemas.				X
D46	Utilizar números racionais, envolvendo diferentes significados das operações, na resolução de problemas.				X
D47	Resolver problema utilizando a escrita decimal de cédulas e moedas do Sistema Monetário Brasileiro.			X	
D48	Reconhecer diferentes representações de um número racional.				X
D49	Reconhecer fração como representação associada a diferentes significados.			X	X
D50	Utilizar porcentagem na resolução de problema.				X
D51	Resolver problema que envolva variação proporcional, direta ou inversa, entre grandezas.				
D52	Identificar uma equação ou inequação do 1º grau que expressa um problema.				
D53	Identificar um sistema de equações do 1º grau que expressa um problema.				
D54	Utilizar equação ou inequação polinomial de 1º grau na resolução de problema.				
D55	Utilizar sistema de equações polinomiais de 1º grau na resolução de problema.				
D56	Executar o cálculo do valor numérico de uma expressão algébrica.				
D57	Corresponder uma equação do 2º grau fatorada em polinômios de 1º grau às suas raízes.				
D58	Utilizar equação polinomial de 2º grau na resolução de problema.				
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO					
D59	Identificar informações a partir de dados dispostos em tabelas.	X	X	X	X
D60	Identificar dados apresentados por meio de gráficos.		X	X	X
D61	Resolver problemas envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.				X
D62	Corresponder listas e/ou tabelas simples a gráficos.				X
D65	Utilizar a média aritmética de uma distribuição de dados não agrupados na resolução de problema.				

ANEXO C – QUESTIONÁRIO DO DIRETOR

QUESTIONÁRIO DO(A) DIRETOR(A)

CAED 2018



Prezado(a) diretor(a),

esta pesquisa busca conhecer você e sua escola. As informações fornecidas por você são importantes para compreendermos melhor a sua realidade. O questionário não dura mais do que 20 minutos.

INSTRUÇÕES:

Responda após ler atentamente as perguntas.

Assinale apenas UMA ALTERNATIVA POR QUESTÃO!

Não existem respostas certas ou erradas, assinale a alternativa que mais condiz com a sua realidade.

Para começar, gostaríamos de saber um pouco mais sobre você, sua formação inicial, experiência e atividades de gestão.

1. Qual é o seu sexo?

☒ A Masculino.

☐ B Feminino.

2. De acordo com as categorias do IBGE, como você se considera?

☒ A Branco(a).

☐ B Pardo(a).

☐ C Preto(a).

☐ D Amarelo(a).

☐ E Indígena.

3. Qual é a sua idade?

☐ A Menos de 25 anos.

☐ B De 25 a 30 anos.

☐ C Preto(a).

☐ D Amarelo(a).

☐ E Indígena.

3. Qual é a sua idade?

☐ A Menos de 25 anos.

☐ B De 25 a 30 anos.

☒ C De 31 a 35 anos.

☐ D De 36 a 40 anos.

☐ E De 41 a 45 anos.

☐ F De 46 a 50 anos.

☐ G De 51 a 55 anos.

☐ H Mais de 55 anos.

4. Qual é o seu maior nível de escolaridade completo?

☐ A Ensino Fundamental (antigo 1º grau).

☐ B Ensino Médio (antigo 2º grau).

☐ C Ensino Médio – Magistério (antigo 2º grau - Normal).

☐ D Ensino Superior – Pedagogia.

☐ E Ensino Superior – Curso Normal Superior.

☐ F Ensino Superior – Licenciatura em Letras.

☐ G Ensino Superior – Licenciatura em Matemática.

☐ H Ensino Superior – Licenciatura em outras áreas.

☐ I Ensino Superior – Outros.

☐ J Especialização (mínimo 360h) na área de educação, enfatizando alfabetização.

☐ K Especialização (mínimo 360h) na área de educação, enfatizando linguística ou letramento.

☐ L Ensino Superior – Licenciatura em Matemática.

☐ H Ensino Superior – Licenciatura em outras áreas.

☐ I Ensino Superior – Outros.

☐ J Especialização (mínimo 360h) na área de educação, enfatizando alfabetização.

☐ K Especialização (mínimo 360h) na área de educação, enfatizando linguística ou letramento.

☐ L Especialização (mínimo 360h) na área de educação, enfatizando educação matemática.

☐ M Especialização (mínimo 360h) na área de educação, enfatizando outros temas.

☐ N Especialização (mínimo 360h) em outras áreas que não a educação.

☐ O Mestrado, doutorado ou posterior.

5. Há quanto tempo você adquiriu esse nível de escolaridade?

☐ A Há menos de 1 ano.

☐ B Entre 1 e 2 anos.

☐ C Entre 3 e 5 anos.

☐ D Entre 6 e 10 anos.

☐ E Entre 11 e 15 anos.

☐ F Entre 16 e 20 anos.

☐ G Há mais de 21 anos.

6. Em que tipo de instituição você obteve seu diploma de Ensino Superior?
- ☒ A Não conclui o Ensino Superior.
- ☒ B Privada.
- ☐ C Pública Federal.
- ☐ D Pública Estadual.
- ☐ E Pública Municipal.
7. De que forma você realizou o curso de Ensino Superior?
- ☒ A Não conclui o Ensino Superior.
- ☒ B Presencial.
- ☐ C Semipresencial.
- ☐ D A distância.
8. Há quanto tempo você é diretor(a), considerando também o seu trabalho em outras escolas?
- ☒ A Há menos de 1 ano.
- ☒ B Entre 1 e 2 anos.
- ☐ C Entre 3 e 5 anos.
- ☐ D Entre 6 e 10 anos.
- ☒ E Entre 11 e 15 anos.
- ☒ F Entre 16 e 20 anos.
- ☒ G Há mais de 21 anos.
9. Há quanto tempo você trabalha como diretor(a) nesta escola?
- ☒ A Há menos de 1 ano.
- ☒ B Entre 1 e 2 anos.
- ☐ C Entre 3 e 5 anos.
- ☐ D Entre 6 e 10 anos.
- ☒ E Entre 11 e 15 anos.
- ☒ F Entre 16 e 20 anos.
- ☒ G Há mais de 21 anos.
10. Nesta escola, qual é a sua carga horária semanal?
- ☒ A Até 20 horas.
- ☒ B De 21 a 30 horas.
- ☐ C De 31 a 40 horas.
- ☐ D De 41 a 60 horas.
- ☐ E Mais de 60 horas.
11. Você exerce alguma outra atividade remunerada?
- ☒ A Não.
- ☒ B Sim, na área de educação.
- ☐ C Sim, fora da área de educação.
12. Considerando todas as suas atividades remuneradas, qual é a sua carga horária semanal?
- ☒ A Até 20 horas.
- ☒ B De 21 a 30 horas.
- ☐ C De 31 a 40 horas.
- ☐ D De 41 a 60 horas.
- ☐ E Mais de 60 horas.
13. Qual a sua renda mensal total?
- ☒ A Até R\$ 954,00.
- ☒ B De R\$ 954,01 a R\$ 1.908,00.
- ☐ C De R\$ 1.908,01 a R\$ 2.862,00.
- ☐ D De R\$ 2.862,01 a R\$ 3.816,00.
- ☒ E De R\$ 3.816,01 a R\$ 4.770,00.
- ☒ F De R\$ 4.770,01 a R\$ 5.724,00.
- ☒ G De R\$ 5.724,01 a R\$ 9.540,00.
- ☒ H Mais de R\$ 9.540,00.
14. De que maneira você chegou à direção desta escola? (Escolha a alternativa que melhor se adequa.)
- ☒ A Fui indicado.
- ☒ B Fiz concurso público.
- ☐ C Fui eleito.
- ☐ D Fiz uma prova de seleção.
- ☒ E Fiz uma prova de seleção e fui indicado.
- ☒ F Fiz uma prova de seleção e fui eleito.
- ☒ G Nenhuma das alternativas anteriores descreve bem como cheguei à direção.
15. Após sua nomeação como diretor(a), você participou de alguma capacitação específica para o cargo?
- ☒ A Não, nenhuma.
- ☒ B Sim, mas não foi útil.
- ☐ C Sim, foi um pouco útil.
- ☐ D Sim, foi razoavelmente útil.
- ☒ E Sim, foi muito útil.
16. Nesta escola, qual é sua situação no seu contrato de trabalho?
- ☒ A Funcionário público (estatutário).
- ☒ B Empregado público (CLT) permanente.
- ☐ C Empregado público (CLT) temporário.
- ☐ D Outra.

17. Neste ano, nesta escola, qual foi o principal desafio da gestão?
- ☒ A Não houve desafios para minha gestão.
- ☒ B A organização administrativa da escola.
- ☐ C A organização financeira da escola.
- ☐ D A organização pedagógica da escola.
- ☐ E Outro.
18. Neste ano, nesta escola, qual foi o principal problema da gestão?
- ☒ A Não enfrentei problemas.
- ☒ B A violência entre os estudantes.
- ☐ C A violência entre estudantes e professores(as).
- ☐ D A falta de infraestrutura mínima para o trabalho.
- ☐ E A falta de recursos e materiais para o trabalho.
- ☐ F As muitas faltas dos(as) professores(as).
- ☐ G As muitas faltas dos estudantes.
- ☐ H Outro.
19. Neste ano, nesta escola, qual foi o critério para a admissão de estudantes?
- ☒ A Ordem de matrícula.
- ☒ B Local do domicílio.
- ☐ C Sorteio de vagas.
- ☐ D Prova de seleção.
- ☐ E Outro.
20. Neste ano, nesta escola, qual foi o principal critério para a atribuição das turmas aos(as) professores(as)?
- ☒ A Não houve critério, as turmas foram atribuídas de acordo com a ordem de solicitação dos(as) professores(as) à direção.
- ☒ B Os(as) professores(as) escolheram suas turmas, por ordem de antiguidade no cargo e/ou na escola.
- ☐ C Houve manutenção do(a) professor(a) com a mesma turma do(s) ano(s) letivo(s) anterior(es).
- ☐ D Houve revezamento dos(as) professores(as) entre as(os) séries (anos) atendidas(os) no(s) ano(s) letivo(s) anterior(es).
- ☐ E Houve sorteio das turmas entre os(as) professores(as).
- ☐ F Eu e minha equipe atribuímos as turmas, designando os(as) professores(as) experientes para as turmas de aprendizagem mais rápida.
- ☐ G Eu e minha equipe atribuímos as turmas, designando os(as) professores(as) experientes para as turmas de aprendizagem mais lenta.
- ☐ H Outro.
21. Neste ano, nesta escola, como se deu a escolha do livro didático?
- ☒ A Não sei.
- ☒ B Foi escolhido pela equipe gestora.
- ☐ C Foi escolhido pelos(as) professores(as).
- ☐ D Foi escolhido pela secretaria de educação.
- ☐ E Foi escolhido de outra forma.
22. Neste ano, nesta escola, os livros chegaram em tempo hábil?
- ☒ A Não.
- ☐ B Sim.
23. Neste ano, nesta escola, faltaram livros para os estudantes?
- ☒ A Não.
- ☐ B Sim.

As questões abaixo são sobre o clima na sua escola. Por favor, leia atentamente a descrição das escolas de Pedro, Paula e Carlos antes de respondê-las.

A escola do **PEDRO** tem várias atividades, as pessoas se dão bem na maioria do tempo e são poucas as vezes que os alunos desobedecem aos(as) professores(as) e ao(a) diretor(a). Quando acontece de serem colocados para fora da sala de aula, os alunos sabem o motivo.

A escola da **PAULA** faz uma gincana todo ano, as pessoas se dão bem e os alunos não desobedecem muito aos(as) professores(as) e ao(a) diretor(a). Quando acontece de serem colocados para fora da sala de aula, os alunos nem sempre sabem o motivo.

A escola do **CARLOS** tem aulas anotadas, de vez em quando há algumas brigas, e os alunos desobedecem aos(as) professores(as) e ao(a) diretor(a) quase sempre. Quando acontece de serem colocados para fora da sala de aula, os alunos não sabem o motivo.

Diga-nos sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
24. A escola de PEDRO tem um bom clima escolar.	A	B	☐	☐
25. A escola de PAULA tem um bom clima escolar.	A	B	☐	☐
26. A escola de CARLOS tem um bom clima escolar.	A	B	☐	☐

Agora, diga sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
27. Na minha escola, temos várias atividades interessantes ao longo do ano (gincanas, apresentações, esportes etc.).	A	B	☐	☐
28. Na minha escola, os estudantes têm aulas extras (de português, de matemática etc.).	A	B	☐	☐
29. Na minha escola, os estudantes são levados à biblioteca para ler.	A	B	☐	☐
30. Na minha escola, eu e os(as) professores(as) deixamos claro que os estudantes estão na escola para aprender.	A	B	☐	☐
31. Os estudantes se relacionam bem comigo.	A	B	☐	☐
32. Os estudantes se relacionam bem com os(as) professores(as).	A	B	☐	☐
32. Os estudantes se relacionam bem com os(as) professores(as).	A	B	☐	☐
33. Os estudantes se relacionam bem uns com os outros.	A	B	☐	☐
34. Os adultos desta escola tratam os estudantes com respeito.	A	B	☐	☐
35. Na minha escola as pessoas se relacionam bem.	A	B	☐	☐
36. Quando há brigas nesta escola, os adultos interferem na situação.	A	B	☐	☐
37. Sinto-me seguro(a) dentro desta escola.	A	B	☐	☐
38. Os estudantes obedecem quando eu ou os(as) professores(as) chamamos a atenção.	A	B	☐	☐
39. As regras e normas da escola são construídas consultando os estudantes.	A	B	☐	☐
40. Minha escola tem um bom clima escolar.	A	B	☐	☐

As questões a seguir são sobre a gestão pedagógica nesta escola. Leia atentamente a descrição das escolas de Juliana, Augusta e Denise antes de respondê-las.

JULIANA acompanha quase todos os dias a entrada e a saída dos estudantes de sua escola, no início do bimestre auxilia os(as) professores(as) na escolha/troca do livro didático e orienta a elaboração do plano de trabalho quase todo mês.	AUGUSTA acompanha quase toda semana a entrada e a saída dos estudantes de sua escola, no início de cada semestre auxilia os(as) professores(as) na escolha/troca do livro didático e orienta a elaboração do plano de trabalho quase todo bimestre.	DENISE acompanha de vez em quando a entrada e a saída dos estudantes de sua escola, auxilia no início do ano letivo os(as) professores(as) na escolha do livro didático e, quando solicitado, orienta a elaboração do plano de trabalho.
--	--	---

Diga-nos sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
41. JULIANA se compromete com a aprendizagem.	A	B	☐	☐
42. AUGUSTA se compromete com a aprendizagem.	A	B	☐	☐
43. DENISE se compromete com a aprendizagem.	A	B	☐	☐

Agora, diga sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
44. Acompanho com frequência a entrada e a saída dos estudantes.	A	B	☐	☐
45. Auxilio os(as) professores(as) na escolha ou troca do livro didático.	A	B	☐	☐
46. Oriento os(as) professores(as) na elaboração do plano de trabalho e outras produções.	A	B	☐	☐
47. Oriento os(as) professores(as) na elaboração de projetos didáticos diferenciados.	A	B	☐	☐
49. Observo o trabalho nas turmas e oriento pedagogicamente os(as) professores(as).	A	B	☐	☐
50. Comprometo-me com a aprendizagem.	A	B	☐	☐

As questões a seguir são sobre a gestão democrática nesta escola. Leia atentamente a descrição das escolas de Laura, Ligia e Luiza antes de respondê-las.

LAURA considera as opiniões de estudantes, professores(as), funcionários(as) e pais na maior parte das decisões da escola. Ela acredita que isso é importante para obter bons resultados. Por isso, mesmo atrasando as decisões, ela divide responsabilidades.

LIGIA considera as opiniões dos(as) professores(as) e de alguns(algumas) funcionários(as) e pais em parte das decisões da escola. Ela acredita que algumas opiniões são importantes para obter bons resultados e, por isso, ele divide um pouco as responsabilidades.

LUIZA considera a opinião de alguns(algumas) poucos(as) professores(as) nas decisões sobre a escola. Ela acredita que sua própria opinião é a mais importante, por isso ela concentra a maioria das decisões importantes e raramente divide as responsabilidades.

Diga-nos sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
51. LAURA tem práticas democráticas de gestão.	A	B	☐	☐
52. LIGIA tem práticas democráticas de gestão.	A	B	☐	☐
53. LUIZA tem práticas democráticas de gestão.	A	B	☐	☐
Agora, diga sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
54. Resolvo coletivamente as questões relevantes.	A	B	☐	☐
55. Consulto boa parte dos(as) professores(as) nas decisões importantes.	A	B	☐	☐
56. Convoco várias reuniões com os pais dos estudantes ao longo do ano letivo.	A	B	☐	☐
57. Ouço os estudantes quando eles me procuram.	A	B	☐	☐
58. Presto conta de minhas decisões.	A	B	☐	☐
59. Deixo claro para professores(as), funcionários(as), pais e estudantes quais são as regras a serem obedecidas na escola.	A	B	☐	☐
60. Tenho práticas democráticas de gestão.	A	B	☐	☐

Agradecemos a sua participação!

ANEXO D – QUESTIONÁRIO DOS ESTUNDATES

QUESTIONÁRIO DOS ESTUDANTES

CAED 2018



Prezado(a) estudante,

este questionário busca conhecer melhor você e sua escola. As respostas fornecidas são importantes para compreendermos melhor sua realidade. Suas respostas são muito importantes para nós!

INSTRUÇÕES:

O questionário não dura mais do que 20 minutos.

Responda após ler atentamente as perguntas.

Assinale apenas UMA ALTERNATIVA POR QUESTÃO!

Não existem respostas certas ou erradas, assinale a alternativa que mais condiz com a sua realidade.

1. Qual é o seu sexo?

☒ A Masculino.

☐ B Feminino.

2. De acordo com as categorias do IBGE, como você se considera?

☒ A Branco(a).

☐ B Pardo(a).

☐ C Preto(a).

☐ D Amarelo(a).

☐ E Indígena.

3. Qual é a sua idade?

☒ A 7 anos ou menos.

☐ B 8 anos.

☐ C 9 anos.

☐ D 10 anos.

☐ E 11 anos.

4. Em que mês você faz aniversário?

☒ A Janeiro.

☐ B Fevereiro.

☐ C Março.

☐ D Abril.

☐ E Maio.

☐ F Junho.

☒ G Julho.

☐ H Agosto.

☐ I Setembro.

☐ J Outubro.

☐ K Novembro.

☐ L Dezembro.

5. Até que série/ano sua mãe ou a responsável por você estudou?

☒ A Nunca estudou ou não completou a 4ª série/5º ano do ensino fundamental (antigo primário).

F 12 anos.

G 13 anos.

H 14 anos.

I 15 anos.

J 16 anos.

K 17 anos.

L 18 anos.

M 19 anos.

N 20 anos ou mais.

6. Até que série/ano seu pai ou o responsável por você estudou?

A Nunca estudou ou não completou a 4ª série/5º ano do ensino fundamental (antigo primário).

B Completou a 4ª série/5º ano, mas não completou a 8ª série/9º ano do ensino fundamental (antigo ginásio).

☐ Completou a 8ª série/9º ano, mas não completou o ensino médio (antigo 2º grau).

☐ Completou o ensino médio, mas não completou a faculdade.

E Completou a faculdade.

F Não sei.

7. A rua onde você mora é asfaltada ou tem calçamento?

A Não.

B Sim.

B Completou a 4ª série/5º ano, mas não completou a 8ª série/9º ano do ensino fundamental (antigo ginásio).

☐ Completou a 8ª série/9º ano, mas não completou o ensino médio (antigo 2º grau).

☐ Completou o ensino médio, mas não completou a faculdade.

E Completou a faculdade.

F Não sei.

8. A rua onde você mora tem coleta de lixo?

A Não.

B Sim.

9. Alguém que mora com você recebe bolsa família?

A Não.

B Sim.

10. Você tem acesso à internet na sua casa?

A Não.

B Sim.

11. Você tem um quarto só para você na sua casa?

A Não.

B Sim.

Sobre a casa onde você mora, por favor, responda as questões a seguir.

	Nenhum.	Um.	Dois ou mais.
12. Quantos banheiros existem na sua casa?	A	B	☐
13. Quantos quartos de dormir existem na sua casa?	A	B	☐
14. Quantas máquinas de lavar roupa existem na sua casa?	A	B	☐
15. Quantos micro-ondas existem na sua casa?	A	B	☐
16. Quantos ares-condicionados existem na sua casa?	A	B	☐
17. Quantos automóveis (carros) existem na sua casa?	A	B	☐
18. Quantos smartphones existem na sua casa?	A	B	☐
19. Quantos computadores (notebook etc.) existem na sua casa?	A	B	☐
20. Quantos videogames (Xbox, PS4 etc.) existem na sua casa?	A	B	☐

21. Sem considerar livros escolares, jornais e revistas, quantos livros existem na sua casa?

A Não existem livros na minha casa.

B O bastante para encher uma prateleira (1 a 10 livros).

☐ O bastante para encher duas prateleiras (11 a 20 livros).

☐ O bastante para encher uma estante (21 a 50 livros).

E O bastante para encher duas estantes (51 a 100 livros).

F O bastante para encher várias estantes (mais de 100 livros)

22. Quantos dicionários existem na sua casa?

A Nenhum.

B Um, de língua portuguesa ou bilíngue.

☐ Dois ou mais, de língua portuguesa ou bilíngues.

Agora, gostaríamos de saber um pouco mais sobre sua trajetória escolar.

23. Quando você frequentou a escola pela primeira vez?

A Na creche (0 a 3 anos).

B Na pré-escola (4 a 5 anos).

☐ No 1º ano (ou 1ª série) do ensino fundamental (6 a 7 anos).

☐ Depois do 1º ano do ensino fundamental (8 anos ou mais).

24. A partir do 1º ano do ensino fundamental, em que tipo de escola você estudou?

A Somente em escola pública.

B Somente em escola particular.

☐ Em escola pública e em escola particular.

25. Você já foi reprovado?

- A** Não.
B Sim, uma vez.
☐ Sim, duas vezes ou mais.

26. Você já abandonou a escola durante o período de aulas e ficou fora da escola o resto do ano?

- A** Não.
B Sim, uma vez.
☐ Sim, duas vezes ou mais.

Em relação às suas expectativas, por favor, responda as questões abaixo.

27. Eu fui bem na(s) prova(s) que acabei de fazer.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

28. Eu vou conseguir passar de ano sem dificuldades.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

29. Eu vou conseguir concluir meus estudos sem dificuldades.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

30. Eu vou conseguir entrar na faculdade.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

31. Eu vou conseguir um bom primeiro emprego.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

32. Eu vou conseguir ter sucesso na carreira que escolher.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

As questões abaixo são sobre o clima na sua escola

33. Na minha escola, temos várias atividades interessantes ao longo do ano (gincanas, apresentações, esportes etc.).

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

34. Na minha escola, o(a) diretor(a) e os(as) professores(as) deixam claro que estamos na escola para aprender.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

35. Na minha escola, os estudantes se relacionam bem com o(a) diretor(a) e os(as) professores(as).

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.

36. Na minha escola, os estudantes se relacionam bem uns com os outros.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

37. Na minha escola, quando há brigas, os adultos interferem na situação.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

38. Sinto-me seguro dentro da minha escola.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.

39. Os estudantes obedecem quando o(a) diretor(a) ou os(as) professores(as) chamam a atenção.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

40. Na minha escola, muitos estudantes ficam do lado de fora da sala de aula fazendo barulho.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

Sobre seus(suas) professores(as) e suas aulas, por favor, responda às seguintes questões:

41. Meus professores utilizam diferentes recursos para apresentar a matéria (vídeo, música, computador etc.).

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

42. Meus professores respondem às dúvidas que aparecem durante as aulas.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

43. Meus professores utilizam o livro didático.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

44. Meus professores falam sobre a importância de estudar.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

45. Meus professores revisam a matéria para as provas.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

46. Meus professores faltam muito às aulas.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

47. Meus professores corrigem os exercícios que passam em sala de aula com os estudantes.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

48. Meus professores ajudam os estudantes com dificuldade.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

49. Meus professores fazem eu me sentir confiante para realizar provas e tarefas.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

50. Meus professores colocam os estudantes para dentro da sala de aula com facilidade.

- A** Não concordo.
B Concordo pouco.
☐ Concordo.
☐ Concordo muito.

Agradecemos a participação

ANEXO E – QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

QUESTIONÁRIO DO(A) PROFESSOR(A)

CAED 2018



Prezado(a) professor(a),

esta pesquisa busca conhecer você e sua escola. As informações fornecidas por você são importantes para compreendermos melhor a sua realidade. O questionário não dura mais do que 20 minutos.

INSTRUÇÕES:

Responda após ler atentamente as perguntas.

Assinale apenas UMA ALTERNATIVA POR QUESTÃO!

Não existem respostas certas ou erradas, assinale a alternativa que mais condiz com a sua realidade.

Para começar, gostaríamos de saber um pouco mais sobre você, sua formação inicial, experiência e atividades docentes.

1. Qual é o seu sexo?

- ☒ A Masculino.
☐ B Feminino.

2. De acordo com as categorias do IBGE, como você se considera?

- ☒ A Branco(a).
☒ B Pardo(a).
☐ C Preto(a).
☐ D Amarelo(a).
☐ E Indígena.

3. Qual é a sua idade?

- ☒ A Menos de 25 anos.
☐ B De 25 a 30 anos.
☐ C De 31 a 35 anos.
☐ D De 36 a 40 anos.
☐ E De 41 a 45 anos.
☐ F De 46 a 50 anos.
☐ G De 51 a 55 anos.
☐ H Mais de 55 anos.

6. Em que tipo de instituição você obteve seu diploma de Ensino Superior?

- ☒ A Não concluí o Ensino Superior.
☐ B Privada.
☐ C Pública Federal.
☐ D Pública Estadual.
☐ E Pública Municipal.

4. Qual é o seu maior nível de escolaridade completo?

- ☒ A Ensino Fundamental (antigo 1º grau).
☐ B Ensino Médio (antigo 2º grau).
☐ C Ensino Médio – Magistério (antigo 2º grau - Normal).
☐ D Ensino Superior – Pedagogia.
☐ E Ensino Superior – Curso Normal Superior.
☐ F Ensino Superior – Licenciatura em Letras.
☐ G Ensino Superior – Licenciatura em Matemática.
☐ H Ensino Superior – Licenciatura em outras áreas.
☐ I Ensino Superior – Outros.
☐ J Especialização (mínimo 360h) na área de educação, enfatizando alfabetização.
☐ K Especialização (mínimo 360h) na área de educação, enfatizando linguística ou letramento.
☐ L Especialização (mínimo 360h) na área de educação, enfatizando educação matemática.
☐ M Especialização (mínimo 360h) na área de educação, enfatizando outros temas.
☐ N Especialização (mínimo 360h) em outras áreas que não a educação.
☐ O Mestrado, doutorado ou posterior.

5. Há quanto tempo você adquiriu esse nível de escolaridade?

- ☒ A Há menos de 1 ano.
☐ B Entre 1 e 2 anos.
☐ C Entre 3 e 5 anos.
☐ D Entre 6 e 10 anos.
☐ E Entre 11 e 15 anos.
☐ F Entre 16 e 20 anos.
☐ G Há mais de 21 anos.

11. Nesta escola, qual é a principal disciplina que você leciona? (Caso leccione mais de uma, considere a que compreende a maior parte de sua carga horária.)

- ☒ A Língua Portuguesa.
☐ B Matemática.
☐ C Geografia.
☐ D História.
☐ E

7. De que forma você realizou o curso de Ensino Superior?

A Não concluí o Ensino Superior.

B Presencial.

☐ Semipresencial.

☐ A distância.

8. Há quanto tempo você é professor(a), considerando também o seu trabalho em outras escolas?

A Há menos de 1 ano.

B Entre 1 e 2 anos.

☐ Entre 3 e 5 anos.

☐ Entre 6 e 10 anos.

E Entre 11 e 15 anos.

F Entre 16 e 20 anos.

G Há mais de 21 anos.

9. Há quanto tempo você trabalha como professor(a) nesta escola?

A Há menos de 1 ano.

B Entre 1 e 2 anos.

☐ Entre 3 e 5 anos.

☐ Entre 6 e 10 anos.

E Entre 11 e 15 anos.

F Entre 16 e 20 anos.

G Há mais de 21 anos.

10. Você exerce alguma outra atividade remunerada?

A Não.

B Sim, fora da área de educação.

☐ Sim, na área de educação.

Química. **F**

Física. **G**

Biologia.

H Educação Física.

I Outra disciplina.

12. Nesta escola, qual é a sua carga horária semanal?

(Considere a carga horária total: horas-aula mais atividades, se houver.)

A Até 20 horas.

B De 21 a 30 horas.

☐ De 31 a 40 horas.

☐ De 41 a 60 horas.

E Mais de 60 horas.

13. Nesta escola, qual percentual da carga horária semanal é dedicado às atividades extraclasse? (Formação e estudo, planejamento, produção de materiais etc.)

A Nenhum.

B Até 15%.

☐ De 15% a 30%.

☐ De 31% a 50%.

E Mais de 50%.

14. Você trabalha em quantas escolas?

A Apenas nesta escola.

B Em duas escolas.

☐ Em três escolas.

☐ Em mais de três escolas.

15. Considerando todas as escolas em que você trabalha, qual é a sua carga horária semanal? (Considere a carga horária total: horas-aula mais atividades, se houver.)

A Até 20 horas.

B De 21 a 30 horas.

☐ De 31 a 40 horas.

☐ De 41 a 60 horas.

E Mais de 60 horas.

16. Considerando todas as escolas em que você trabalha, qual percentual da carga horária semanal é dedicado às atividades extraclasse? (Formação e estudo, planejamento, produção de materiais didáticos etc.)

- ☒ A Nenhum.
☒ B Até 15%.
☐ C De 15% a 30%.
☐ D De 31% a 50%.
☐ E Mais de 50%.

17. Neste ano, nesta escola, você deu aulas para quantas turmas diferentes?

- ☒ A Em 1 turma.
☒ B Em 2 turmas.
☐ C Em 3 turmas.
☐ D Em 4 turmas ou mais.

18. Neste ano, nesta escola, nestas turmas, quantas disciplinas diferentes você lecionou?

- ☒ A Lecionei 1 disciplina.
☒ B Lecionei 2 disciplinas.
☐ C Lecionei 3 disciplinas.
☐ D Lecionei 4 disciplinas ou mais.

19. Neste ano, nesta escola, nestas turmas, em quantas etapas/séries escolares diferentes você lecionou?

- ☒ A Lecionei em 1 etapa.
☒ B Lecionei em 2 etapas.
☐ C Lecionei em 3 etapas.
☐ D Lecionei em 4 etapas ou mais.

20. Neste ano, nesta escola, nestas turmas, em média, qual foi a porcentagem do plano curricular que você conseguiu concluir?

- ☒ A Até 25%.
☒ B De 25% a 50%.
☐ C De 50% a 60%.
☐ D De 60% a 70%.
☐ E De 70% a 80%.
☐ F De 80% a 90%.
☐ G De 90% a 100%.

21. De que maneira você chegou à docência desta escola?

- ☒ A Fui indicado.
☒ B Fiz concurso público.
☐ C Fiz uma prova de seleção.
☐ D Fiz uma prova de seleção e fui indicado.
☐ E Nenhuma das alternativas anteriores descreve bem.

22. Neste ano, nesta escola, qual foi a situação do seu contrato?

- ☒ A Funcionário público (estatutário).
☒ B Empregado público (CLT) permanente.
☐ C Empregado público (CLT) temporário.
☐ D Estagiário com remuneração.
☐ E Estagiário sem remuneração.
☐ F Outra.

23. Qual a sua renda mensal total?

- ☒ A Até R\$ 954,00.
☒ B De R\$ 954,01 a R\$ 1.908,00.
☐ C De R\$ 1.908,01 a R\$ 2.862,00.
☐ D De R\$ 2.862,01 a R\$ 3.816,00.
☐ E De R\$ 3.816,01 a R\$ 4.770,00.
☐ F De R\$ 4.770,01 a R\$ 5.724,00.

☐ G De R\$ 5.724,01 a R\$ 9.540,00.

☐ H Mais de R\$ 9.540,00.

24. Neste ano, nesta escola, você participou da escolha do livro didático?

- ☒ A Não.
☒ B Sim.

25. Neste ano, nesta escola, os livros chegaram em tempo hábil?

- ☒ A Não.
☒ B Sim.

26. Neste ano, nesta escola, faltaram livros para os estudantes?

- ☒ A Não.
☒ B Sim.

As questões abaixo são sobre o clima na sua escola. Por favor, leia atentamente a descrição das escolas de José, Maria e Renato antes de respondê-las.

A escola de **JOSÉ** tem várias atividades, as pessoas se dão bem na maioria do tempo, e são poucas as vezes que os alunos desobedecem aos(as) professores(as) e ao(a) diretor(a). Quando acontece de ser colocado para fora da sala de aula, o aluno sabe o motivo.

A escola de **MARIA** faz uma gincana todo ano, as pessoas se dão bem, e os alunos não desobedecem muito aos(as) professores(as) e ao(a) diretor(a). Quando acontece de ser colocado para fora da sala de aula, o aluno nem sempre sabe o motivo.

A escola de **RENATO** tem aulas o ano todo, de vez em quando há algumas brigas, e os alunos desobedecem aos(as) professores(as) e ao(a) diretor(a) quase sempre. Quando acontece de ser colocado para fora da sala de aula, o aluno não sabe o motivo.

Diga-nos sua opinião sobre as seguintes afirmações:

27. A escola de **JOSÉ** tem um bom clima escolar.

☒ Não concordo.
☒ Concorde pouco.
☐ Concordo.
☐ Concorde muito.

28. A escola de **MARIA** tem um bom clima escolar.

☒ A ☒ B ☐ ☐

29. A escola de **RENATO** tem um bom clima escolar.

☒ A ☒ B ☐ ☐

Agora, diga sua opinião sobre as seguintes afirmações:

☒ Não concordo.
☒ Concorde pouco.
☐ Concordo.
☐ Concorde muito.

30. Na minha escola, temos várias atividades interessantes ao longo do ano (gincanas, apresentações, esportes etc.).	A	B	☐	☐
31. Na minha escola, os estudantes têm aulas extras (de português, de matemática etc.).	A	B	☐	☐
32. Na minha escola, os estudantes são levados à biblioteca para ler.	A	B	☐	☐
33. Na minha escola, o(a) diretor(a) e nós, professores(as), deixamos claro que os estudantes estão na escola para aprender.	A	B	☐	☐
34. Os estudantes se relacionam bem com o(a) diretor(a).	A	B	☐	☐
35. Os estudantes se relacionam bem com os(as) professores(as).	A	B	☐	☐
36. Os estudantes se relacionam bem uns com os outros.	A	B	☐	☐
37. Os adultos desta escola tratam os estudantes com respeito.	A	B	☐	☐
38. Na minha escola as pessoas se relacionam bem.	A	B	☐	☐
39. Quando há brigas nesta escola, os adultos interferem na situação.	A	B	☐	☐
40. Sinto-me seguro(a) dentro desta escola.	A	B	☐	☐
41. Os estudantes obedecem quando o(a) diretor(a) ou nós professores(as) chamamos a atenção.	A	B	☐	☐
42. As regras e normas da escola são construídas consultando os estudantes.	A	B	☐	☐
43. Minha escola tem um bom clima escolar.	A	B	☐	☐

As questões abaixo são sobre as aulas e atividades em sala, por favor, leia atentamente a descrição das escolas de Naira, Sheila e Vânia antes de respondê-las.

NAIRA utiliza diferentes recursos para ensinar: quadro, TV, música etc. Usa também o livro didático e aparece com atividades diferentes para o trabalho em sala de aula.

SHEILA utiliza mais o livro didático e materiais impressos, e sempre em sala. As vezes, passa algum vídeo ou aparece com atividades diferentes.

VÂNIA trabalha o livro didático em sala de aula, de vez em quando passa atividades para os estudantes, mas os exercícios são, na maioria das vezes, muito parecidos.

Diga-nos sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
44. NAIRA se interessa pela aprendizagem dos estudantes.	A	B	☐	☐
45. SHEILA se interessa pela aprendizagem dos estudantes.	A	B	☐	☐
46. VÂNIA se interessa pela aprendizagem dos estudantes.	A	B	☐	☐
Agora, diga sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
47. Utilizo diferentes recursos para apresentar a matéria (vídeo, música, computador etc.).	A	B	☐	☐
48. Respondo às dúvidas que aparecem durante as aulas.	A	B	☐	☐
49. Corrijo o dever de casa em sala de aula com os estudantes.	A	B	☐	☐
50. Utilizo o livro didático.	A	B	☐	☐
51. Falo sobre a importância de estudar.	A	B	☐	☐
52. Reviso a matéria para as provas.	A	B	☐	☐
53. Corrijo os exercícios que passo em sala de aula com os estudantes.	A	B	☐	☐
54. Ajudo os estudantes com dificuldade.	A	B	☐	☐
55. Converso com os estudantes sobre as dificuldades deles com a matéria.	A	B	☐	☐
56. Essa questão é para controle metodológico, por favor, marque a alternativa "B".	A	B	☐	☐
57. Faço os estudantes se sentirem confiantes para realizar provas e tarefas.	A	B	☐	☐
58. Gasto pouco tempo fazendo a chamada.	A	B	☐	☐
59. Coloco os estudantes para dentro da sala de aula com facilidade.	A	B	☐	☐
60. Interesso-me pela aprendizagem dos estudantes.	A	B	☐	☐

As questões a seguir são sobre a gestão pedagógica nesta escola. Leia atentamente a descrição das escolas de Juliana, Augusta e Denise antes de respondê-las.

JULIANA acompanha quase todos os dias a entrada e a saída dos estudantes de sua escola, no início do bimestre auxilia os(as) professores(as) na escolha/troca do livro didático e orienta na elaboração do plano de trabalho quase todo mês.

AUGUSTA acompanha quase toda semana a entrada e a saída dos estudantes de sua escola, no início de cada semestre auxilia os(as) professores(as) na escolha/troca do livro didático e orienta na elaboração do plano de trabalho quase todo bimestre.

DENISE acompanha de vez em quando a entrada e a saída dos estudantes de sua escola, auxilia no início do ano letivo os(as) professores(as) na escolha do livro didático e quando solicitado orienta na elaboração do plano de trabalho.

Diga-nos sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
61. JULIANA se compromete com a aprendizagem.	A	B	☐	☐
62. AUGUSTA se compromete com a aprendizagem.	A	B	☐	☐
63. DENISE se compromete com a aprendizagem.	A	B	☐	☐
Agora, diga sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
64. Q(A) diretor(a) da minha escola acompanha com frequência a entrada e a saída dos estudantes.	A	B	☐	☐
65. Q(A) diretor(a) da minha escola auxilia os(as) professores(as) na escolha ou troca do livro didático.	A	B	☐	☐
66. Q(A) diretor(a) da minha escola orienta os(as) professores(as) na elaboração do plano de trabalho e outras produções.	A	B	☐	☐
67. Q(A) diretor(a) da minha escola orienta os(as) professores(as) na elaboração de projetos didáticos diferenciados.	A	B	☐	☐
68. Q(A) diretor(a) da minha escola promove reuniões pedagógicas e/ou grupos de estudos com os(as) professores(as).	A	B	☐	☐
69. Q(A) diretor(a) da minha escola observa o trabalho nas turmas e orienta pedagogicamente os(as) professores(as).	A	B	☐	☐
70. Q(A) diretor(a) da minha escola se compromete com a gestão pedagógica.	A	B	☐	☐

As questões a seguir são sobre a gestão democrática nesta escola. Leia atentamente a descrição das escolas de Laura, Ligia e Luiza antes de respondê-las.

LAURA considera as opiniões de estudantes, professores(as), funcionários(as) e pais na maior parte das decisões da escola. Ela acredita que isso é importante para obter bons resultados. Por isso, mesmo atrasando as decisões, ela divide responsabilidades.

LIGIA considera as opiniões dos(as) professores(as) e de alguns(algumas) funcionários(as) e pais em parte das decisões da escola. Ela acredita que algumas opiniões são importantes para obter bons resultados e, por isso, ele divide um pouco as responsabilidades.

LUIZA considera a opinião de alguns(algumas) poucos(as) professores(as) nas decisões sobre a escola. Ela acredita que sua própria opinião é a mais importante, por isso ela concentra a maioria das decisões importantes e raramente divide as responsabilidades.

Diga-nos sua opinião sobre as seguintes afirmações:	Não concordo.	Concordo pouco.	Concordo.	Concordo muito.
71. LAURA tem práticas democráticas de gestão.	A	B	☐	☐
72. LIGIA tem práticas democráticas de gestão.	A	B	☐	☐
73. LUIZA tem práticas democráticas de gestão.	A	B	☐	☐
74. O(A) diretor(a) da minha escola resolve coletivamente as questões relevantes.	A	B	☐	☐
75. O(A) diretor(a) da minha escola consulta boa parte dos(as) professores(as) nas decisões importantes.	A	B	☐	☐
76. O(A) diretor(a) da minha escola convoca várias reuniões com os pais dos estudantes ao longo do ano letivo.	A	B	☐	☐
77. O(A) diretor(a) da minha escola ouve os estudantes quando eles o procuram.	A	B	☐	☐
78. O(A) diretor(a) da minha escola presta conta de suas decisões.	A	B	☐	☐
79. O(A) diretor(a) da minha escola deixa claro para professores(as), funcionários(as), pais e estudantes quais são as regras a serem obedecidas na escola.	A	B	☐	☐
80. O(A) diretor(a) da minha escola tem práticas democráticas de gestão.	A	B	☐	☐

Agradecemos a participação



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

PPGE
Programa de
Pós-Graduação em Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (CECEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

DALMIRAN COLAÇO SILVA

OFICINA PEDAGÓGICA: INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS



DALMIRAN COLAÇO SILVA

OFICINA PEDAGÓGICA:
Interpretação de Resultados Educacionais

Produto Técnico Tecnológico (PTT)
construído no Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Estadual do
Maranhão (PPGE/UEMA).

Linha de Pesquisa: Gestão Educacional e
Escolar

Orientadora: Profa. Dra. Albiane Oliveira
Gomes

SÃO LUÍS - MA
2023

Silva, Dalmiran Colaço.

Oficina pedagógica: interpretação de resultados educacionais / Dalmiran Colaço Silva. – São Luís, 2023.

37p.

O evento pedagógico constitui-se produto educacional do Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Maranhão.

1.Educação. 2.Prática pedagógica. 3.Métodos de ensino. I.Título.

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

OFICINA PEDAGÓGICA: Interpretação de Resultados Educacionais

CARGA HORÁRIA: 20h

MODALIDADE DA OFERTA: presencial

LINHA DE PESQUISA: Gestão Educacional e Escolar

PÚBLICO-ALVO: Gestores escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores.

A avaliação abrange além do desempenho dos estudantes, abrange questões relacionadas à gestão, a sala de aula, a processos e recursos, além de oferecer informações objetivas para definir ações.

AUTORAS

Dalmiran Colaço Silva

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/> ID Lattes: **1290548524242929**

E-mail: dalmiran.colaco@yahoo.com.br

Orientadora: Profa. Dra. Albiane Oliveira Gomes

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/> /ID Lattes: **2000850391605148**

E-mail: albianegomes@professor.uema.br

APRESENTAÇÃO

A Oficina Pedagógica: Interpretação de Resultados Educacionais integra a minha Dissertação do Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na linha de Pesquisa “Gestão educacional e escolar”, vinculado do Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Qualidade na Educação Básica (GPQE) faz parte da dissertação que tem como título “SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO LUÍS (SIMAE) E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: análise da apropriação dos resultados pela escola”. O objetivo é realizar uma oficina na escola que aborda a análise dos resultados educacionais no contexto escolar.

O objetivo delineado é oferecer uma Oficina Pedagógica aos professores, coordenadores e gestores da Educação Básica dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco na análise e interpretação dos resultados das avaliações externas no âmbito da escola, a fim de discutir esses resultados e refletir sobre como contribuir para a qualidade do ensino na escola. Assim, a proposta consiste em uma alternativa de oficina pedagógica voltada para os resultados das avaliações externas. Tendo em vista a capacidade reflexiva dos participantes do curso, o instrumento possui relevância teórico-prática, principalmente porque é resultado da avaliação oriunda do SIMAE, um sistema de avaliação que foi implantando em 2017 na rede municipal de ensino de São Luís, Maranhão.

Esta oficina visa criar um espaço de reflexão, de aprendizagem e de troca de experiências sobre a “Interpretação e Apropriação de Resultados Educacionais,” enfoca principalmente a análise e interpretação dos resultados das avaliações externas, buscando auxiliar aos participantes a compreenderem melhor esses resultados e a utilizá-los para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem na escola.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	OBJETIVOS	8
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	9
5	UNIDADES	10
6	AVALIAÇÃO	29
7	CONSIDERAÇÕES	30
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICES	32

1 INTRODUÇÃO

Esta proposta de Oficina Pedagógica define-se como Produto Técnico Tecnológico (PTT) elaborado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Mestrado Profissional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), vinculado à linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar. Constitui-se como produto da dissertação intitulada “Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) e qualidade da educação: análise da apropriação dos resultados pela escola”, de autoria de Dalmiran Colaço Silva, sob a orientação da Prof. Dra. Albiane Oliveira Gomes”.

Após a defesa da dissertação, realizaremos a Oficina de forma presencial no âmbito da escola para Gestores, Professores e Coordenadores (as) Pedagógica dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A oficina não se baseia no ineditismo, mas tem a intenção de enriquecer e apoiar o que já vem sendo realizado na escola pela equipe pedagógica, fortalecer o entendimento sobre os resultados de uma avaliação externa, na perspectiva de compartilhar saberes, experiências e reflexões.

A oficina está organizada em quatro unidades, a saber: a primeira aborda a “Avaliação em larga escala e os resultados”, uma discussão sobre as funções das avaliações diagnósticas, formativa e somativa; a segunda caracteriza os “Elementos de uma avaliação externa” destacando a Matriz de Referência, Escala de Proficiência e Interpretação dos



resultados; a terceira trata das “Reflexões sobre avaliações externas”, considerando um ponto de partida para recuperar e planejar ações pedagógicas na escola; a quarta e última unidade trata da “Política de avaliação e os Sistemas educacionais” partindo do princípio de que a avaliação se coloca a serviço do estudante.

2 JUSTIFICATIVA

A avaliação está presente nas atividades, seja humana, seja no ambiente escolar onde ocupa seu lugar de destaque. Citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/1996 (LDBEN) no art. 24, V - a “estabelece que a avaliação deve ser contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos sempre prevaleçam sobre os quantitativos, priorizando, dessa forma, a qualidade e o processo de aprendizagem” (BRASIL, 1996). No Plano Nacional de Educação (PNE) o principal artigo que trata da avaliação educacional é o art. 11, que faz referência ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica “como fonte de informação e como orientador das políticas públicas educacionais”. (BRASIL 2014). Além do artigo citado, a discussão sobre avaliação se estende em metas e estratégias que enfatizam o tema no PNE são metas 07 e 13. E no Plano Municipal de Educação (PME) amparado da Meta 2, estratégia 2.25 que prevê “implantar e implementar, a partir de 2016, o Sistema de Avaliação Institucional e de Aprendizagem da Rede Pública Municipal de Ensino” (SÃO LUÍS, 2015)



Diante dos marcos regulatórios que sustentam a avaliação tem-se o ponto de vista de Vasconcelos (1994, p. 43) que considera:

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilidades na tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos.

Desse modo a avaliação possibilita verificar os objetivos que foram alcançados de formas diferentes, é possível avaliar, por meio de avaliação externa e avaliação interna para obter um resultado no processo de ensino e aprendizagem, pois a avaliação no âmbito educacional é um processo amplo, com desdobramentos históricos a qual se vale de resultados, teorias e práticas que podem provocar transformações.

O produto se constitui em formato de Oficina Pedagógica para os profissionais da escola que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental tendo como norte as informações dos resultados, proposta sugerida pela Banca de Qualificação do Mestrado, e aceita pela pesquisadora, a realização da oficina de forma presencial possibilitará troca de experiências com o objetivo de orientar a análise e interpretação dos resultados da avaliação externa visando à melhoria do trabalho escolar por meio dos resultados educacionais no âmbito da escola para atender ao trabalho da equipe pedagógica que atua nos anos iniciais.

A minha experiência profissional como técnica em avaliação nos setores da SEMED/MA e SEDUC/MA proporcionou-me contato direto e frequente acesso aos dados sobre avaliação e estando a frente nas reuniões formativas com professores e técnicos dos respectivos setores me instigou a olhar os resultados da avaliação como um fator, de transformação na escola, as atividades por mim desenvolvidas nos setores buscaram não apenas informar aos professores os resultados das avaliações externas, mas sim promover uma discussão pedagógica dos mesmos.

A experiência aqui relatada é preponderante para a realização da oficina em questão ao aliar a realidade educacional, para que seja contextualizada é pertinente o estudo



sobre avaliação analisando não só os dados estatísticos, mas, informações necessárias por meio de discussões coletivas entre os pares. A avaliação no âmbito escolar deve ser entendida como um processo contínuo do ensino e aprendizagem dos estudantes pode ser também uma ferramenta para o planejamento e gestão compartilhada, desse modo o aspecto que marca a avaliação na escola são as ações, em particular as relativas ao ensinar e aprender em busca da melhoria do ensino e aprendizagem dos

estudantes.

Desse modo, a oficina terá elementos essenciais como o diálogo, a reflexão, a interatividade entre os/as participantes, a colaboração de forma coletiva priorizando opiniões e contribuição acerca do que está sendo proposto. Nessa perspectiva acreditamos que a avaliação não se esgota em uma só discussão, pois, a sua importância não é priorizar apenas o resultado ou o processo, mas a prática de investigação, isso nos remete também a questionar a relação ensino e aprendizagem e buscar identificar aos conhecimentos construídos diante das dificuldades de forma dialogada.

3 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Orientar a análise e interpretação dos resultados da avaliação externa visando à melhoria do trabalho escolar por meio dos resultados educacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I – Refletir acerca da importância dos resultados da avaliação externa para a escola;

II– Discutir como os resultados podem ser utilizados para elaboração de ações e estratégias que contribuam com a qualidade do ensino.



4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A oficina apresentada compõe o Produto Técnico Tecnológico que será ministrada por esta pesquisadora de forma presencial na Escola intitulada “UEB São Luís.” Para efetivação da oficina será elaborada slides de acordo com as unidades, produção de podcast pela ferramenta Sportfay com duração de 5 minutos.

- A Oficina será realizada em quatro encontros
- Os encontros serão estruturados com: materiais para estudo, (textos, sugestão de Links) e atividades.

DETALHAMENTO SOBRE A OFICINA	
Tema da oficina	OFICINA PEDAGÓGICA: Interpretação e Apropriação de Resultados Educacionais
Divulgação	Grupo de WhatsApp, flyer informativo, Card. (com lembretes das datas).
Inscrições	Pelo Link que será informado no grupo de WhatsApp – <i>Link</i> do Formulário de inscrição pelo <i>Google Forms</i>
Estudos Prévios	Texto enviado para os participantes pelo e-mail informado na inscrição
Testagem	Será na execução da oficina
Local de realização	Escola
Carga horária	20h
Número de participantes	8 (oito) a 11 (onze) participantes
Materiais necessários	Sala de aula ou sala de mídia para comportar os participantes confortavelmente.
	Datashow
	Slides com material para orientar o diálogo
	pastas
	bloco para anotações
	caneta
	lápiz
	crachá
	Smartphone para gravação de podcast

5 UNIDADES

Na Unidade I	A avaliação em larga escala e a apropriação crítica de seus Resultados.
Na Unidade II	Elementos que caracterizam uma avaliação externa.
Na Unidade III	Reflexões sobre Avaliações externas em articulação com o trabalho Pedagógico.
Na Unidade IV	Política de Avaliação e os Sistemas Educacionais.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS UNIDADES

UNIDADE I

OBJETIVO DA UNIDADE

Entender as funções das avaliações: Diagnóstica, Formativa e Somativa.

Nesta Unidade abordaremos a avaliação no contexto escolar, discutindo de que modo a equipe pedagógica da escola se apropria dos resultados de uma avaliação externa em larga escala e como é possível sustentar uma cultura de avaliação na escola, sabemos que as avaliações externas têm uma centralidade no cenário educacional.

TEXTO I

A avaliação em larga escala e a apropriação crítica de seus resultados

O processo de avaliação encontra-se em diferentes espaços de produção do conhecimento, por essa ótica percebe-se que a evolução ocorre durante o processo de ensino e aprendizagem do estudante, o ato de avaliar é amplo. Sob a ótica de (SANT'ANNA, 1998, p. 29) “um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações

do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processa, seja este teórico ou prático.”

A avaliação partindo desse pressuposto não se preza só em analisar o estudante, mas a escola na sua totalidade, oferecendo um diagnóstico para reparar as dificuldades do processo de ensino e aprendizagem. Refletindo na visão de Pedro Demo, (1999).

Avaliar é também planejar, estabelecer objetivos, onde os critérios de avaliação que condicionam seus resultados estejam subordinados a finalidade e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra. (DEMO, 1999, p. 1)

Entende-se com esse posicionamento que avaliar demanda uma reflexão, um planejamento para alcançar seus objetivos dessa forma citamos as três modalidades de avaliação: A diagnóstica, a formativa e a somativa.

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

É considerada uma ferramenta que oferece informações dos estudantes que dominam determinados conhecimentos e habilidades, expressa nos objetivos: identificar a realidade da turma, de cada aluno e observar se eles estão ou não desenvolvendo as habilidades propostas para então, partir para uma reflexão sobre as causas dessas habilidades que apresentaram dificuldades, tornando possíveis ações, estratégias para sanar as defasagens encontradas.

A avaliação diagnóstica se apresenta também como uma ferramenta para o professor, ele pode organizar seu planejamento como base no perfil da sua turma, dos estudantes, observando seu nível de aprendizagem, aspecto que norteará o trabalho do professor no que tange as aprendizagens esperadas para os estudantes ao final de cada etapa.

Para Gil, (2006) a avaliação diagnóstica.

Constitui-se num levantamento das capacidades dos estudantes em relação aos conteúdos a serem abordados, com essa avaliação busca-se identificar aptidões iniciais, necessidades e interesses dos estudantes com vistas a determinar os conteúdos e as estratégias de ensino mais adequadas. (GIL 2006, p.247)

Uma reflexão que modifica ao longo do tempo, ajustando os processos de ensino e aprendizagem para melhorar o desempenho dos estudantes, com foco no que foi aprendido e que foi ensinado para, por fim, identificar as dificuldades para superá-las.

AVALIAÇÃO FORMATIVA

No que diz se refere a avaliação formativa partimos do entendimento de que esta avaliação permite um mapeamento para orientar o planejamento docente, logo no início do ano letivo a coleta das evidências de aprendizagens, o que o professor pode ter como ponto de partida a avaliação diagnóstica para redefinir suas atividades. Gil (2006, p. 238) se posiciona sinalizando que:

A avaliação formativa tem a finalidade de proporcionar informações acerca do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem para que o professor possa ajustá-lo as características dos estudantes a que se dirige. [...] Suas funções são as de orientar, apoiar, reforçar e corrigir.

O posicionamento do autor tem como forma agregar na redefinição das prioridades onde se pode ter como objetivos um conjunto de práticas e métodos que analisa de forma individualizada o aprendizado do estudante de forma contínua, corroborando com Grego (2013) a avaliação formativa ajuda o estudante a aprender e o professor a ensinar. Assim, diz-se que é uma avaliação com caráter diagnóstico, pois analisa o processo como um todo.

AVALIAÇÃO SOMATIVA

Esta compreende a soma de vários instrumentos avaliativos no decorrer do período letivo BLOOM; HASTINGS; MADAUS, (1983, p. 100) refere-se à avaliação somativa como “uma avaliação de apoio para atribuir notas, classificar o aluno e transmitir os resultados em termos quantitativos feito no final de um período”.

O que diz a LDBEN, Lei 9.394/96? Em seus artigos 1º e 24 no inciso IV determina o seguinte:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Assim como a avaliação diagnóstica ou de entrada, realizada no início do processo, a avaliação formativa ou avaliação de percurso realizada ao longo do ano letivo, a avaliação somativa ou de saída tem como característica avaliar o desenvolvimento esperado, após um ou ciclo escolar, tem como foco uma soma das aprendizagens esperadas para ajustar o que deve ser ajustado para o ano ou ciclo seguinte.

A avaliação somativa é um instrumento de gestão pedagógica, acontece ao final dos ciclos de aprendizagem, bimestre, semestre ou ano letivo, esta avaliação avalia e valida a promoção dos estudantes para o ano seguinte, é uma ferramenta que avalia os resultados dos estudantes.

ATIVIDADE I DA UNIDADE I

Nossa proposta para a avaliação desta unidade será um texto (mínimo 10 linhas) tendo como critério: aspectos como coerência nas ideias apresentada no texto proposto.

REFERÊNCIAS

BAUER, Adriana. ALAVARSE, Ocimar; OLIVEIRA, P. de Romualdo. **Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate.**

BLASIS, Eloisa de. **Avaliação em larga escala:** contribuições para a melhoria da qualidade na educação. Cadernos Cenpec v.3 n.1 p. 251-258. Jun. 2013.

BERTINO NETO, Severino. **Avaliação diagnóstica da aprendizagem como processo de construção de autonomia.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 03, Vol. 03, pp. 40-52. março de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/construcao-de-autonomia>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9304/1996**. Disponível em:
https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_idbm1pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas 2006.

GREGO, Sônia Maria Duarte. **A Avaliação Formativa**: resignificando concepções e processos. Disponível em:
https://aceervodifital.unesp.br/bitstream/12345678/65810/1/u1_d29_y3_to5.PDF. Acesso em 19 de mar. 2023

UNIDADE II

OBJETIVO DA UNIDADE

Apresentar elementos utilizados na avaliação educacional em larga escala.

Esta unidade apresenta elementos utilizados na avaliação educacional em larga escala para ajudá-los na interpretação das informações. Considerando que as concepções são produtos de contextos histórico-sociais, resgatamos ainda que de modo breve informações de cada um dos elementos que constituem uma avaliação externa, assim, temos a oportunidade de entender cada um.

MATRIZ DE REFERÊNCIA

TEXTO II

Elementos que caracterizam uma avaliação externa

Para a realização de uma avaliação de sistema seja em amplitude nacional, estadual ou municipal é necessário à efetivação da construção de uma matriz de referência que dê legitimidade ao processo de avaliação, vale ressaltar que a matriz de referência é um recorte do referencial curricular não englobando todo o currículo escolar, porém as matrizes têm por referência os Parâmetros Curriculares Nacionais que é feita, a partir de uma consulta proposta pelas Secretarias Estaduais de Educação e por redes municipais.

Observa-se nas matrizes de referência da Avaliação Nacional, que o foco de matemática é a resolução de problemas e que o foco da Língua Portuguesa é a leitura. No caso do Componente Curricular de Matemática, a matriz de referência inclui a proposição de tarefas simples com o objetivo de avaliar se o aluno tem o domínio de padrões e técnicas escolares e consegue associá-los a problemas rotineiros do cotidiano. No Componente Curricular de Língua Portuguesa, a matriz busca avaliar a capacidade de aprender o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação.

A matriz orienta a elaboração dos itens e as devolutivas pedagógicas, elenca as habilidades essenciais para o desenvolvimento em determinado ano de escolaridade. Destacamos que a matriz de referência não deve ser confundida com a matriz curricular sendo esta mais ampla e inclui orientações mais abrangentes para o ensino e a aprendizagem.

Na elaboração do Documento Referência “Sistema de Avaliação da Educação Básica” apresenta para as próximas avaliações o delineamento da Matriz de Referência para os testes cognitivos do Ensino Fundamental, sendo esses componentes imprescindíveis para a elaboração do instrumento que compõem os testes.

A Resolução nº 2/2017 determina o alinhamento entre a Matriz e a BNCC, dado o cenário legal priorizou-se para a avaliação nacional a implementação das Matrizes de Língua Portuguesa e Matemática para os anos iniciais, no 2º e 5º ano do Ensino Fundamental.

Para o 2º ano do Ensino Fundamental, nos testes padronizados de Língua Portuguesa e Matemática são compostas de itens de respostas objetivas e de itens de resposta construída, elaboradas em consonância com as Matrizes de Referência já alinhadas a Base Nacional Comum Curricular, publicada conforme a Resolução nº 02¹ 2017, do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2018, p. 48).

Para os estudantes do 5º ano do ensino fundamental nos testes padronizados de Língua Portuguesa e Matemática são compostas de itens de resposta objetiva com as Matrizes de Referência que permitem a manutenção da série histórica de resultados do SAEB e, consequentemente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (BRASIL, 2018, p. 48).

➤ **As matrizes alinhadas a BNCC na sua estrutura se apresentam da seguinte maneira:**

HABILIDADES DA MATRIZ DE LÍNGUA PORTUGUESA – 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

EIXO DO CONHECIMENTO	HABILIDADE
Apropriação do Sistema de Escrita Alfabética	Relacionar elementos sonoros das palavras com sua representação escrita.
	Ler palavras.
	Escrever palavras.
Leitura	Ler frases.
	Localizar informações explícitas em textos.
	Reconhecer a finalidade de um texto.
	Inferir o assunto de um texto.
	Inferir informações em textos verbais.
Produção textual	Inferir informações em textos que articulam linguagem verbal e não verbal.
	Escrever texto.

Fonte: DAEB/INEP

HABILIDADES DA MATRIZ DE LINGUAGENS – 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

EIXOS DO CONHECIMENTO	EIXOS COGNITIVOS			
	RECONHECER	ANALISAR	AVALIAR	PRODUZIR
Leitura	1. Identificar a ideia central do texto. 2. Localizar informação explícita. 3. Reconhecer diferentes gêneros textuais. 4. Identificar elementos constitutivos de textos narrativos. 5. Reconhecer diferentes modos de organização composicional de textos em versos. 6. Identificar as marcas de organização de textos dramáticos.	1. Analisar elementos constitutivos de gêneros textuais diversos. 2. Analisar relações de causa e consequência. 3. Analisar o uso de recursos de persuasão em textos verbais e/ou multimodais. 4. Distinguir fatos de opiniões em textos. 5. Analisar informações apresentadas em gráficos, infográficos ou tabelas. 6. Inferir informações implícitas em textos. 7. Inferir o sentido de palavras ou expressões em textos. 8. Analisar os efeitos de sentido de recursos multissemióticos em textos que circulam em diferentes suportes.	1. Avaliar a fidedignidade de informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias.	

Fonte: DAEB/INEP

Isto posto, as Matrizes do 2º ano do Ensino Fundamental incluem três eixos temáticos estruturantes do conhecimento:

- a) Apropriação do Sistema de Escrita Alfabética
- b) Leitura
- c) Produção Textual

Quanto à apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) a BNCC elenca um conjunto de habilidades fundamentais que compõem a Matriz de Referência de Língua Portuguesa. No eixo de Leitura são consideradas habilidades relativas à reconstrução das condições e recepção dos textos, as estratégias e os procedimentos de leitura. No eixo Produção Textual a análise da BNCC no que se refere à escrita a expectativa é de que até o 2º ano do Ensino Fundamental o estudante nesta etapa, possa além de ler palavras possa escrever palavras, diante disso esse eixo é composto pela habilidade de escrever texto.

Na BNCC (2017) a área de Linguagens é definida em função das práticas de linguagens pelas quais as atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, sendo: linguagem verbal, corporal, visual, sonora e digital. A Matriz do 5º ano do Ensino Fundamental está organizada em quatro componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Inglês (para os anos finais). A finalidade desses componentes nesta etapa do ensino é “possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhe permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens.” (BRASIL, 2017, p. 61).

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS EIXOS

O componente curricular da Matriz de Referência de Língua Portuguesa é organizado em eixos descritos no Documento de Referência, (2018, p. 54-55).

- Língua Portuguesa: as práticas de linguagem, oralidade, leitura /escuta, produção e análise linguística /semiótica são organizadas por campos de atuação.
- Arte: as práticas de linguagem são operacionalizadas pela relação entre dimensões do conhecimento e linguagens quais sejam: criação, leitura, produção, construção exteriorização e reflexão nas artes visuais, dança, música e teatro.
- Educação Física: as práticas de linguagem são operacionalizadas pela relação entre dimensões do conhecimento e unidades temáticas que são: experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análises compressão e protagonismo comunitário nas brincadeiras jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura.
- E Língua Inglesa que é destinada para os anos finais: as práticas de linguagens são operacionalizadas pelos eixos organizadores da leitura, escrita, oralidade, conhecimento linguísticos e dimensão intercultural.

As matrizes de Matemática de 2º e 5º ano do Ensino Fundamental alinhadas a BNCC na sua estrutura se apresentam da seguinte maneira:

➤ Matriz de Referência do Componente Curricular de Matemática – 2º ano do EF

HABILIDADES DA MATRIZ DE MATEMÁTICA – 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

(continua)

EIXOS DO CONHECIMENTO	EIXOS COGNITIVOS	
	COMPREENDER E APLICAR CONCEITOS E PROCEDIMENTOS	RESOLVER PROBLEMAS E ARGUMENTAR
NÚMEROS	2N1.1 Reconhecer o que os números naturais indicam em diferentes situações: quantidade, ordem, medida ou código de identificação.	2N2.1 Resolver problemas de adição ou de subtração, envolvendo números naturais de até 3 ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar ou retirar.
	2N1.2 Identificar a posição ordinal de um objeto ou termo em uma sequência (1º, 2º etc.).	2N2.2 Resolver problemas de multiplicação ou de divisão (por 2, 3, 4 ou 5), envolvendo números naturais, com os significados de formação de grupos iguais ou proporcionalidade (incluindo dobro, metade, triplo ou terça parte).
	2N1.3 Escrever números naturais de até 3 ordens em sua representação por algarismos ou em língua materna OU associar o registro numérico de números naturais de até 3 ordens ao registro em língua materna.	2N2.3 Analisar argumentações sobre a resolução de problemas de adição, subtração, multiplicação ou divisão envolvendo números naturais.
	2N1.4 Comparar OU ordenar quantidades de objetos (até 2 ordens).	
	2N1.5 Comparar OU ordenar números naturais de até 3 ordens com ou sem suporte da reta numérica.	
	2N1.6 Identificar a ordem ocupada por um algarismo OU seu valor posicional (ou valor relativo) em um número natural de até 3 ordens.	
	2N1.7 Calcular o resultado de adições ou subtrações, envolvendo números naturais de até 3 ordens.	
	2N1.8 Compor OU decompor números naturais de até 3 ordens por meio de diferentes adições.	

Fonte: DAEB/INEP

➤ **Matriz de Referência do Componente Curricular de Matemática – 5º ano do EF**

HABILIDADES DA MATRIZ DE MATEMÁTICA – 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

(continua)

EIXOS DO CONHECIMENTO	EIXOS COGNITIVOS	
	COMPREENDER E APLICAR CONCEITOS E PROCEDIMENTOS	RESOLVER PROBLEMAS E ARGUMENTAR
NÚMEROS	5N1.1 Escrever números racionais (naturais de até 6 ordens, representação fracionária ou decimal finita até a ordem dos milésimos) em sua representação por algarismos ou em língua materna OU associar o registro numérico ao registro em língua materna.	5N2.1 Resolver problemas de adição ou de subtração, envolvendo números naturais de até 6 ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar ou completar.
	5N1.2 Identificar a ordem ocupada por um algarismo OU seu valor posicional (ou valor relativo) em um número natural de até 6 ordens.	5N2.2 Resolver problemas de multiplicação ou de divisão, envolvendo números naturais de até 6 ordens, com os significados de formação de grupos iguais (incluindo repartição equitativa e medida), proporcionalidade ou disposição retangular.
	5N1.3 Comparar OU ordenar números racionais (naturais de até 6 ordens, representação fracionária ou decimal finita até a ordem dos milésimos), com ou sem suporte da reta numérica.	5N2.3 Resolver problemas de adição ou de subtração, envolvendo números racionais apenas na sua representação decimal finita até a ordem dos milésimos, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar ou completar.
	5N1.4 Compor OU decompor números naturais de até 6 ordens na forma aditiva, ou em suas ordens, ou em adições e multiplicações.	5N2.4 Resolver problemas de multiplicação ou de divisão, envolvendo números racionais apenas na sua representação decimal finita até a ordem dos milésimos, com os significados de formação de grupos iguais (incluindo repartição equitativa de medida), proporcionalidade ou disposição retangular.

Fonte: DAEB/INEP

Entendendo a Matriz de Referência de Matemática para os anos iniciais contemplam os aspectos cognitivos passíveis de serem medidos em testes de larga escala, ressaltando que não contemplam aspectos socioemocionais, atitudinais ou valorativos. Conforme a BNCC, (2017, p. 263).

O conhecimento matemático é necessário para todos os alunos da Educação Básica, seja por sua grande aplicação na sociedade contemporânea, seja pelas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais. A Matemática não se restringe apenas à quantificação de fenômenos determinísticos – contagem, medição de objetos, grandezas- e das técnicas de cálculo com números e com as grandezas, pois também estuda a incerteza proveniente de fenômenos de caráter aleatório. A Matemática cria Sistemas, que organizam e inter-relacionam fenômenos dos espaços, do movimento das formas e dos números, associados ou não à fundamentais para a compreensão de fenômenos, a construção de representações significativas e argumentações consistentes nos mais variados contextos.

Nesse contexto, o construto em foco é o Letramento Matemático¹ tem uma compressão de aplicar conceitos e procedimentos matemáticos na resolução de problemas,

¹ Na BNCC, o Letramento Matemático é “definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas.” (BRASIL, 2017, p. 264).

operacionalmente as proficiências em Matemática são definidas pelas seguintes competências gerais à luz da BNCC explícitas no DOCUMENTO DE REFERÊNCIA, (2018, p. 74-75).

- Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais e participar de práticas diversificadas da produção artístico – cultural.
- Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual) - motora, como Libras e escrita corporal, visual, sonora e digital – bem como conhecimentos das linguagens artísticas matemáticas e ciências.
- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo a escolares) para se comunicar e comunicar.
- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania ao seu projeto de vida.
- Argumentar com base em fatos, dados e informações confortáveis para formular, negociar e defender, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos.

As Matrizes de Referência descrevem conteúdos, mas se referem a um conjunto de atividades escolares, na Matriz de Língua Portuguesa cujo foco é leitura e Matemática direcionado a resolução de problemas ambos têm um papel fundamental nas ações pedagógicas que são realizadas em sala de aula, as matrizes descrevem apenas algumas habilidades essenciais. Embora seja um elemento orientador para a avaliação em larga escala, a Matriz de Referência corresponde a um documento no qual estão descritos as orientações para a elaboração dos itens dos testes padronizados da avaliação em larga escala.

PARA SABER MAIS...

O MEC e o INEP para elaborar as Matrizes de Referência realizam uma consulta nacional sobre os conteúdos praticados nas escolas de Ensino Fundamental. Os Currículos são comparados utilizados pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, as matrizes de referência e os Parâmetros Curriculares.

https://portalmec.gov.br/documentos/prova520brasil_matriz2.pdf

ATIVIDADE 2 DA UNIDADE II

Sugestão: Matriz X Plano de aula

Eixo do Conhecimento	Habilidade	Objeto do Conhecimento	Finalidade

ESCALA DE PROFICIÊNCIA

TEXTO III

A escala de proficiência é uma representação (uma espécie de régua em que se agrupam os níveis, as habilidades dos estudantes aferidas nos testes de proficiência), distribui os resultados das proficiências dos estudantes em uma reta na qual a aprendizagem é crescente. A distribuição de pontos é interpretada permitindo compreender os resultados e compará-los entre várias edições da avaliação, é composta por níveis ou (padrões de desempenho) são cumulativos e progressivos da menor para a maior proficiência. Isso significa que, quando um percentual de estudantes está posicionado em determinado nível da escala pressupõem-se que, além de terem desenvolvido as habilidades referentes a este nível a proficiência nada mais é do que a capacidade para realizar algo, dominar assuntos de determinada área de conhecimento.

A escala que é utilizada na avaliação nacional (SAEB) é diferenciada, para a construção não se utiliza uma relação direta como a quantidade de acertos dos estudantes no teste, por isso, os resultados da escala são apresentados na forma de uma média de proficiência também chamada de média de desempenho.

O Termo “Proficiência” é uma medida teórica que demonstra por meio das respostas dos estudantes aos itens do teste, quais habilidades eles evidenciam ter desenvolvido.

(INEP, 2011).

Em outras palavras, a média de proficiência indica uma posição na escola, e esta posição é interpretada pedagogicamente. Na avaliação Nacional de Larga Escala existe uma escala para os Componentes Curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, são compostas por níveis de desempenho, expressos em números de 0 a 500 e variam nos seus intervalos.

Os “Níveis de Desempenho ou Proficiência” apresentam as habilidades que os estudantes demonstram ter desenvolvido, as habilidades estão distribuídas de forma cumulativa e de acordo com o grau de complexidade.

INEP, (2011).

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

TEXTO IV

Como entender os resultados?

Os resultados de uma avaliação (digo externa) são divulgados para toda sociedade, reitera-se que uma avaliação externa como SAEB tem como foco a escola, fornecendo informações sobre os níveis de desempenho de cada unidade escolar, de cada município, Estado e o Distrito Federal já uma avaliação realizada por meio de um sistema próprio a exemplo o SIMAE oferece resultados individuais, por turma, aluno, escola, ambas com suas especificidades.

Os resultados são interpretados por meios dos boletins que fornecido para as escolas traz comparativos sobre o número de participantes e as proficiências médias nos componentes apresentados nos testes, no boletim também são apresentados percentuais de estudantes da escola que alcançaram cada um dos níveis de proficiência nos componentes curriculares.

É importante ressaltar que os resultados não devem se constituir num fim, ou seja, eles devem ser utilizados como um instrumento para mobilizar a criação de espaços de diálogo e reflexão em busca de melhores estratégias de ensino e aprendizagem com vistas à qualidade do ensino em cada rede e escola. Assim é de fundamental importância que a equipe escolar se reúna para analisar, interpretar discutir os resultados, o desempenho da escola refletindo sobre o que é preciso fazer para os estudantes alcançarem níveis mais elevados de desempenho.

Por que é importante fazer a análise e interpretação pedagógica dos resultados do desempenho dos estudantes obtido nos testes de larga escala a partir da escala de proficiência? DELMANTO, (2007) dá um exemplo:

A análise dos resultados obtidos pela escola, portanto, gera para o conjunto de seus educadores questões fundamentais: os alunos aprenderam e o que ainda não foi apropriado? Por que os alunos não compreenderam? Onde está o problema: nos alunos no professor, na escola, nas metas de aprendizagem da proposta escolar e/ou nas práticas educacionais adotadas? Que novas ações precisam ser empreendidas pela equipe escolar e pelos professores de cada turma? O que está funcionando e deve ser mantido? E assim por diante.

Assim, a partir dos resultados e interpretação deles é possível ter uma visão de cada escola a fim de conhecer os pontos fortes e eficazes do seu trabalho enquanto gestor, professor bem como detectar os pontos considerados frágeis para subsidiar discussões a respeito do que pode ser pensado para superar as dificuldades.

Para o próximo encontro...

Com base nos elementos que caracterizam uma avaliação externa, analise os resultados da sua escola identificando um dos elementos.

REFERÊNCIAS

BLASIS, Eloisa; (Org). TILGER Marcos; LONGATO Silva **Avaliação Educacional: os desafios da sala de aula e promoção da aprendizagem**. Coordenação Elisa Blasis; Patrícia Mota Guedes. São Paulo: Cenpec. Fundação Itaú Social. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Matrizes de referência de língua portuguesa e matemática do SAEB**: documento de referência do ano de 2001. Brasília, DF: INEP, 2020.

BRASIL. **Matriz de Referência de Língua Portuguesa/Linguagens**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). Brasília – DF. 2022.

BRASIL. **Matriz de Referência de Matemática**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). Brasília – DF. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Sistemas de Avaliação da Educação Básica. Documentos de Referência**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria. V. 1.0, 2018.

COSTA, A.P. **Avaliação: Como avaliar o aprender a (competências) e o aprender que (conteúdos)?** Comunicação ao VI Encontro de Didática da Filosofia. Porto. PT, outubro 2004. Disponível em: <https://www.cef-sp.org/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FONTANIVE, N. **O uso pedagógico dos testes**. In: SOUSA, A.M (Org.). Dimensões da avaliação educacional. Vozes: Petrópolis, 2005, p. 139-173.

FRANCO, M.E. P.B.; LONGATO, S.R.&, S.M. **Prova Brasil na escola**. São Paulo: Fundação Tide Setúbal; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária /CENPEC 2007.

GARCIA, L. M. **Competências e Habilidades: você sabe lidar com isso?** Educação e Ciência On-line, Brasília, Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: https://www.educacao.es.gov.br/download/roteiro1_competenciashabilidadespdf. Acesso em 20 mar. 2023.

KLEIN, R. & FONTANIVE, N. S. **Avaliação em larga escala: uma proposta inovadora**. Ensaio aberto. Brasília: INEP, v.15 n.66, p. 29-34, abr./jun. 1995.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, **institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular**, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: CNE/CP, 2017.

UNIDADE III

OBJETIVO DESTA UNIDADE

Entender as avaliações do desempenho escolar, realizadas em larga escala no âmbito do ensino fundamental.

TEXTO V

Reflexões sobre Avaliações externas em articulação com o trabalho pedagógico

Considera-se a avaliação um ponto de partida para repensar e planejar a ação pedagógica na escola, tendo como indicador a avaliação externa um elemento a mais para refletir sobre a prática pedagógica na escola, a interpretação dos resultados das avaliações externas em larga escala ainda não são suficientemente exploradas entre gestão e o trabalho pedagógico.

Ainda se constata a dificuldade para a compreensão dos resultados, é necessário mais diálogo a respeito dessas avaliações e a prática de ensino, sobretudo, de gestão no âmbito da escola. Para o Instituto Unibanco (2016, p.2), os resultados dessas avaliações possibilitam “uma ferramenta para subsidiar tomadas de decisões no âmbito dos sistemas educacionais ou em cada escola, sendo uma prática que estudos demonstram estar associada a redes e escolas com melhores resultados de aprendizagem.”

Magalhães (2019) se pronuncia sobre os resultados bem interpretados e apropriados considerando limites e possibilidades, os resultados podem fortalecer a ação gestora da escola, a atuação docente e o ensino com qualidade, diz ainda que é preciso que tanto gestores e professores conheçam as especificidades da política das avaliações, observando de forma crítica e aberta.

ATIVIDADE 3 DA UNIDADE III

Com base nos textos estudados nesta unidade qual seu ponto de vista sobre as avaliações externas?

SAIBA +

<https://novaescola.org.br/avaliacao-externa-compreender-e-utilizar-resultados/>

REFERÊNCIAS

INSTITUTO UNIBANCO. Como utilizar as avaliações externas para melhorar a aprendizagem. **Aprendizagem em Foco**, nº 8, abr. 2016. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/8/>. Acesso: 21 mar. 2023.

MACHADO, Cristiane. **Possíveis contribuições da Avaliação Externa para a Gestão Educacional**. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/possiveis-contribuicoes-da-avaliacao-externa-pag-22-a-34%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/possiveis-contribuicoes-da-avaliacao-externa-pag-22-a-34%20(1).pdf). Acesso em: 15 de abr. 2023.

MAGALHÃES, Cláudia Valéria; ARAÚJO, Íris Teixeira; BONFIM, Rosa Jussara: **A Apropriação dos Resultados das Avaliações Externas pelos Professores para a melhoria da qualidade do ensino nas Escolas Públicas**. Anais do 1º Simpósio de TCC, das faculdades FINOM e Tecsoma. 2019.

UNIDADE IV

OBJETIVO DA UNIDADE

Entender a Política de Avaliação ante os Sistemas Educacionais

Nossa última unidade tem como tema: Política de Avaliação e os Sistemas Educacionais sugerimos que você faça uma leitura sobre o material e compartilhe com os/as colegas da sua escola.

TEXTO VI

Política de Avaliação e os Sistemas Educacionais

A avaliação é entendida como um processo, frequentemente, utilizado e presente em vários meios no dia a dia da escola. Avaliar é um substantivo feminino que significa ato de avaliar, que pode ser a estimativa do valor de algo ou de algum trabalho, porém, a avaliação está relacionada com a ação e o efeito de avaliar, que como verbo a etimologia se deve ao francês, estimar, apreciar ou calcular o valor de algo.

A avaliação como instrumento, se coloca a serviço da aprendizagem do estudante, contribui para uma análise e decisão das ações pedagógicas que deverão ser tomadas durante

o processo de ensino. Por ser um processo interpretativo, a partir de uma escala de valores, essa concepção pedagógica assume o papel em amplas dimensões, seus pressupostos estão evidenciados nas mudanças de comportamentos do educando/educador.

Diante disso, os estudos nos permite perceber por meio da avaliação que os objetivos de aprendizagem são alcançados, é importante às escolas utilizarem os resultados para nortear no seu planejamento, a sua metodologia, de maneira mais objetiva e válida para o seu trabalho. É pertinente realçar, que apesar da variabilidade sobre a temática os entendimentos perpassam debates e elementos diante do significado e conceito de avaliação.

A política de avaliação diante dos sistemas próprios tem no seu anseio a espera dos resultados da avaliação nacional estados e municípios implementaram por meio de suas secretarias os sistemas de avaliação, dessa forma, atende ao que preconiza a LDBEN nº 9394/96 que estabelece no art. 10, inciso III, a incumbência dos Estados na elaboração e execução de planos educacionais, “elaborar e executar políticas, planos e educacionais em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educacionais em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios.” (LDBEN. nº 9394/96).

Nesse sentido é pertinente refletir sobre a avaliação educacional por meio dos sistemas, com o uso dos resultados das avaliações externas, partindo de um olhar investigativo, reflexivo partindo de uma interpretação dos resultados, para então se cultivar uma cultura avaliativa mais participativa no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar M.; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. **Avaliação como Diretriz das Políticas Educacionais dos Governos Federal, Estadual e Municipais: O caso brasileiro.** 2012. Disponível em: [https://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalho/Ocimar M. Alavarse_res_int_G T3.p. 1-13. pdf](https://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalho/Ocimar%20M.%20Alavarse_res_int_G%20T3.p.1-13.pdf). Acesso em: 23 jan. 2023.

GATTI, Bernadete A. **Avaliação de sistemas educacionais no Brasil.** Revista de Ciências da Educação (2009).

Referência Complementar

FONTANIVE, Nilma Santos **A Divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas.** Revista Ensaio: Avaliação Políticas Públicas em Educação – v. 21- FUNDAÇÃO CESGRANRIO (2013).

Sobre os textos indicados...

O texto Avaliação como diretriz das Políticas Educacionais dos Governos Federal, Estaduais e Municipais: o caso brasileiro de Ocimar Alavarse, Maria Helena Bravo e Cristiane Machado, (2012) discute o impacto que os resultados das avaliações em larga escala têm na prática docente, com vistas a promover ganhos de aprendizagem, além de iniciativas realizadas por agentes públicos da educação para promover melhorias na aprendizagem.

O texto Avaliação de sistemas educacionais no Brasil de, Bernadete Gatti (2009) trata da avaliação de sistemas educacionais no Brasil, apresenta uma sequência temporal de iniciativas e modelos de sistemas educacionais no Brasil, bem como os desdobramentos das avaliações nos sistemas, federal, estadual e municipal.

Essas reflexões e a indicação dos textos se tornam relevantes, pois teremos considerações pertinentes sobre avaliação em larga escala no âmbito das redes de ensino.

AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Para concluir, após a leitura dos textos, as discussões do que foi exposto nas unidades e seções anteriores entendemos que as políticas públicas estão focadas na elevação da qualidade do desempenho escolar. Isso nos faz pensar que esse marco use as estratégias de avaliação externa em larga escala. Portanto, veja o que propomos no quadro sugerindo três ações para melhorar os resultados alcançados bem como três estratégias para acompanhar e avaliar as ações sugeridas.

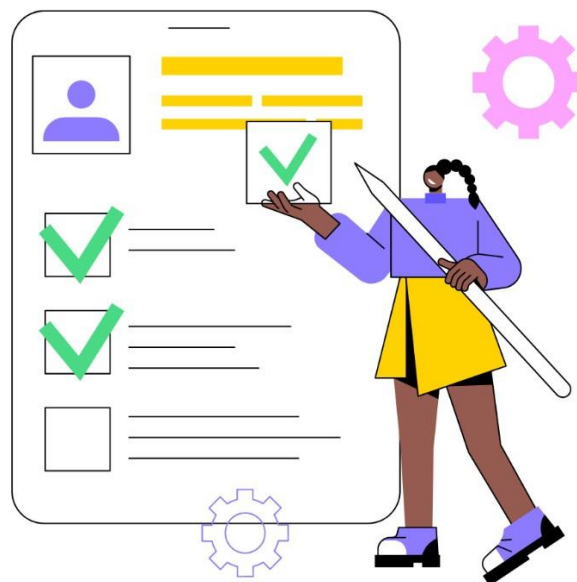
ATIVIDADE 4 DA UNIDADE IV

ESTRATÉGIAS E AÇÕES		
Aspectos a considerar	Componentes Curriculares	
	Língua Portuguesa	Matemática
Ações sugeridas para melhorar os resultados alcançados nas avaliações externas	-	-
	-	-
	-	-
Estratégias sugeridas para acompanhar e avaliar as ações	-	-
	-	-

6 AVALIAÇÃO

É importante proporcionar um momento para os participantes se expressarem sobre a oficina, com críticas e sugestões, bem como indicar se a oficina alcançou ou não os objetivos propostos. Os participantes avaliarão se a oficina alcançou os objetivos respondendo o formulário que será disponibilizado por um *link Google Forms* nos seguintes aspectos:

- Quanto à temática abordada foi relevante para seu conhecimento sobre avaliação?
- Quanto ao conteúdo, foi bem explorado?
- Quanto à comunicação entre mediador (a) e participantes foi propícia ao diálogo? O mediador (a) teve domínio do conteúdo?
- Quanto aos recursos (computador, data show, textos, slides), foram suficientes para a realização das atividades?
- Quanto ao local, foi adequado para o encontro? O tempo que foi programado para a oficina foi suficiente para o que foi planejado?



7 CONSIDERAÇÕES

A realização desta oficina é uma forma possível e acessível para equipe escolar que atende aos anos iniciais da escola, entendendo que em todo o processo de aprendizagem a avaliação é essencial. Os textos indicados são referenciados, bem como a sugestão dos vídeos. Consideramos importante esta proposta por ser adaptável à realidade da escola, por ser um momento de interação com situações concretas, significativas e pode ser aplicável por qualquer professor dos anos iniciais.



Portanto, a oficina proporcionará uma reflexão sobre avaliação, estimulando o pensamento crítico e reflexivo, assim, a partir da nossa experiência compreende-se que há uma integração com os objetivos da proposta e a partir desse momento surjam novos espaços de diálogo com propostas motivadoras relacionadas à avaliação.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARRIDA, E.; VALLE, H.S. **Educar para transformar:** a prática das oficinas. Revista Didática Sistemática, v. 14, n.1, p.3-14, 2012. Disponível em <file:///C:/User/Downloads/2514-Texto%20d%27artigo-7961-10-20120926pdf>. Acesso em 15 out.2022.

BLASIS, Eloisa de. **Avaliação em larga escala:** contribuições para a melhoria da qualidade na educação. Cadernos Cenpec v.3 n.1 p. 251-258. Jun. 2013.

BLASIS, Eloisa de; FALSARELLA, Ana Maria; ALAVARSE, Ocimar. Avaliação e aprendizagem. **Avaliações externas:** perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino. São Paulo: Cenpec/Fundação Itaú Social, 2013.

BRASIL. Lei Nº 10.172. **Estabelece o Plano Nacional de Educação:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso: 12 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional **Lei 9304/1996**. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_idbm1pdf. Acesso em 14 jan. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. O Planejamento Escolar. Serie Formação do professor. Artigo: Disponível em <https://www.acep.com.br/artigo/o-planejamento-escolar-jose-carlos-libaneo>. Acesso em: 15 out. 2022.

LOPES, J.M. C; CURRA L.C. D FERNANDES, C.L. C; MATTOS, L F. C. Manual da oficina para capacitar preceptores em medicina da família e comunidade. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade, 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/27514379/Oficina>. Acesso em: 13 out 2022.

MINAYO, C. de Sousa. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** O desafio da Pesquisa Social. 26ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 p. 9-29. 2007.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de São Luís 2015-2024.** São Luís: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/85_documento_base_do_pme_2015.2024_aprovado_pelo_fme.pdf. Acesso em: 8 dez. 2021.

SILVA, P. A. S.; GOMES, R. de J.; LELIS, D. A. de J. A importância das oficinas pedagógicas na construção do conhecimento cartográfico: novas proposições metodológicas para o ensino de geografia. *Grupo de Estudos e Pesquisas, Educação e Contemporaneidade*, São Cristóvão, SE, 2012.

VASCONCELOS, C.S. **A construção do conhecimento em sala de aula.** Cadernos Pedagógicos do Libertad. 2. São Paulo, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PAUTA DOS ENCONTROS

1º Encontro (Presencial) DATA: __/__/____CH: 4h	2º Encontro (Presencial) DATA: __/__/____CH: 4h	3º Encontro (Presencial) DATA: __/__/____CH: 4h	4º Encontro (Presencial) DATA: __/__/____CH: 4h
8h acolhida aos professores Sugere-se a apresentação dos/das participantes 8h20: Leitura da pauta do dia, destacando o objetivo do encontro. É importante informar aos participantes sobre o tema da oficina, os objetivos propostos, os resultados esperados. 9h20: apresentação em slides sobre a temática avaliação e suas funções. O Formador apresentará uma síntese do texto: Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate Referência: BAUER. Adriana. ALAVARSE. Ocimar; OLIVEIRA, P. de Romualdo. Iniciando um debate com os professores,	8h acolhida aos professores Leitura da pauta do dia, lembrando o objetivo do encontro. 9h20: apresentação em slides sobre Matriz de Referência e sua importância na avaliação externa e como os resultados estão dispostos na escala de proficiência. O Formador entregará as Matrizes de Referência impressas aos participantes. 10h: Intervalo (20 minutos para o lanche) 10h40: Retomando a discussão sobre a temática. 11h30: uma atividade relacionando os conteúdos a Matriz de Referência alinhada à BNCC como sugestão para um plano de aula,	8h acolhida aos professores Leitura da pauta do dia, lembrando o objetivo do encontro. 9h20: apresentação em slides sobre Matriz de Referência e sua importância na avaliação externa e como os resultados estão dispostos na escala de proficiência. A Formadora entregará as Matrizes de Referência impressas aos participantes. 10h Intervalo (20 minutos para o lanche) 10h 40m Retomando a discussão sobre a temática. 11h30: uma atividade relacionando os conteúdos a Matriz de Referência alinhada a BNCC como sugestão para um plano de aula, relacionando	8h acolhida aos professores Leitura da pauta do dia, lembrando o objetivo do encontro. 9h20: apresentação de slides para exposição teórica 10h Intervalo (20 minutos para o lanche) 10h40: Discussão do texto proposto 11h30: Atividade Concluindo com a avaliação final da oficina. 12h Encerramento

fazendo-os refletir sobre a temática. 10h Intervalo (20 minutos para o lanche) 10h40: retomando a discussão do texto proposto. 11h10: apresentação do vídeo I - O QUE É AVALIAÇÃO EXTERNA? Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jROq7BZFR3E 11h30: discussão sobre o Vídeo apresentado. Explicação de uma atividade que será entregue no próximo encontro avaliação individual dos/das participantes do primeiro encontro 12h: Encerramento	relacionado Eixo do Conhecimento, Habilidade, Objeto do Conhecimento e Finalidade. Modelo será entregue impresso pela formadora. Avaliação individual dos/das participantes. 12h Encerramento	Eixo do Conhecimento, Habilidade, Objeto do Conhecimento e Finalidade. Modelo será entregue impresso pela formadora. Avaliação individual dos/das participantes do dia. 2h Encerramento	
---	--	---	--

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA OFICINA

AVALIAÇÃO

Sua opinião é importante

PREENCHA DE ACORDO COM OS CONCEITOS INDICADOS NA LEGENDA

CRITÉRIOS	S+	SA	S	SE
Organização				
Relevância da temática				
Conteúdo do Material				
Horário de realização				
Local de realização				
Quanto à temática abordada foi relevante para seu conhecimento sobre avaliação				
Quanto à comunicação entre mediador (a) e participantes foi propícia ao diálogo?				
O mediador (a) teve domínio do conteúdo?				
Quanto aos recursos (computador, data show, textos, slides, vídeos), foram suficientes para a realização das atividades?				
Quanto ao local, foi adequado para o encontro?				
O tempo que foi programado para a oficina foi suficiente para o que foi planejado?				

Legenda:

(S+) Satisfatório positivo

(A) Satisfatório adequado

(S) Satisfatório

(SE) Satisfatório com evidência

Use o espaço abaixo para apresentar sugestões

DALMIRAN COLAÇO SILVA

Mestrado em Educação – Linha de Pesquisa: Gestão Educacional Escolar pela Universidade Estadual do Maranhão UEMA (2023), graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (1999). Pós-graduação em Docência do Ensino Superior - Universidade Cândido Mendes - UCAM (2001). Pós-graduação em Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar - Faculdade Santa Fé (2014). Experiência na área de Educação com ênfase em Avaliação Educacional; Avaliação em Larga Escala. - Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Qualidade da Educação Básica. (GPQe / UEMA). Pesquisadora em Avaliação Educacional: Avaliação da Aprendizagem e Avaliação em Larga Escala.

E-mail: dalmiran.colaco@yahoo.com.br



ALBIANE OLIVEIRA GOMES

Dra. em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA-2016). Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA-2010). Pedagoga pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA-2003). É membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Qualidade da Educação Básica (GPQe). Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Luís. Desenvolveu atividades no campo da EAD, tendo coordenado o Curso de Educação em Direitos Humanos oferecido pela UFMA, de 2010/2011. Tem experiência na Docência Superior, com ênfase na Didática, Planejamento Educacional e Escolar, Avaliação Educacional e Escolar e Política Educacional. Possui várias publicações relacionadas ao Planejamento educacional, qualidade, gestão e reforma do Estado.

E-mail: albianegomes@professor.uema.br





Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

PPGE
Programa de
Pós-Graduação em Educação



Emitido em 21/11/2023

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 51/2023 - PPGE (11.14.44.40)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 21/11/2023 11:11)

ANA LÚCIA CUNHA DUARTE

ASSOCIADO

6474

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sis.sig.uema.br/documentos/> informando seu número:
51, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **21/11/2023** e o
código de verificação: **c9f0eab4e2**

